

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAVI RODRIGUES AMORIM

**IMPERIALISMO NA AMAZÔNIA: OS ESCÂNDALOS DE PUTUMAYO  
A PARTIR DA IMPRENSA (1904-1912)**

DOURADOS/MS

2024

RAVI RODRIGUES AMORIM

**IMPERIALISMO NA AMAZÔNIA: OS ESCÂNDALOS DE PUTUMAYO  
A PARTIR DA IMPRENSA (1904-1912)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História, Região e Identidades

Orientador: Prof. Dr. Thiago Leandro Vieira Cavalcante

DOURADOS/MS

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

**S237k** Amorim, Ravi Rodrigues  
IMPERIALISMO NA AMAZÔNIA: OS ESCÂNDALOS DE PUTUMAYO A PARTIR  
DA IMPRENSA (1904-1912) [recurso eletrônico] / Ravi Rodrigues Amorim. -- 2023.  
Arquivo em formato pdf.

Orientador: THIAGO LEANDRO VIEIRA CAVALCANTE.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Escândalos de Putumayo. 2. Imperialismo. 3. Amazônia. 4. História da Imprensa. 5.  
Materialismo. I. Cavalcante, Thiago Leandro Vieira. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

RAVI RODRIGUES AMORIM

**IMPERIALISMO NA AMAZÔNIA: OS ESCÂNDALOS DE PUTUMAYO  
NA IMPRENSA BRASILEIRA (1904-1912)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente e orientador: Dr. Thiago Cavalcante (UFGD)

\_\_\_\_\_

2º Examinador: Dr. Jérri Roberto Marim (UFMS)

\_\_\_\_\_

3º Examinador: Dr. Davi Avelino Leal (UFAM)

\_\_\_\_\_

Não se pode resistir por muito tempo a uma verdade descoberta por si mesmo.

Nikolay Chernyshevsky

## AGRADECIMENTOS

*Aos deuses, pelo mundo e pela vida.*

Agradeço primeiramente ao Prof. Dr. Thiago Leandro Vieira Cavalcante pela diligente orientação desta pesquisa e formação como professor. Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Jérri Roberto Marin, que me apresentou casualmente o Putumayo ainda durante a graduação, no corredor central do Bloco 6 da UFMS, e me acompanhou prestativamente ao longo dessa jornada. Agradeço também ao Prof. Dr. Davi Avelino Leal por generosamente acolher um trabalho meu sobre a Amazônia e contribuir para melhorá-lo.

Agradeço aos professores do PPGH que nos ofereceram, em condições inesperadas de ensino remoto, um excelente programa de pós-graduação: Prof. Dr. Éder da Silva Novak, Prof. Dr. Eudes Fernando Leite, Prof. Dr. Fernando Perli, Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, Prof. Dr. Guilherme Galhegos Felipe, Prof. Dr. Fabiano Coelho, Prof. Dr. Leandro Baller, Prof. Dra. Nauk Maria de Jesus.

Agradeço aos colegas do PPGH por oferecerem um ambiente acadêmico acolhedor que eu sinceramente ainda não conhecia e que fico feliz em participar. Agradeço especialmente aos colegas da Revista Eletrônica História em Reflexão, com a qual fico honrado por ter colaborado. Na falta do ambiente físico da universidade, essas comunidades virtuais se fizeram inestimáveis. Agradeço a Nathalia Claro Moreira, pela parceria durante o curso e decisiva contribuição na finalização deste trabalho.

Agradeço ao espírito ancestral dos mestres e autores que deram corpo e voz ao meu entendimento sobre a História, e a todos os que ainda estão entre nós. Este trabalho é dedicado ao espírito vivo dos povos do Putumayo e da Floresta Amazônica.

Por fim, agradeço aos meus familiares e amigos, luzes da minha vida.

## RESUMO

A região em torno do rio Putumayo foi palco de intensas disputas fronteiriças desde o final do século XIX entre as recentes repúblicas independentes sul-americanas, e se tornou alvo do interesse econômico e político de potências imperialistas do período por suas reservas naturais de borracha que serviram de matéria-prima para o boom industrial da Era do Automóvel. A presente investigação teve como objetivo apresentar os “escândalos de Putumayo”, conjunto de discursos que representam o processo de violência e exploração da região por uma empresa multinacional, através da metodologia materialista e de uma referência conceitual de totalidade. A pesquisa investigou uma variedade de fontes históricas que compõem esses esforços discursivos, centrando-se finalmente nas publicações de dois periódicos brasileiros a partir dos quais são analisados padrões de discurso e representatividade dos eventos cronológicos. O Putumayo assume características arquetípicas do processo exploratório na Amazônia e revela os métodos de dominação instrumentalizados em prol da acumulação capitalista e expansão das fronteiras do capital. A análise sobre a indústria e o mercado internacional da borracha perfazem parte significativa da investigação aqui presente, inserindo os acontecimentos e os “escândalos” num quadro de disputas políticas e comerciais mais amplo e que confere sentido ao conteúdo abordado. No processo investigativo, a percepção de uma cadeia estrutural de determinações concretas levou a conclusões que são apresentadas, por um lado, na chave da teoria do imperialismo, sob o pressuposto da lógica da totalidade, e por outro, no levantamento dos vestígios e discursos presentes nos periódicos que justificam e demonstram a concretização de um processo singular de transformação do capitalismo industrial internacional em disputa imperialista de monopólios – processo esse que arrastou diferentes partes do mundo para uma corrida de produção e acumulação em benefício de uma classe social particular com acesso a artifícios progressivamente mais sofisticados para submeter territórios e populações ao seu controle privado, num sistema cada vez mais capaz de dominar através de mecanismos indiretos e artificialmente impessoais.

**Palavras-chave:** Escândalos de Putumayo. Imperialismo. Amazônia. História da Imprensa.

## ABSTRACT

The region around the Putumayo River was the stage of intense conflict over boundaries since the end of the XIX century, between the recently institutionalized republics of South America. It became the target of economic and political interest from the most industrially developed imperialistic States from the period for its natural reserves of rubber plants that functioned as raw material responsible for the industrial boom of the Automobile Age. The present investigation aims to present the “Putumayo Scandals”, set of discourses that represent the process of violence and exploitation by a multinational enterprise, through the materialistic methodology and the conceptual reference of totality. The research analyzed a variety of historical sources that compose those discursive efforts, centering finally on the publications of two Brazilian journals, from which a reconstruction of discourse patterns and representation of chronological events is made. The Putumayo assumes archetypical characteristics of the exploratory process in the Amazon Forest and reveals the methods of domination instrumented in favor of the capitalist accumulation and the expansion of capital national boundaries. The analysis on the industry and the international rubber market makes up to a significant amount of the investigation here presented, inserting the events and the “scandals” in a broader frame of political and commercial disputes that grants meaning for the content addressed. In the investigation process, the perception of a structural chain of concrete determinations led to conclusions presented through, by one hand, the theory of imperialism, under the assumption of the totality logic, and, on the other hand, through the presentation of the vestiges and discourses in the journals that justifies and demonstrates the concretization of a transformative singular process on the international industrial capitalism into a dispute of imperialistic monopolies – process that dragged different parts of the world to a race of production and accumulation in benefit of a particular social class with access to progressively more sophisticated devices to subject territories and populations to their private control in a system increasingly capable of dominating through indirect and artificially impersonal mechanisms.

**Keywords:** Scandals of Putumayo. Imperialism. Amazon. Press History.

## LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 01** - Bacia do Rio Putumayo-Içá..... p. 10
- FIGURA 02** - Gráfico do mercado internacional da borracha entre 1900-1935 ..... p. 43
- FIGURA 03** - A notícia da dissolução da *Peruvian Amazon Company* no jornal “*The Mercury*” (1913) ..... p. 52
- FIGURA 04** - A notícia da dissolução da *Peruvian Amazon Company* ornal “*The Mercury*” (1914) ..... p. 52
- FIGURA 05** - A situação da produção da borracha em nota do *Jornal do Commercio* (1911) ..... p. 60
- FIGURA 06** - As denúncias de Saldaña Rocca sobre os crimes Putumayo no *Jornal do Commercio* (1907) ..... p. 80
- FIGURA 07** - Os empreendimentos de Putumayo na reportagem especial do *Jornal do Commercio de Manaus* (1908) ..... p. 88

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	p. 10
<b>CAPÍTULO I - OS “ESCÂNDALOS DE PUTUMAYO” À LUZ DA TEORIA DO IMPERIALISMO</b> .....	p. 20
1.1. Recortes bibliográficos sobre o Putumayo: Imprensa, Documentos Governamentais e Literatura.....	p. 32
1.2. Contornos de uma disputa internacional: o mercado da borracha no século XX.....	p. 37
1.3. Contornos de uma disputa internacional: Amazônia sob investigação.....	p. 48
<b>CAPÍTULO II - O PUTUMAYO NA IMPRENSA E A EMERGÊNCIA DA BORRACHA ASIÁTICA NO SÉCULO XX</b> .....	p. 55
2.1. O espectro ideológico do capital no Putumayo.....	p. 61
<b>CAPÍTULO III - O PUTUMAYO E A <i>PERUVIAN AMAZON COMPANY</i> NOS JORNAIS BRASILEIROS</b> .....	p. 71
3.1. O <i>Jornal do Commercio</i> de Manaus.....	p. 75
3.2. O <i>Correio Paulistano</i> .....	p. 93
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	p. 100
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	p. 106

## INTRODUÇÃO

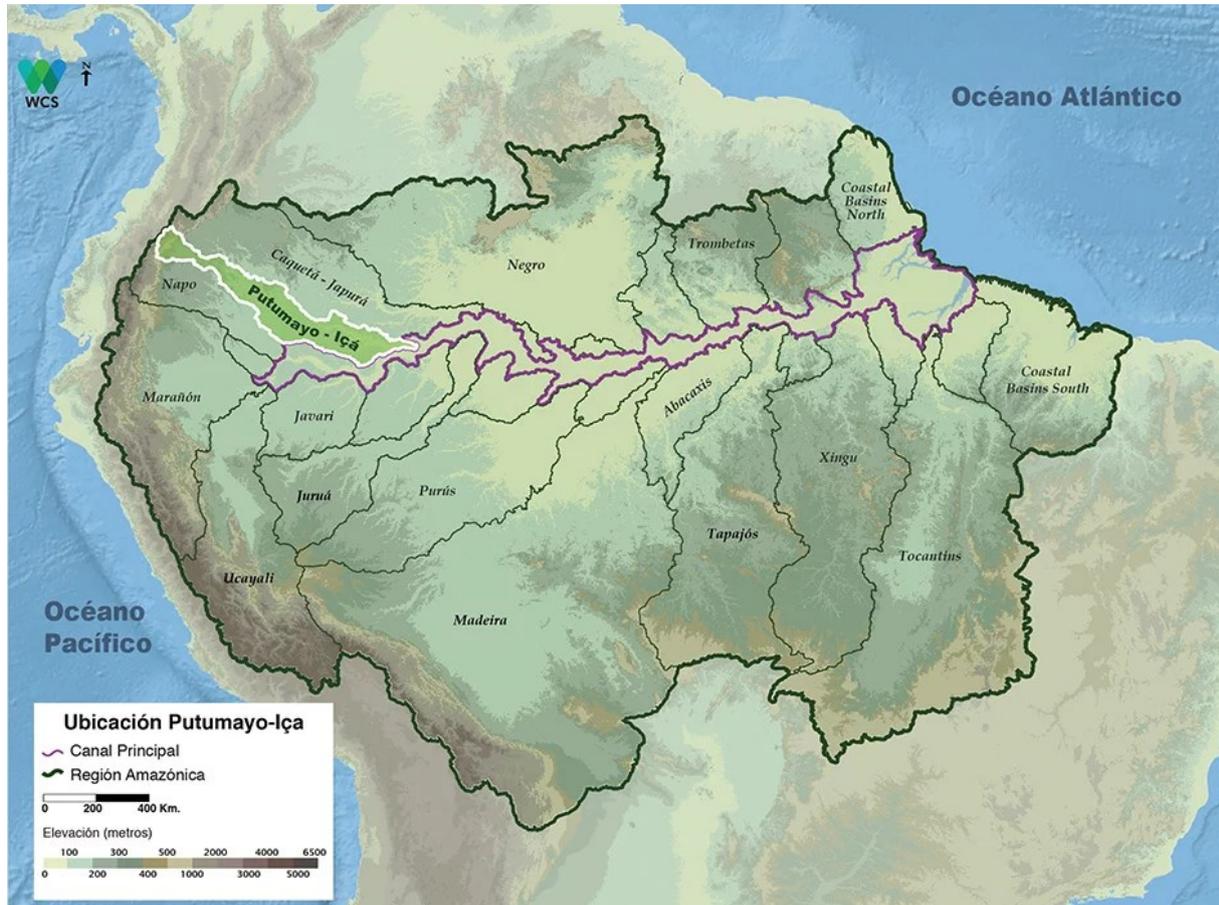


Figura 01 – Bacia do Rio Putumayo-Içá

(Acessado em: <https://pt.aguasamazonicas.org/bacia/bacias-principais/napo>)

O rio Putumayo serpenteia dos contrafortes andinos até sua foz no Amazonas, no território brasileiro, onde é chamado de rio Içá. Entre o final do século XIX e a metade da segunda década do século XX, a região circunvizinha de Putumayo foi epicentro de um embate direto entre os governos e as elites comerciais do Peru e da Colômbia. A razão subjacente a esse conflito se explica na exorbitante riqueza da região: próximo ao rio Putumayo, acompanhando a descida em direção ao Amazonas, onde estão os rios Caquetá, Igaraparaná e Caraparaná, emerge uma região abundante de uma variedade de espécimes vegetais nativas, dentre as quais se destacam a *hevea brasiliensis*, a *castilla ulei* e a *castilla elastica*, árvores produtoras de látex natural. As duas últimas são popularmente conhecidas em língua espanhola, bem como o produto de sua seiva leitosa, como *caucho*.

Nessa mesma região, no referido período, uma maioria composta por indígenas da etnia Uitoto coexistia com outras comunidades minoritárias, tais como Bora, Andoque, Muinane, Resígaro e Ocaina. Mediante o avanço da indústria da borracha na Amazônia, essas

populações foram submetidas a um violento processo de escravização para a extração do *caucho*, promovida por uma empresa fundada na cidade peruana de Iquitos: a *Peruvian Amazon Company* (PAC).

A presente pesquisa tem como objetivo explorar os "escândalos de Putumayo", um conjunto de discursos que retratam o processo de violência e exploração perpetrado por uma empresa multinacional na região. Utilizando a metodologia do materialismo histórico-dialético e a referência conceitual de imperialismo e totalidade, a pesquisa examinou as publicações de diferentes periódicos, nacionais e internacionais, nos quais foram analisados padrões discursivos e a representatividade dos eventos ao longo do tempo.

Na contemporaneidade, emerge um consenso inelutável acerca do valor da imprensa no âmago da produção historiográfica, o que tem instigado cada vez mais os historiadores a desbravarem sendas teórico-metodológicas na análise dos jornais para a compreensão do passado. No entanto, nem sempre foi assim: até o início do século XX, a perspectiva historiográfica preponderante era aquela da "verdade dos fatos" contidos nos documentos oficiais, de modo que os jornais eram desqualificados devido à crença de que eles ofereciam imagens distorcidas e subjetivas da realidade.

A crítica a essa concepção ganhou força apenas nas décadas finais do século XX, quando a prática historiográfica passou por uma renovação. Nessa perspectiva, Tania Regina de Luca (2010) enfatizou no capítulo *A história dos, nos e por meio dos periódicos* que a imprensa não apenas relata os acontecimentos, mas também seleciona, ordena e narra de acordo com determinadas perspectivas. A partir de 1970, a imprensa tornou-se objeto de pesquisa histórica, e os discursos presentes nos jornais adquiriram significados diversos, influenciados pela linguagem, pela ênfase em certos temas e pela natureza do conteúdo: "(...) o estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto de pesquisa histórica" (De Luca, 2010, p. 118).

A análise de jornais como fonte primária para a pesquisa histórica, conforme destacado por Renée Barata Zicman (1985) no artigo "*História através da imprensa: algumas considerações metodológicas*", permite ao historiador um melhor conhecimento das sociedades em diversos aspectos. No entanto, Zicman (1985) alerta que os jornais não são simples "pontes" para a realidade, sendo necessário um estudo cuidadoso das características dos órgãos de imprensa consultados, uma vez que estes atuam dentro de campos de interesses e posições ideológicas previamente sedimentadas. Afinal, como explicou Maria Helena Capelato (1988) na obra "*Imprensa e História do Brasil*", após a década de 1970, a imprensa passou a ser

concebida como um espaço de representação do real e os jornais deixaram de figurar meros transmissores imparciais e neutros, passando a refletir projetos políticos e visões de mundo representativas de diferentes setores da sociedade. A imprensa, para Capelato (1988), tornou-se uma força política, manipulando interesses e intervindo na vida social.

Sob tais considerações, o presente estudo busca demonstrar que o Putumayo assume características arquetípicas do processo exploratório na Amazônia que se revelam na análise dos periódicos selecionados. A análise do discurso da imprensa sobre Putumayo revela, ainda de que de modo indireto, métodos de dominação instrumentalizados em favor da acumulação capitalista e da expansão das fronteiras do capital. Concomitante a análise da imprensa, a articulação metodológica com o referencial do materialismo histórico-dialético nos permite inferir que o contexto industrial e do mercado internacional da borracha condicionam os acontecimentos e escândalos de Putumayo em uma ampla arena de disputas políticas e comerciais, conferindo sentido ao conteúdo abordado.

Oswaldo Coggiola (2020) destaca no artigo “*O Materialismo Histórico*” que o método de análise marxiano, conhecido como materialismo histórico, focou-se na compreensão da natureza da história e sociedade, bem como nas razões e lógica das grandes transformações sociais. Afinal, sem esse fundamento, a crítica ao capitalismo não poderia propor uma alternativa. O conceito central do materialismo histórico, é, portanto, a ideia que o modo de produção da vida material condiciona o processo social, político e espiritual. Ou seja, a produção da vida está ligada ao modo de cooperação, e a quantidade de forças produtivas condiciona o estado de uma sociedade. Segundo Coggiola (2020), Marx considerava a organização física dos indivíduos e a relação com a natureza como a base para entender a história humana. Uma vez que a produção dos meios de vida determina a forma de vida dos indivíduos, a divisão do trabalho e suas formas de alienação e exploração se tornam cruciais na concepção de progresso histórico. Nesse sentido, o materialismo histórico tem revelado que o sobreproduto social é produto da exploração do trabalho alheio e não o contrário, de modo que a exploração do trabalho é a base do progresso econômico da humanidade.

No decorrer da investigação dessa dissertação, a percepção de uma cadeia estrutural de determinações concretas conduziu-nos na análise dos jornais selecionados dentro da perspectiva da teoria do imperialismo. Identificou-se nos vestígios dos jornais analisados uma cadeia de imagens e discursos que demonstram a concretização de um singular processo de transformação do capitalismo industrial internacional em uma disputa imperialista de monopólios pela exploração da borracha. Esse processo arrastou diferentes partes do mundo para uma corrida de produção e acumulação em benefício de uma classe social específica,

dotada de recursos progressivamente mais sofisticados para subjugar territórios e populações. Nesse sentido, considerou-se que um amplo sistema de interesses econômicos locais e internacionais estiveram implicados na macro engrenagem materialista que moveu os Escândalos de Putumayo.

Em relação a bibliografia secundária, diversos outros autores serviram como fonte para a presente pesquisa. Dentre as fontes, destacamos os registros do antropólogo francês Eugene Robouchon e do capitão inglês Thomas Whiffen os quais foram contratados pela PAC para produzir relatórios sobre as populações indígenas da região do Putumayo. Os respectivos relatórios culminaram nas obras “*No Putumayo e seus afluentes*” (1907), de Robouchon, e “*O noroeste amazônico: notas de alguns meses que passei entre tribos canibais*” (1915), de Whiffen.

Em 1913, foi publicada “*A defesa dos caucheiros*”, redigido por quatro autores: Carlos Rey de Castro, diplomata peruano responsável por acompanhar “os sucessos” comerciais do Putumayo e que defendeu os propósitos da empresa em diversas ocasiões no debate público; Pablo Zumaeta, cunhado de Arana e seu amigo de juventude, e também funcionário da PAC; Carlos Larrabure y Correa, funcionário do Ministério das Relações Exteriores do Peru, responsável pela comprovação dos direitos peruanos em territórios de litígio<sup>1</sup>; e o próprio Julio Arana. Já em 1915, o juiz peruano Carlos Valcárcel, encarregado de julgar a PAC em seu país, publicou “*O processo do Putumayo e seus segredos inauditos*”.

Com relação às referências bibliográficas secundárias, destacamos a dissertação de mestrado “*Entre o mítico e o real: os escândalos do Putumayo e o holocausto amazônico*” de Caio Henrique Faustino da Silva. Destacamos ainda o livro “*Putumayo: Lá vorágine de las caucheries (memoria y testimonio)*”, compilado por Augusto Javier Gómez López, dividido em dois volumes. No primeiro volume, temos uma análise dividida entre aspectos que indicaram, em larga medida, as decisões tomadas aqui; no segundo livro, há uma reunião de documentos relativos às violações do território colombiano no Putumayo, de 1903 a 1910. Outras obras de variada importância para o que se propõe a analisar aqui são abordadas ao longo dos capítulos a seguir, mas essas duas foram responsáveis por mapear o caminho que tomei, traçado a partir de seus questionamentos e conclusões.

Inicialmente, a presente pesquisa ensejou deter-se exclusivamente na análise da produção de imprensa que compõe o fenômeno “Os escândalos do Putumayo”. Entretanto, analisar a respectiva produção acabou por tomar a forma de um objetivo específico,

---

<sup>1</sup> Durante os escândalos, o governo colombiano buscou anexar parte do território previamente dominado pela PAC.

materializado no último capítulo da dissertação. A centralidade dos jornais foi revogada em favor de uma análise mais ampla que, por outro lado, ainda se utiliza da produção da imprensa como vestígio e objeto.

A justificativa de escolher os jornais como fonte de análise se deu pelo motivo de que os “escândalos” consistem num acontecimento próprio da indústria de imprensa mundial. Um jornal, ao qual não se impõe o mesmo rigor de lisura diplomática que as comunicações oficiais governamentais exigem, muitas vezes comunica com maior clareza e precisão os interesses que representa ou contra os quais se posiciona, em especial sob o viés do discurso econômico e comercial. O tratamento dado ao jornal como fonte e objeto, bem como o resultado da investigação no arquivo da *Hemeroteca Digital* da Biblioteca Nacional do Brasil, foram apresentados no último capítulo. A partir desses recortes, foi construída uma análise com a finalidade de deslindar esses discursos, baseada na coleta de reportagens em dois jornais brasileiros, escolhidos como representantes da forma como a imprensa brasileira tratou de noticiar os crimes, investigações e processos complementares. Há muita reflexão útil a ser extraída desse gênero de texto sobre o Putumayo: esses documentos expressam um dilema moral e pragmático vivenciado na época, matizado por seus próprios marcos de temporalidade e ideologia<sup>2</sup>.

A análise dos dois primeiros capítulos, porém, tomou um caminho diferente. A intenção principal dessa pesquisa foi introduzir o recorte do Putumayo na tradição de análise do materialismo histórico-dialético, apontando especificamente para a pertinência da contemporaneidade da “teoria do imperialismo” com o processo histórico de transição entre dois tipos de monopólios mundiais de produção de borracha para os mercados internacionais, numa era de disputas imperialistas por maior controle da produção e acumulação internacional, a partir do qual os acontecimentos no Putumayo ganham contornos de sentido. Outro objetivo secundário nos primeiros capítulos diz respeito a identificar o papel central da borracha como mercadoria e matéria-prima fundamental à emergência da “Era do Automóvel”, bem como a identificar a importância dessa indústria para o crescimento industrial dos projetos imperialistas em conflito no período<sup>3</sup>. Buscou-se enfatizar, também, as contradições de discurso de defesa do projeto de progresso industrial capitalista e a radicalização das disputas entre os países

---

<sup>2</sup> A mais recente publicação de Caio Henrique Faustino da Silva e Davi Avelino Leal trata sobre o Putumayo nas páginas do *New York Times*.

<sup>3</sup> Essa perspectiva se revela importante, é conveniente lembrar, pois essa tendência se amplia ainda mais para fora do recorte aqui abordado – para dar apenas um exemplo, bem contundente, nada falaremos sobre a indústria bélica e a emergência da “Era dos Extremos”, o breve século XX. Resta considerar, porém, que a importância do controle do monopólio mundial da borracha e o acesso ao suprimento dessa matéria-prima era vital nessa disputa.

industriais capitalistas, bem como a contradição entre o ideal do homem urbano moderno e a brutal exploração das sociedades “selvagens”. Todas essas disputas de identidade, representação e discurso moldaram a mentalidade dos indivíduos que se tornaram personagens nas páginas a seguir.

É interessante mencionar que outras linhas metodológicas vêm apresentando contribuições expressivas sobre a temática “Escândalos de Putumayo”. No entanto, durante a revisão de literatura, foi notabilizada uma ausência significativa de contribuição estrita da linha aqui adotada, no caso a perspectiva materialista histórico-dialética, um lapso que se pretende adereçar por meio desse trabalho. A pertinência dessa metodologia se pretende demonstrar a partir da análise a seguir, agregando ao patrimônio do PPGH-UFGD e inserindo o Putumayo na análise materialista de conjuntura econômica, à qual esse recorte ressoa com particular eloquência. Para tanto, foi acionado o conceito de “totalidade” a fim de compreender o episódio histórico de Putumayo para além de seus limites regionais, inserindo-o no bojo da História da Indústria e do Mercado Internacional da Borracha, sem deixar de lado o compromisso inicial de fazer uma análise da região amazônica.

Nesse contexto, a dissertação desenvolve seu argumento a partir da teoria do imperialismo, centrando-se no conceito fundamental associado a essa teoria, conhecido como 'totalidade'. Este último é formalmente apresentado ao longo do primeiro capítulo, estabelecendo as bases para a análise subsequente. Argumenta-se que Putumayo integra um fenômeno mais amplo de substituição de modelos de monopólio, atendendo aos interesses de grupos de investidores que planejaram e efetivaram esse processo de substituição. Dentro dessa lógica, as repercussões políticas e econômicas para os agentes e territórios envolvidos serão analisadas por meio dos discursos recolhidos nas fontes indicadas.

A partir do recorte conceitual adotado, concluiu-se que um aspecto incontornável para explicar a referida temática diz respeito às determinações oriundas das disputas de capital a nível internacional. O nexó histórico que alinha a exploração da borracha no Congo e na Amazônia e que encerra com a construção do monopólio no continente asiático, corresponde a um desdobramento de disputas comerciais entre projetos imperialistas de acumulação e geração de lucro. Nesse âmbito, os jornais, como fontes históricas de análise, compõem uma vocalização explícita dos interesses de mercado e permitem entrever os agentes, instituições e zonas de influência em disputa. A esses, se somam as produções literárias e oficiais que usualmente ocupam a análise dos “escândalos”.

A princípio, a “teoria do imperialismo” não fazia parte do conjunto teórico que eu dispunha para compreender o que aconteceu na Amazônia na passagem do século XIX para o

XX. Durante o processo de análise das fontes, no entanto, eu fui progressivamente percebendo um conjunto de determinações concretas<sup>4</sup> nas relações que se revelaram a partir da perspectiva oferecida pelo método materialista-dialético. Nesse sentido, a teoria do imperialismo se demonstrou como o nexos constitutivo pelo qual o terror no Putumayo e em outras regiões da Amazônia e do mundo se torna “compreensível”.

Para compreender os interesses e a visão de mundo que orientaram as decisões por trás dos acontecimentos dos “escândalos de Putumayo”, pareceu-me imperativo analisar a materialidade dos fenômenos e seu arcabouço simbólico empregando o conceito fundamental da teoria do imperialismo: a totalidade<sup>5</sup>. Esse conceito demanda concatenar e analisar os conjuntos de convergências e divergências inerentes a um sistema complexo de interações, ou seja, demanda buscar uma expressão de síntese histórico-objetiva que articule uma série de dinâmicas que somente entendidas em conjunto conferem sentido à sucessão dos eventos cronológicos. Para tanto, adotou-se aqui o fundamento científico da análise de múltiplas determinações do concreto, componente fundamental do materialismo histórico-dialético, como definido por Karl Marx em “*Método da Economia Política*”, escrito em 1859.

O problema que esta pesquisa buscou formular é de compreender os “escândalos de Putumayo” como parte de um amplo processo de transformação particular de uma forma de organização político-econômica-social mundial para um novo arranjo, dentro do contexto do capitalismo internacional do período abordado – estágio do processo de “globalização industrial”, que transformou as sociedades globalizadas tanto na dimensão cultural-simbólica como geopolítica e econômica, e deram origem ao “meio técnico-científico-informacional”.

O processo de expansão globalizada dos mercados industriais pelo mundo, criando bolsões de exploração e centros de acumulação de riqueza, é marcado pelo conflito entre

---

<sup>4</sup>Em Marx, não há uma definição estrita de “determinação concreta” justamente porque são variáveis historicamente diversas e condicionadas por suas temporalidades, mas a fórmula de um “conjunto de determinações concretas” contribui para fundamentar o conceito de totalidade. A concretude, a experiência do real, é marcada pela incidência de muitas variáveis que devem ser levadas em consideração como *conjunto*, a despeito de muitas vezes dificultarem o exercício de síntese ao acumular uma variedade muito ampla de circunstâncias divergentes e contraditórias – a realidade precede a ideia, e a cientificidade deve estar sempre ao lado da realidade, ainda que não possa nunca ser expressa em sua completude, e em detrimento da tendência à sistematização e da idealização. Essa postura assinala uma nova metodologia na consideração dos objetos complexos da História e das ciências sociais e representa a corrente teórica dominante no presente trabalho. (Netto, 2011)

<sup>5</sup>Sem polemizar com os postulados científicos de outras linhas historiográficas, adoto a categoria de totalidade da tradição marxista como ferramenta de análise de fenômenos e recônditos presentes em nosso recorte geográfico e temporal, um método que me parece subutilizado diante de outras dimensões explicativas das evidências investigadas. Sobre o conceito de totalidade, Lukács afirma: “A categoria de totalidade, a onipresente supremacia do todo sobre as partes, é a essência do método que Marx tomou de Hegel e brilhantemente transformou na fundação de uma nova ciência” (Lukács. *History and Class Consciousness*. 1923. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lukacs/works/history/ch02.html> ).

projetos imperialistas concorrentes que ocorreram na transição de duas eras conforme definidas por Eric Hobsbawm. Em “*A era do capital*”, Hobsbawm (1975) afirma que no final do século XIX, a economia capitalista havia mudado de forma significativa em certos aspectos fundamentais: primeiro, o processo de industrialização dos países desenvolvidos entrava em uma nova era, movida por novas fontes de energia, novos tipos de maquinário e indústria baseadas em novas ciências, não mais determinadas por invenções e métodos da primeira Revolução Industrial; segundo, o surgimento de mercados de consumo e produção em massa, que deu origem à alta demanda internacional pela borracha; terceiro – e de acordo com Hobsbawm (1996, p. 418-419), esse foi o “desenvolvimento mais decisivo” –, uma ‘reviravolta paradoxal’ que criou um cenário de ‘competição internacional entre economias industriais nacionais rivais’, em especial, a inglesa, a norte-americana e a alemã. Nesse período, marcado pela transformação do capitalismo industrial nacional em capitalismo monopolista internacional, ressurgiram velhas formas de arregimentação humana sob um novo ideal de ‘imperialismo’, a polarização entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas foi consolidada e foi criada uma elite financeira com acesso a mecanismos de controle social sem precedentes<sup>6</sup> para os impérios do mundo capitalista, industrial e globalizado. Progressivamente, mais e mais lugares do mundo são divididos para participar dos mercados internacionais disputados entre as potências imperialistas, que aperfeiçoam tratados de submissão indireta de setores vitais de produção industrial, se apropriando dos meios de produção e do controle sub-reptício dos aparatos de governo e Estado.

Em partes da Amazônia, essa empresa exploratória tomou forma na escravização de indígenas locais para coletar borracha natural, uma nova mercadoria que mobilizou a criação de um mercado internacional bilionário que permanece em atividade desde então<sup>7</sup>. Se encerrou nesse período o ciclo de construção do liberalismo político moderno, marca da “Era das Revoluções”<sup>8</sup>, que recrudescer no calor dessa rivalidade econômico-produtiva das potências capitalistas centrais e, ao se acirrar na esfera política, proporcionou uma crise entre modelos de Estado com projetos internos de acumulação, produção e consumo antagônicos, marcados pela

---

<sup>6</sup>Sendo os “escândalos de Putumayo”, como se pretende demonstrar, um dos exemplos que comprovam a presente afirmação, na medida em que foram mobilizados para dar suporte a projetos de poder econômicos privados apresentados através da lógica do interesse soberano do Estado-nação.

<sup>7</sup>A Tailândia liderou a produção de borracha natural no mundo em 2021, com 4,83 milhões de toneladas, enquanto o mercado de borracha sintética teve valor estimado, para o mesmo ano, de 19 bilhões de dólares. (STATISTA RESEARCH DEPARTMENT, 2023 – disponível em: <https://www.statista.com/statistics/275397/caoutchouc-production-in-leading-countries/> ).

<sup>8</sup>De acordo com a divisão por “eras” em Hobsbawm, a “Era das Revoluções” se inicia com a Revolução Francesa, em 1789, e se encerra na década de 40 do século XIX, quando a Revolução Industrial dá forma definitiva para o capitalismo europeu.

tendência a incentivar a competitividade do capital (Hobsbawm, 1996). É relevante notar a sequência cronológica de certos acontecimentos: a lei de Aberdeen<sup>9</sup>, assinada em 1845 (ano que marcou simbolicamente o fim da Era das Revoluções, de acordo com Hobsbawm), anunciou o encerramento do processo de escravidão institucional moderna<sup>10</sup>. A escravidão indígena na Amazônia borracheira funcionou, portanto, como uma válvula exaustora para o novo ciclo de direitos introduzido com o fim da escravidão em países que lideraram o processo de industrialização e concentraram suas populações no ambiente urbano. Se o sistema capitalista pôde mobilizar o fim da escravidão institucional e o surgimento da classe do proletariado, não foi, contudo, sem certas permanências pontuais, convenientemente regionalizadas em lugares “exóticos”, povoados por populações “não-civilizadas” de acordo com o léxico da hegemonia cultural europeia.

Embora teóricos associados à construção e à consolidação do conceito de “imperialismo” como ferramenta da metodologia marxista no período não tenham analisado especificamente os escândalos de Putumayo como objeto, as análises de caso e as conclusões em torno desse conceito foram percebidas como pertinentes a esta pesquisa, e compartilham com os eventos aqui abordados um importante nexo de temporalidade. Na obra “*A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*”, Rosa Luxemburgo discorreu sobre o período de 1900-1910, “particularmente característico para o movimento mundial imperialista do capital” (Luxemburgo, 1970, p. 186). Esse período ficou marcado por empréstimos internacionais, pelos quais o capital buscava ampliar a rede mundial de “industrialização e emancipação capitalista”, em busca de novos mercados e zonas de influência. Foram mecanismos financeiros dessa natureza que fomentaram a disputa pela região entre o Caquetá e o Putumayo, região que possuía dois elementos atrativos ao capital internacional: reservas de espécimes da árvore produtora do melhor látex natural que existe<sup>11</sup> e de força de trabalho ‘ociosa’.

Se a História tem algum papel transformativo na sociedade que se dispõe a analisar, essa é minha contribuição para reclamar as injustiças cometidas contra o povo e a terra da tão simbolicamente retratada e continuamente devastada Amazônia. A minha voz, reconhecidamente estrangeira, se reúne em solidariedade para acusar o direito humano e

<sup>9</sup> Lei que proibiu o tráfico transatlântico de escravizados africanos e transformou a Marinha britânica no principal meio de *law enforcement* do período final da *Pax britannica*.

<sup>10</sup> A escravidão moderna, na chave da “longa duração”, permanecerá vigente para além da institucionalidade; o Putumayo, bem como tantos outros exemplos, não deixa dúvidas a esse respeito.

<sup>11</sup> A borracha natural amazônica derivada da *hevea brasiliensis* continua tendo um produto qualitativamente superior a outros congêneres de borracha natural, algo registrado em tipologias industriais de informes comerciais dos jornais abordados no capítulo 3.

ecológico transgredido. A trajetória percorrida foi inconstante e sofreu uma mudança de eixo significativa, que foi tomada em respeito à responsabilidade do trabalho científico que aqui se encerra e com vistas a contribuir de forma substantiva à historiografia sobre o Putumayo e a exploração da Amazônia.

Ademais, sobre certas escolhas textuais, enfatiza-se que aspas são empregadas para expressões emprestadas de outros autores, sempre referidos nos trechos em questão. Além disso, palavras em itálico são utilizadas para expressões em língua estrangeira. Em relação às referências bibliográficas, a dissertação seguiu a norma NBR 10520 de citações, cuja indicação de autoria de pessoa física, dentro dos parênteses, deve ser feita em letras maiúsculas e minúsculas.

A Floresta fala e escuta. A Palavra é nosso instrumento. Assim falou *Buinaima*.

## CAPÍTULO I - OS ESCÂNDALOS DE PUTUMAYO À LUZ DA TEORIA DO IMPERIALISMO

Para compreender-se o surgimento da PAC e sua expansão nessa região, é necessário retroceder para a trajetória pessoal de seu fundador, o comerciante Julio Cezar Arana. Arana, nascido em 1867 na região de Rioja, no Peru, surgiu nos periódicos de seu país como um pequeno comerciante que chegou à Iquitos vendendo chapéus modelo panamá. Rapidamente, o empresário diversificou seus empreendimentos e passou a fornecer produtos para as *caucheries* colombianas que dominavam o entorno dos rios Putumayo, Caquetá, Igaraparaná e circundantes. Nesse período, a borracha estava se tornando uma mercadoria extremamente lucrativa e altamente demandada pelos mercados internacionais. O empresário se privilegiou da proximidade de Iquitos dos leitos dos rios, enquanto os colombianos sofriam com a distância de suas cidades.

No início do século XX, Arana conquistou a concorrência e se tornou senhor das terras do Putumayo e região. Em 1905, sua empresa se tornou um empreendimento internacional, adquirindo substancial capital inglês na bolsa de Londres, ocasião em que foi renomeada para *Peruvian Amazon Company*. No Brasil, a empresa construiu uma importante filial em Manaus, por onde sua produção era enviada para os portos estrangeiros.

Os métodos brutais para a obtenção da borracha empregados pela PAC chamaram a atenção do jornalista peruano Benjamín Saldaña Rocca em Iquitos, o primeiro que se dispôs a denunciar publicamente a empresa e seu fundador por crimes violentos cometidos contra populações indígenas da região. Os periódicos *La Sanción* e *La Felpa* circularam as primeiras denúncias para o público em formato de charge. Apesar das repetidas denúncias não terem suscitado nenhuma resposta imediata, nem das autoridades, nem da própria empresa, o jornalista prosseguiu denunciando a PAC e o apoio institucional do governo peruano para o massacre.

Em janeiro de 1908, o engenheiro norte-americano Walter Hardenburg chegou ao Putumayo acompanhado de seu amigo W. B. Perkins, depois de passar o ano anterior tentando arrumar trabalho na construção da linha férrea Madeira-Mamoré no Brasil. O *boom* da borracha estimulou os amigos a conhecer as regiões amazônicas ricas em espécimes produtoras de látex. Esse tipo de viagem era muito comum no período e deu origem a um gênero literário próprio. Os dois viajantes entraram em contato com o comerciante colombiano David Serrano na estação de coleta de borracha *La Reserva*, na região do Putumayo, com planos de se associarem ao seu empreendimento.

Em fevereiro de 1908, Hardenburg e Perkins foram detidos por funcionários da PAC, que saquearam a estação e levaram a família de Serrano como reféns. Nas semanas seguintes ao ocorrido, os dois foram testemunhas da brutalidade dos métodos empregados pelos funcionários da empresa contra as populações indígenas e seus concorrentes comerciais. Hardenburg foi libertado ao ameaçar processar a PAC nos tribunais londrinos, porém Perkins permaneceu mantido prisioneiro e só encontrou seu companheiro meses depois em Iquitos. Hardenburg permaneceu mais de um ano na cidade peruana reunindo provas contra a PAC, as quais consistiram nas denúncias do jornalista Benjamin Rocca nos periódicos *La Felpa* e *La Sanción*. Sobre os esforços de Hardenburg, registrou a historiadora Maria Elisa Gurgel (2017, p. 16):

Enquanto estava em Iquitos, Hardenburg entrevistou Julio César Arana, que negou todas as denúncias e ofereceu indenização a Hardenburg pelo extravio de sua bagagem no Putumayo. Desconfiado de que J. C. Arana estava, maquiavelicamente, planejando silenciá-lo, Hardenburg viajou para Manaus em junho de 1909 e um mês depois chegou a Londres, onde procurou a ajuda do Reverendo John Harris, secretário da Anti-Slavery and Aborigines Protection Society, uma instituição humanitária. O Reverendo Harris apresentou Hardenburg aos editores da revista Truth, que assumiu oficialmente e financeiramente a causa da escravidão no Putumayo, iniciando, em setembro de 1909, com a publicação de um artigo: “The Devil’s Paradise: A British Owned Congo”, devido à participação de numerosos acionistas ingleses na PAC. Depois de algum tempo, as denúncias de Hardenburg resultaram em um livro intitulado *The Putumayo: The Devil’s Paradise* (1912). Tudo isso levou à criação de uma comissão especial parlamentar em Londres para investigar as atrocidades no Putumayo, muitas das quais eram alegadamente praticadas por capatazes barbadianos e, conseqüentemente, britânicos, pois esses funcionários da empresa se diziam súditos britânicos (Gurgel, 2017, p. 16).

A comissão especial parlamentar instituída em Londres tinha como chefe de comissão o cônsul da Coroa britânica estacionado no Brasil, Roger Casement. Casement era uma figura célebre nos jornais por ter se tornado o principal responsável pela investigação que revelou ao mundo o infame regime escravista do imperador belga Leopoldo II no Congo – que funcionava para a produção de borracha. Seu amplamente divulgado “*Casement Report*”, resultado das investigações sobre os crimes no Congo, foi publicado em 1904. Naturalmente, Casement era o indivíduo mais apropriado para chefiar a comissão e produzir um relatório expedido pelo Secretário das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, Sir Edward Grey. Pelo relatório produzido em 1910, “*Informe sobre o Putumayo*”, recebeu também o título honorífico de Cavaleiro da Coroa. Ambos os relatórios foram publicados como “*Blue Books*”, livros oficiais britânicos. A partir das evidências fornecidas por Hardenburg e Casement, o Putumayo se tornou um assunto recorrente em periódicos pelo mundo afora, evidenciando o reinado de horror na Amazônia.

Esse fenômeno editorial ficou internacionalmente conhecido como “Os escândalos de Putumayo”.

O século XIX foi um período conturbado para a política do Brasil, do ponto de vista dos modelos de governo e da construção de interesses de Estado. Com relação à Amazônia, o período é marcado pelo “reposicionamento dos povos da região enquanto mão de obra” (Silva, 2020, p. 31), processo fundamental para garantir o contingente de trabalhadores necessários para a extração da borracha natural “enquanto não se estabeleceu a imigração dos trabalhadores nordestinos” (Cunha, 1992, p. 133). O evolucionismo social<sup>12</sup> que marcou o pensamento da época deu à ‘questão da humanidade dos índios’ uma resposta conveniente aos interesses comerciais imperialistas: na lógica do progresso, o ‘primitivismo’ dos indígenas exigia sua arregimentação para que fosse exercida sobre sua população a tutela das ‘instituições civilizadas’. A necessidade da mão de obra e os discursos evolucionistas que pregavam a “introdução das populações indígenas à civilização” convergiam na finalidade de submeter as populações amazônicas a um regime de trabalho compulsório. As discussões políticas que dominaram a maioria das províncias a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850 tratavam sobre “a questão da mão de obra, dos projetos de colonização e do estabelecimento do mercado de terras” (Silva, 2020, p. 34). De acordo com Silva (2020), esse momento marca de maneira definitiva as relações entre os povos indígenas da Amazônia e o Segundo Império do Brasil. A sistematização das terras devolutas, apesar do que assevera o art. 75<sup>13</sup> da lei, causou “funestas consequências” para os indígenas, que passaram a perder não só os seus direitos fundiários, mas também se tornaram alvo para um projeto de exploração que contava com sua permanência nas terras:

Verifica-se que, sob a égide missionária ou imperial, a política de arregimentação não abandona o projeto de exploração da região amazônica, evidenciando seu secular caráter exploratório. É com o reposicionamento da Amazônia, a partir da economia de base extrativista largamente desenvolvida na segunda metade do século XIX, que os povos indígenas da região sofreriam um novo cerco ostensivo e violento. (Silva, 2020, p. 34).

<sup>12</sup>A descoberta dos pressupostos científicos do evolucionismo biológico, por Spencer e Darwin, deram início a “estruturação do paradigma do evolucionismo social”, categorizando tipos humanos e dando viés de confirmação ao racismo científico (Chaves, 2003).

<sup>13</sup>“Art. 75. As terras reservadas para colonização de indígenas, e por elles distribuidas, são destinadas ao seu usufructo; e não poderão ser alienadas, em quanto o Governo Imperial, por acto especial, não lhes conceder o pleno gozo dellas, por assim o permittir o seu estado de civilisação.” (Acessado em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dim/dim1318.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim1318.htm))

Silva (2020) destaca que a disputa territorial na região do Putumayo entre Colômbia e Peru foi construída com base no princípio do direito internacional do *uti possidetis juris*<sup>14</sup>. Consagrada sob o latim do direito romano, essa era a autorização oficial ao estabelecimento de uma política de extermínio e dominação de territórios pelo argumento de que *estavam sendo ocupados*. A popularidade da recorrência do direito do *uti possidetis juris*, a lei do “já que possuis, é teu”, demonstra a desfaçatez com que se legitimou a usurpação de terras e o abuso de povos tradicionais, contrariando os discursos da ideologia da civilização e do progresso industrial urbano, mas em conformidade com a lógica expropriatória da terra como bem privado e não comunal, própria ao estabelecimento do capitalismo.

No eixo do pensamento capitalista, as novas repúblicas buscavam construir para si uma base material de nível superior através do processo que Adam Smith e Karl Marx chamaram de acumulação primitiva e, depois, capitalista. Nesse processo, a produção de riqueza cresceu para além de quaisquer fronteiras territoriais, estimulando e legitimando iniciativas como as *caucherías* do Putumayo, Caquetá e região. Invadir territórios, escravizar indígenas e ocupar a região como forma de comprovação de direitos de posse, nesse caso, levaram à criação de um império comercial de borracha amazônica.

Nesse contexto, os empreendimentos que surgiram no respectivo período, como a *Peruvian Amazon Company*, foram liderados por indivíduos que se dispuseram a ocupar e resistir à força nessas terras sem jurisdição definida e encontrar um meio de submeter as populações indígenas a um regime de trabalho que invariavelmente assumia características análogas à escravidão – acima de tudo, como o próprio Casement pontua no decorrer de seu diário, o que importava era *vender borracha*.

O fenômeno editorial conhecido internacionalmente como os “escândalos de Putumayo” se refere eminentemente a dois conjuntos de textos diferentes, que permeiam um esforço convergente de atuação institucional. O primeiro conjunto se inicia com o trabalho jornalístico de Saldaña Rocca, ao denunciar as atividades da *Peruvian Amazon Company* no Putumayo, e compreende todo o ciclo de denúncias nos jornais nacionais e internacionais sobre o furor de violência que alimentava as exportações vindas das estações de coleta de *El Encanto*, *La Chorrera* e tantas mais, bem como o interesse de periódicos comerciais pelo julgamento internacional da empresa, especialmente a imprensa brasileira, cuja produção editorial será

---

<sup>14</sup> Princípio do direito internacional segundo o qual a ocupação de fato de um território dá direito de posse sobre ele. O princípio autoriza uma parte a contestar e reivindicar um território adquirido pela guerra, e foi historicamente utilizado, por exemplo, na anexação do disputado território de Alsácia-Lorena pelo Império Alemão no século XIX. A região de Alsácia-Lorena é um dos principais territórios em disputa tanto na Primeira Guerra quanto na Segunda Guerra Mundial.

analisada por amostragem. O outro conjunto de discursos e fonte de informações diz respeito à produção textual que se inicia com a investigação do cônsul irlandês Roger Casement a mando da Coroa inglesa. A trajetória de vida do irlandês povoou a imaginação de autores literários, tão literal era o papel simbólico que desempenhava que dificilmente se poderia criar um personagem cujo destino tivesse estampado de forma mais patente as contradições do capitalismo imperial. O mito do “sonho do Celta” libertador, que derrotou a tirania alhures mas não pôde libertar seu próprio povo. Compõem também esse conjunto: os autos diplomáticos e judiciários produzidos por agentes de governo britânico, que foram recolhidos na base de dados do *UK Parliament Hansard*<sup>15</sup> e a produção de documentação jurídica dos juízes peruanos Paredes e Valcárcel.

Ainda sobre o personagem mais célebre a participar dos escândalos em sua era: diante de uma concepção de totalidade, podemos desmistificar a atuação de Casement, que convenientemente serviu aos interesses de controle do mercado da borracha e foi descartado assim que seu comprometimento político, forjado no contato com as injustiças no Congo e no Putumayo, se voltou contra o centro imperialista do qual foi partícipe. Nessa perspectiva, fica clara a convergência entre o processo de denúncia e judicialização da violência no Putumayo e do corte do financiamento do projeto extrativista e da exaltação das vantagens comerciais e civilizacionais das *plantations* de borracha na Ásia e da concentração do investimento de capitais de exportação nesse novo mercado, mesmo entre investidores no Brasil. Muitos aspectos se tornam evidentes nesse recorte, como por exemplo a tendência já presente, e que permanece muito atual, do capitalista brasileiro em investir fora do país, em decorrência das dificuldades que nossos mercados tem de se inserir em posição de competitividade contra os monopólios internacionais. Sendo somente produtores de *commodities*, nossos industriais e empresários não se preocupam em capitanear o desenvolvimento tecnológico e industrial dos parques nacionais, dos centros urbanos e da geração de empregos qualificados para a massa proletária brasileira, confortavelmente preferindo investir em mercados mais promissores fora do país, já que os mecanismos de exportação de capital permitem e incentivam essa comodidade. Esses dois conjuntos de discursos, recorrentes no debate público, acabam por dominar todo o horizonte de discurso político no período de recorte.

A escolha por analisar esses acontecimentos à luz de um conceito de imperialismo surgiu durante o processo desta pesquisa no momento em que ficou claro o esforço discursivo presente no que ficou conhecido como os “escândalos de Putumayo” em dissociar dos interesses

---

<sup>15</sup>Acessado em: <https://hansard.parliament.uk/>

do capital internacional a articulação e o financiamento da atuação violenta e criminosa contra os povos indígenas, bem como dos resultados das investigações oficiais e suas consequências legais. Essa preocupação se manifestou em dois padrões de discurso complementares: a desvalorização e o questionamento do extrativismo amazônico, expressa enfaticamente pela construção dos “escândalos de Putumayo” e sua popularização no imaginário social da época, associando a violência na Amazônia ao Congo belga e dando a eles o mesmo tratamento institucional, a condução de uma investigação conduzida por um agente de um governo estrangeiro de orientação imperialista<sup>16</sup>; por outro lado, ao iniciar-se uma campanha de propaganda sobre as *plantations* de borracha emergentes da Malásia, Indonésia e Ceilão destacando a construção desse novo modelo de mercado como um esforço industrial modernizante e moralizador do capital internacional. Esse modelo é apresentado como antípoda das violências praticadas nos trópicos da África e da Amazônia com convivência e participação decisiva de comerciantes e políticos locais. Nessa troca de interesses podemos ver em ação a movimentação ideológica do capital para apresentar a solução de um problema que foi criado pela introdução de suas linhas de financiamento e crédito e pelo seu próprio movimento de expansão internacional (Furno, 2022)<sup>17</sup>. É fundamental enfatizar que, sem o empréstimo inicial do qual dispôs Arana, o extermínio da concorrência e das populações indígenas no Putumayo não poderia ter acontecido tal como ocorreu. É notável que, apesar da obviedade dessa constatação, essa relação nem sempre apareça como elemento de maior importância ao discutir os elementos que levaram ao terror no Putumayo.

Nesse trabalho, os jornais têm centralidade como fonte e objeto pois, em primeiro lugar, há o fato de que os “escândalos de Putumayo” são justamente o efeito da veiculação das notícias dos crimes em jornais pelo mundo. O intuito ao relacionar os “escândalos” com o imperialismo é apontar a percepção de *intencionalidade* das potências imperialistas que acabaram por se aproveitar desse fenômeno, inicialmente espontâneo e decorrente da preocupação humanista de indivíduos como o jornalista Benjamín Rocca, que, ao ser trazido para a uma audiência internacional e fortalecer o argumento de autoridade da jurisdição inglesa, foi conduzido de forma a atender aos interesses do capital e ofereceu a oportunidade de se construir um discurso de legitimidade ao domínio imperialista, que carecia da legitimidade

---

<sup>16</sup> Em ambos os casos (Congo e Putumayo), convém apontar, o mesmo investigador foi enviado, o cônsul irlandês Roger Casement.

<sup>17</sup> “Segundo Eric Hobsbawm, a característica mais importante do século XIX foi a edificação do que podemos chamar de uma economia mundial” (Furno, 2022, p. 17). De acordo com Furno (2022), no período em questão, a “economia mundial” passou a ser baseada em monopólios que controlavam toda a vida econômica e o aumento da importância do capital financeiro também acirrou as disputas que levaram ao início da Primeira Guerra Mundial.

social tradicionalmente associada ao Estado. A defesa dos direitos dos indígenas do Putumayo, uma vez alinhada ao interesse do capital, era associado a esse simbolicamente, ocultando o fato anterior de que foi atendendo a esse mesmo interesse que a PAC fora alçada a conquistar sua posição dominante.

Conclui-se aqui que há uma substantiva parcela de responsabilidade pela expansão da cultura de terror no Putumayo que deve ser entendida pela vontade e oportunidade de obter lucro por indivíduos que, posteriormente, manobram seu capital para outro destino e, com isso, pretenderam apagar sua participação histórica no debate público. Essa manobra, porém, não passou despercebida, como apontado mais à frente, sobretudo em destaques de jornais internacionais ligados a concorrentes do capital inglês. O apagamento dessas relações e a denúncia da violência como produto das relações interpessoais das culturas sul-americanas são o traço essencial dessa intencionalidade ocultada. A farsa e a comprovação dessa ocultação, típica da ação ideológica do capitalismo, é o que se buscou comprovar como objetivo último desse trabalho.

O engenheiro Walter Hardenburg, principal responsável por iniciar esse processo de disseminação das notícias dos crimes a nível internacional, carregou consigo as primeiras denúncias publicadas nos jornais peruanos *La Sanción* e *La Felpa* para iniciar um ciclo de publicações em jornais ingleses, a partir do *Times*, na Londres de 1909. O jornal como veículo de expressão dos interesses nacionais e capitalistas e a repercussão pública gerada pelo caso têm grande importância no processo de combate à violência contra os indígenas na Amazônia. Foi através da imprensa que se criou o ambiente público que abriu caminho para a ação institucional, que proporcionou a intervenção imperial do governo britânico e resultou na decadência da expansão comercial da borracha amazônica. De forma bastante direta, a irrupção dos “escândalos” e a “fuga de capital” também interromperam os processos de modernização e industrialização que ocorriam nas cidades de Manaus e Iquitos. Os jornais brasileiros atuaram ora para proteger interesses do capital, ora para censurar autoridades, ora para exigir providências institucionais e reclamar posicionamentos e a ação dos diferentes governos que se impuseram sobre o que acontecia na floresta. As vozes dos jornais tinham atuação política claramente definida. Opiniões de natureza heterogênea concorreram nas páginas dos jornais para elaborar diferentes representações para o Putumayo.

A partir da primeira metade do século XIX, a demanda internacional por borracha ocasionou a abertura de *caucherías* e seringais que se espalharam pela Amazônia, adotando

métodos variados, a princípio em iniciativas modestas a nível quantitativo de exportação<sup>18</sup>. “Na Amazônia da virada do século XIX para o século XX, não faltavam motivações para as “hostilidades” entre índios e brancos” (Silva, 2020, p. 40). A crença inabalável na missão libertadora que os povos brancos desempenhariam na conversão e integração das populações indígenas no período servia de justificativa para a política de extermínio dessas populações, imposta duramente nos processos de implementação do comércio da borracha de exportação. A feição ideológica do capital se assume explicitamente na visão do indígena como “recurso necessário” e “detentor originário dessa tarefa hercúlea” (Silva, 2020, p. 43), a extração da borracha. Agassiz afirma que, nesse período, o estabelecimento do regime de trabalho e das práticas de violência perpetradas contra os povos da região acabou por implementar um sistema de escravidão por dívida, que aprisionava os trabalhadores num ciclo de dívidas que jamais eram quitadas<sup>19</sup>.

As diferenças entre as plantas das quais se obtém a borracha é determinante no regime de exploração que será empregado para esse fim, o que conduziu a diferenças significativas nos modelos de produção adotados de acordo com cada tipo de reserva vegetal. No Brasil, havia modalidades de *seringalismo* que ficaram marcadas pela presença da mão de obra imigrante e sedentarizada, que exploravam a longo prazo colônias comparativamente reduzidas de árvores de *hevea brasiliensis*, que sob o método de escoamento apresentam uma produção relativamente abundante e de um material de altíssima qualidade, e permite grande aproveitamento das árvores, que permanecem produtivas por um período de tempo mais longo. No rescaldo das denúncias e da internacionalização do caso no Putumayo, a indústria brasileira se esforçou para associar sua produção a essa imagem e se distanciar das imagens de escravização de indígenas, embora a existência desse tipo de violência nas fronteiras brasileiras já fosse notoriamente documentada<sup>20</sup>. Nas *caucherias* peruanas do Putumayo, o látex é extraído da *castilla ulei*, uma matriz que não permite o mesmo regime de coleta do gênero *hevea*. Essa característica ocasionou o estabelecimento de uma espécie de nomadismo predatório, em que

---

<sup>18</sup> “O crescimento das importações de borracha pela Inglaterra, (...) de 1850 (...) a 1876, era realmente notável, mas as quantidades viriam a ser desprezíveis pelos padrões de vinte anos mais tarde” (Hobsbawm, 1996, p. 73.)

<sup>19</sup> É notável como, no capitalismo, o sistema de escravidão por dívida é uma ocorrência comum, e em nossa própria época podemos encontrar uma abundância exemplos perturbadoramente similares (Agassiz e Agassiz, p. 247)

<sup>20</sup> Euclides da Cunha foi pioneiro nas denúncias de escravização na Amazônia, tendo dedicado parte significativa de sua produção jornalística durante seus anos chefiando a comissão internacional no Alto Purus para analisar as relações humanas no “paraíso perdido”. Essa fase do autor influenciou autores como Alberto Rangel, que escreveu o popular “Inferno Verde” em 1907, baseado no mercado extrativista que explorou mão de obra indígena. (Santana, 2000)

os caucheiros caçavam os indígenas e as árvores, para extrair deles caucho e trabalho. “Chegam, destroem, vão-se embora, sangrando até a morte o homem e a árvore” (Silva, 2020, p. 44).

As *caucherias* de Arana estabeleceram o que Taussig chamou de cultura do terror (Taussig, 1987, p. 3-5) contra as populações indígenas da região muito por conta da aniquilação das iniciativas colombianas de disputar esse vasto território e se estabelecer competitivamente na fronteira. O terror tem um caráter pragmático de aniquilação da competitividade comercial. Quando o peruano chegou ao Putumayo, em 1896, empresários colombianos controlavam a região. As iniciativas comerciais borracheiras, contudo, sofriam com a distância da capital colombiana. O empresário aproveitou esse cenário para ampliar seu negócio com o apoio do governo de Loreto e tendo como base a cidade de Iquitos, que ficavam muito mais próximos do leito dos rios do que as cidades colombianas que ofereciam suporte às suas empresas conterrâneas. Também nesse processo de disputa podemos ver a prevalência do monopolismo tomando forma e se tornando modelo dominante. A eliminação da concorrência por parte de Arana e seu império foi notadamente brutal.

Em 1904, Arana fundou a *J. C. Arana y Hermanos*, com uma filial na cidade de Manaus. No mesmo ano, adquiriu as estações de *Chorrera*, *El Encanto* e *Argélia*, se tornando o senhor das terras entre o Putumayo e o Caquetá. “A referida região consistia em um vasto território ocupado, desde tempos imemoriais, por um conjunto de povos indígenas” (Silva, 2020, 63). Em 1905, Arana foi à Inglaterra e apresentou a investidores ingleses seu empreendimento na região<sup>21</sup>. Nessa ocasião, foi formada a Peruvian Amazon Rubber Company Ltd (posteriormente somente Peruvian Amazon Company, Ltd<sup>22</sup>), com capital de 1 milhão de libras esterlinas divididas em ações ordinárias e preferenciais de 1 libra.<sup>23</sup> A composição da empresa nos permite refletir sobre as características da expansão do capital desse período. Primeiramente, temos um volume significativo de capital sendo exportado para uma operação na Amazônia, o que nos indica o típico movimento de expansão das divisas do capital e a participação ativa de uma elite financeira da Inglaterra para transformar uma operação de

---

<sup>21</sup> No decorrer dessa pesquisa, nunca me deparei com nenhuma documentação referente a esse importante encontro, nem com relação à composição dos cargos administrativos que ficaram estabelecidos nessa ocasião.

<sup>22</sup> No corpo do texto, a empresa é também mencionada apenas pela sigla “PAC”.

<sup>23</sup> Os valores nos apresentam como o mecanismo de dispersão de capital da ação ordinária utilizado nessa ocasião era altamente capilarizado. Isso nos demonstra, ao menos, o caráter experimental do mecanismo financeiro utilizado. Não podemos afirmar se havia qualquer participação mais direta de nenhum acionista estrangeiro no dia a dia das estações de coleta na região do Putumayo, e nem interessa fazê-lo. Seria, contudo, interessante conhecer mais a respeito da composição dos quadros oficiais da PAC no sistema financeiro da bolsa de Londres, mas não posso afirmar sequer se existe uma tal documentação a esse respeito. Hardenburg, porém, é bastante preciso com relação aos capitais e demonstra uma preocupação em registrá-los – como todo bom comerciante no período (Hardenburg, 1913, p. 201).

pequena escala num monopólio de horror na Amazônia. Essa participação, porém, acaba diluída no capital financeiro de forma que o financiamento se torna uma entidade incorpórea e impessoal distante da violência explícita.

Hardenburg não especificou a composição de acionistas que tenham formado o conselho diretor nesse momento mas podemos encontrar referências aos acionistas, sempre de forma impessoal e coletiva, em abundância nos jornais estrangeiros, especialmente da imprensa alemã, algo que os jornais brasileiros mencionados no capítulo 3 irão repercutir em mais de uma ocasião. Os jornais e comunicações oficiais recolhidas no *UK Parliament Hansard* falam pontualmente sobre membros da diretoria da empresa, raramente especificando nomes ou precisando um número exato de diretores publicamente<sup>24</sup>.

A violência predatória contra os indígenas no Brasil para fins de extrativismo nesse período já vinha sendo exposta por Euclides da Cunha, nomeado chefe da comissão mista brasileiro-peruana para demarcação e reconhecimento da fronteira do Alto Rio Purus em 1904, mesmo ano de fundação da Casa Arana. Nesse período, o brasileiro produz uma série de relatos e reportagens que ficaram conhecidos como “ciclo amazônico” (Cunha, 2000). Nesses textos, Euclides relata de forma ampla a “exploração, violência e a resistência dos seringueiros da floresta” (Silva, 2020, p. 42). O Brasil possuía uma variedade de modelos de produção que por vezes divergiam da exploração do trabalho indígena e eram condicionados, como já mencionado, pelo tipo de espécie natural de cada região. As possibilidades de extrativismo da borracha e de suas aplicações industriais entusiasmavam comerciantes e inventores no período.

A literatura de viajantes, fenômeno da indústria editorial no período, gênero no qual a publicação do livro de Hardenburg se insere, em primeira análise, documentou fartamente essa variedade de modelos de produção, e apresentam ricamente a divergência de perspectivas que a Amazônia criou na mente dos indivíduos que entraram em contato com suas paragens nesse recorte temporal. Um exemplo casual é o livro “*O Brasil e os brasileiros*” de G. J. Bruce, escrito entre 1913 e 1914 e publicado em 1915, já no período em que a importância da borracha natural amazônica estava em declínio anunciado no mercado internacional. O viajante inglês, contudo, fez projeções otimistas sobre a atividade no Brasil e fornece uma série de observações interessantes sobre a produção da borracha na Amazônia brasileira. Bruce demonstrou não identificar no mercado dos seringais brasileiros o impacto percebido nas bolsas de valores, a

---

<sup>24</sup> Entre 1913 e 1914, foram publicadas algumas aspas anônimas de investidores da PAC que afirmavam não ter conhecimento das atrocidades cometidas, ocasionalmente condenando a violência, em jornais de países anglófonos. Essas informações, porém, constam no Livro Azul Britânico de Casement, bem como no *El Proceso del Putumayo*, iniciado em 1915 pelo juiz Carlos Valcárcel, e finalizado por seu substituto, Rómulo Paredes.

queda vertiginosa dos lucros exorbitantes auferidos no comércio da borracha. Sua percepção faz um contraponto à tônica do que era percebido em um nível muito maior da disputa econômica, e demonstra como os interesses da classe capitalista não se refletem na realidade das matas e suas dinâmicas próprias, nem no processo produtivo *per se*, que não necessariamente obedece à vontade de lucro. Enquanto o capital foi capaz de trazer o terror e a morte no Putumayo, suas variações dinâmicas não impuseram às dinâmicas das matas muitas diferenças estruturais. A reprodução do capital não se refletia no melhoramento das suas áreas de atuação, nem essas se tornavam “carentes” da sua vigência.

Bruce observou, por exemplo, que as reservas de seringueiras e de *caucho* (nome popular da *castilla ulei*, e que também se refere ao seu produto) acompanham o leito dos rios e ditam a dinâmica do trabalho nessa paisagem natural única (Bruce, 2004, p. 107). Em seus escritos, encontramos uma defesa do sistema amazônico e da sua competitividade contra o sistema malaio, contrariando o consenso dominante. Bruce afirma que “a remuneração é melhor no Brasil do que em qualquer outra região produtora de borracha”, único local em que os coletores de borracha conseguiriam “com seus rendimentos, adquirir um seringal” (Bruce, 2004, p. 107). A existência de uma defesa pública da viabilidade do modelo seringalista que surge como a síntese do sistema de trabalho na extração de borracha amazônica nos mostra como a referência dominante da grande produção cria uma hierarquia clara e toma conta do processo produtivo<sup>25</sup>. Esse é um contraponto que não encontraria defesa na imprensa, voltada ao favorecimento dos interesses do capital internacional.

Os escândalos contribuem para estabelecer uma imagem de continuidade entre os regimes de exploração do Estado Livre do Congo de Leopoldo II e do Putumayo da Peruvian Amazon Company, não como experiências de alocação de recursos do capital internacional, mas como expressões do primitivismo regional. É perceptível nos mecanismos de controle e financiamento um processo de aprimoramento da exploração do trabalho que acontece nesse movimento de dispersão do capital internacional e criação de novos mecanismos financeiros de concentração e atualização do capitalismo industrial. Vem daí a importância de compreender o caráter transformativo na relação que se estabelece entre o capital e o trabalho nessa fase do capitalismo.

Podemos perceber a atualização dos mecanismos e da simbologia da dominação sob o regime do capitalismo e a abolição das fronteiras internacionais para a promoção de uma nova

---

<sup>25</sup> Característica definidora do monopólio, a supremacia hierárquica de quem controla o preço, a oferta e portanto, toma as decisões no que se referem a produção industrial de mercadorias e maquinário dependentes de suprimento de borracha.

conquista, nova colonização sobre os territórios que possam ser interessantes a nível de produção, criação e concentração de riqueza e renda. O desdobramento da teoria da acumulação primitiva, um salto na apropriação privada do maquinário de exploração colonialista. Entre o Congo e o Putumayo, há o afunilamento e o sumiço da figura individual na dispersão da agência histórica em um spray de ativos financeiros. Se Leopoldo II se tornou a epítome simbólica do explorador moderno, absolutamente cruel e sanguinário, um personagem literário e jornalístico que movimentava as prensas da época, o mesmo não acontecerá com os impolutos lordes da bolsa londrina. Denunciar a contradição não implica em criar duas versões do ocorrido. É muito possível mesmo que nenhum diretor inglês conhecesse a brutalidade da selva amazônica em primeira mão, e mesmo que concebesse uma tal brutalidade. A veiculação da peça de propaganda “O Curumi” no *Jornal do Commercio de Manaus* nos demonstra a preocupação de Arana em apresentar a realidade das estações de coleta no Putumayo de forma artificialmente suavizada, através do que havia de mais tecnológico no período: a produção fotocinematográfica – nesse ínterim, ele acabou se tornando um dos primeiros mecenas da indústria fotográfica na América do Sul. A contradição fica demonstrada de qualquer forma, já que a própria possibilidade de não ser dado a conhecer o empreendimento que financia diretamente é uma novidade introduzida nessa fase transicional do imperialismo monopolista. Uma nova identidade para o investidor moderno. Daí a importância de compreender o caráter evolutivo e autófago do sistema capitalista, em constante superação de suas formas anteriores, permanecendo em aprimoramento contínuo e procurando *melhor se adequar* ao controle político, cultural e social<sup>26</sup>.

O domínio econômico que um país exerce sobre outro é uma condição historicamente condicionada. No caso da indústria da borracha, a intensificação da produção e a sistematização da violência no Congo como forma de obter mão-de-obra fez da fronteira amazônica, região fartamente abundante nas melhores reservas naturais de árvores produtoras de látex, um destino atrativo para iniciativas semelhantes. A transformação dos corpos e dos recursos naturais em mercadoria carrega um traço de conveniência de mercado mas a crença na superioridade racial não foi um discurso sustentado somente a nível de justificação do *homo economicus*, mas uma profissão de fé e a criação de um marco de identidade de classe.

---

<sup>26</sup>Vértice particularmente importante para o pensamento marxista no que diz respeito à necessidade do *processo revolucionário* para a *superação* do sistema capitalista. Sendo um sistema permanentemente condicionado para adaptar seus mecanismos de controle financeiro, nenhuma reforma poderia transformá-lo qualitativamente, já que concorrem para o benefício da manutenção do predomínio da agência política de sua *classe*.

A narrativa que associa o Congo ao Putumayo encontra sua síntese na implantação do regime de *rubber plantations* em vastas regiões entre a Malásia, Ceilão e Indonésia. Essas são apresentadas não só como um mercado promissor em vias de se tornar monopólio incontestável, mas também como solução de um problema social e civilizatório. A pressão econômica do horizonte da baixa nos preços, que em última instância seria o que inviabilizou a continuidade do sucesso do negócio da PAC, é um aspecto sem o qual a compreensão da brutalidade fica incompleta, como se não houvesse sido empregada com vistas a um objetivo material, o rápido estabelecimento e intensificação de produção da borracha. Apesar de suas outras determinações concretas, a *cultura do terror* foi sobretudo produto do cálculo econômico, que em nome da racionalidade prática sugeria a *urgência em extrair o máximo de valor de um modelo de produção em vias de ser superado*. Essa situação é criada por meio de outras contingências além do controle de qualquer agência, mas a relação já ficou demonstrada. Através dessa lente, as ações dos funcionários da PAC ganham sentido: a janela de oportunidade para lucrar com um modelo de negócio condenado em um cenário econômico de disputa internacional sem precedentes. O processo de aprimoramento desse sistema é concluído na implantação das *rubber plantations*. Através das experiências no Congo e no Putumayo, limites foram testados para se encontrar um modelo socialmente adequado, tanto no ponto de vista do lucro, quanto dos princípios humanistas modernos, criando um cenário favorável aos discursos de representação, sobretudo na imprensa, capazes de apaziguar as sensibilidades dos beneficiários e partícipes diretos e indiretos desse regime de espoliação tornado *impessoal*.

### **1.1. RECORTES BIBLIOGRÁFICOS SOBRE O PUTUMAYO: IMPRENSA, DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS E LITERATURA**

Como fonte da análise realizada no capítulo 3, foram utilizadas coleção de edições dos periódicos *Jornal do Commercio de Manaus* e *Correio Paulistano*, coletadas para reconstruir o painel de evidências e discursos que compôs o fenômeno editorial internacional dos “escândalos de Putumayo”. Esses escritos são uma amostra da produção da imprensa brasileira sobre o assunto no período, escolhidos pelos critérios lá expostos. A produção do jornalista peruano Benjamin Saldaña Rocca, a quem se atribui a autoria das primeiras denúncias contra os funcionários da PAC, não foi amplamente discutida no decorrer desta pesquisa<sup>27</sup>. Rocca foi o primeiro e mais destacado crítico da PAC; não se omitiu em denunciar a empresa diretamente,

---

<sup>27</sup> Os jornais de Rocca foram analisados por Leopoldo Bernucci e Ana Varela Tafur em “*Benjamín Saldaña Rocca: prensa y denuncia en la Amazonía cauchera*”, de 2020.

nem em responsabilizar Arana pessoalmente pelos crimes. Suas charges e críticas representam a primeira iniciativa em mobilizar a opinião pública contra a violência praticada no Putumayo, e seu discurso incisivo contra as autoridades peruanas, que evitavam se envolver no assunto e prejudicar o funcionamento de seu mercado de exportação, foi fundamental na revelação dos crimes contra os indígenas. De acordo com Gurgel, Rocca foi assassinado em 17 de abril de 1912, em Cerro de Pasco, na Colômbia, após viver na clandestinidade e se mudar constantemente a partir do momento em que a PAC se viu vulnerável às críticas e autoridades nacionais (Gurgel, 2017, p. 13).

A obra *“No Putumayo e seus afluentes”* é composta pelos manuscritos do geógrafo francês Eugène Robouchon, produzidos entre 1904 e 1906, no curso de um trabalho de exploração encomendado por Arana para reconhecimento da região. Na edição comentada de Juan Alvaro Echeverri, Robouchon nos é apresentado como um sujeito obcecado por histórias que retratem rituais antropofágicos. Sua formação e esse traço de sua personalidade fizeram do francês o indivíduo ideal para construir um relatório de reconhecimento com as características que buscava a PAC: como geógrafo da metrópole, sua palavra detinha legitimidade para definir a humanidade daqueles indivíduos, e sua inclinação pessoal para retratar os indígenas como antropófagos estava alinhada com a imagem que a empresa preferia passar sobre as populações que pretendiam escravizar para o trabalho. No suplemento “O Curumi”, um dos trechos reitera que os indígenas da região são conhecidos antropofágicos. A desumanização promovida por essa denúncia é um objetivo claro. Robouchon desapareceu misteriosamente em 1906 às margens do rio Caquetá. Seu desaparecimento foi oficialmente reportado como tendo ocorrido em “terras de selvagens”. Dada a sua curiosidade com práticas antropofágicas, era um discurso que foi sustentado na imprensa e serviu também como advertência que tinha a finalidade de repelir a entrada de viajantes nas terras dominadas pela PAC. Tanto Echeverri quanto a opinião pública da época em Iquitos, contudo, consideraram que seu desaparecimento se deu nas mãos de funcionários da PAC. O francês, ao descobrir as crueldades impostas aos indígenas, produzia registros fotográficos e orais que ele não hesitava em compartilhar e comentar ingenuamente com os locais. Robouchon passou a ser percebido como uma presença inconveniente, crescentemente interessado em registrar e dar conhecimento das violências que presenciou.

Seu substituto, o militar inglês Thomas Whiffen, passou meses em busca do rastro de Robouchon. A produção documental de Robouchon e Whiffen, bem como a produção fotográfica do português Silvino Santos, contratado depois de Whiffen, foi encomendada com a finalidade de apresentar o empreendimento da PAC como uma iniciativa empresarial modernizante num território ocupado por indígenas antropófagos e hostis. Podemos notar o

processo de aperfeiçoamento de Arana ao encomendar a construção de suas versões sobre a PAC: Robouchon, o primeiro encarregado por fazer um levantamento dos territórios e povos indígenas na região, desbravou livremente o leito dos rios e seu entorno, rapidamente acumulando uma variedade de evidências que mais comprometiam a legitimidade da atuação da empresa do que reforçava o argumento para o qual foi contratado para defender. Quando Whiffen foi contratado, suas diretrizes foram muito mais específicas e o trabalho foi interrompido após um curto período. Depois da internacionalização do caso, Whiffen teve um encontro com Arana em Londres. Nesse momento, o relatório produzido pelo inglês para a investigação instaurada ainda não havia sido entregue. O relatório que o militar entrega não dá testemunho de nenhum abuso ou caso de violência contra os indígenas.

Silvino Santos, último dessa linha de produtores de discurso contratados pela PAC, foi um jovem português interessado em fotografia que se mudou para a Manaus, tendo sido contratado para filmar e fotografar o Putumayo. Santos e Arana se tornaram muito próximos. O magnata peruano envia o jovem português para adquirir a melhor formação e equipamentos de última geração em estúdios e indústrias na França. Ao retornar, Santos se casou com uma jovem protegida de Arana. Santos se tornou um dos pioneiros do cinema e da fotografia na Amazônia, e um de seus filmes na região é o registro remanescente mais antigo da Amazônia em película que se tem notícia<sup>28</sup>. As obras desses indivíduos compõem evidências importantes e, embora não sejam particularmente analisadas neste trabalho, servem como referência para algumas considerações ao longo do texto.

Uma variedade de trabalhos de pesquisa sobre o Putumayo da PAC está centrada na trajetória ou nas publicações de dois indivíduos que se tornaram célebres em associação aos escândalos: o engenheiro americano Walter Hardenburg, que foi se aventurar na região e acabou se tornando prisioneiro de *caucheros* peruanos, conhecendo em primeira mão a violência estabelecida nas estações da fronteira do Putumayo. Hardenburg se tornou o principal denunciador da PAC a nível internacional, ao levar as reportagens de Rocca para Londres e fazer uma intensa campanha para divulgação dos crimes; em 1912, publica sua obra “*The Putumayo: The Devil’s Paradise*”, em que relata toda sua passagem pela Amazônia e o terror que conheceu nas mãos dos funcionários da PAC; e o cônsul irlandês Roger Casement, que foi indicado pela Câmara dos Comuns e pelo Ministério dos Assuntos Exteriores em Londres para conduzir uma investigação oficial em nome da Coroa britânica nas instalações e propriedades da PAC – Casement já havia a esta altura produzido o relatório que revelou para o mundo o

---

<sup>28</sup> O clássico “*No Paiz das Amazonas*”, de 1922, foi restaurado em 2014. Outros filmes do autor vêm sendo restaurados desde então.

genocídio no Congo (o “*Relatório Casement*” foi publicado em 1904) – também causado pela violência de uma empresa pela extração de borracha. Casement já estava no Brasil quando foi enviado juntamente com uma comissão da empresa para averiguar o que acontecia no Putumayo. O *Livro Azul Britânico* contém os informes oficiais de Casement reportados para Sir Edward Grey, secretário das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, a partir dos quais o caso contra a empresa é montado nos tribunais. O Diário da Amazônia contém registros pessoais do investigador durante a investigação.

O antropólogo australiano Michael Taussig trata sobre o Putumayo da PAC em sua obra “*Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem*”, de 1987. No livro, o autor elabora os conceitos de “cultura de terror” e “espaço de morte” para representar a experiência de dominação vivenciada pelos povos indígenas submetidos ao domínio da PAC. Taussig enfatiza o aspecto “alucinatório” da condição de vida à qual os indígenas tinham sido submetidos. A dificuldade em assimilar a dimensão do assalto imperialista por trás das ações que seus algozes praticavam ampliava o sentimento de impotência. A “cultura do terror” foi imposta na medida em que as relações de violência se estabeleceram na região e passaram a crescer nos territórios, criando um padrão de comportamento de submissão para as vítimas e de aumento crescente da violência praticada. O “espaço de morte” surge como resultado do processo de aniquilação das formas de vida com as quais aquelas coletividades se identificavam e que foram alteradas ou destruídas durante a vigência da “cultura de terror” instaurada no Putumayo, com consequências duradouras para a cultura das sociedades locais.

Há uma relação explícita entre os indivíduos na cadeia hierárquica do capital cuja ponta final é a da violência praticada na floresta. Em todos os círculos decisórios, do açoite aplicado nas matas à compra de ação da empresa na bolsa de Londres, há uma lógica de inevitabilidade que encontra sua força magnética no argumento da necessidade inexorável de expandir as fronteiras da produção e das margens de lucro como forma de ampliar o controle do homem sobre a natureza. Participantes desse sistema de exploração acreditavam que suas ações se materializavam como um processo positivo, em última instância, já que concretizava o crescimento do controle humano sobre a natureza, a manifestação de um amadurecimento evolutivo e a realização plena da capacidade produtiva do ser humano. Racionalizou-se o processo de elevação da participação das decisões oriundas dos interesses de capital para os centros de poder político no mundo. Cada potência com interesses imperialistas encontrava sua justificativa moral na existência de uma força rival que partia das demais fontes de poder

imperialista, criando uma lógica de justificação baseada na evidência da competitividade.<sup>29</sup> Da mesma forma, iniciativas no mercado internacional da borracha buscavam representar seus modelos de produção com base nesses pressupostos ideológicos como forma de fundamentar sua identidade. Os direitos do trabalho e as novas modalidades sindicais, duramente conquistados no mercado de trabalho industrial-urbano das potências imperialistas, e que representavam um salto na consciência organizada da emergente classe operária, divergiam radicalmente dos regimes de trabalho impostos em territórios distantes; ampliado o excedente de lucro obtido nessas operações, criou-se para os detentores do capital uma melhor condição de acomodação entre a manutenção das taxas de lucro e as demandas de classes de trabalhadores urbanos cada vez mais especializadas nos países do capitalismo central.

A dissertação de mestrado de Caio Henrique Faustino da Silva, “*Entre o mítico e o real: os escândalos do Putumayo e o holocausto amazônico*”, foi a obra que mais contribuiu para a construção do presente trabalho. Silva oferece uma síntese sobre a documentação dos escândalos de Putumayo, abrindo o caminho para diversas conclusões desta pesquisa. Silva nos coloca a “questão dos barbadianos”<sup>30</sup> como um elemento essencial para entender a forma como o imperialismo britânico promoveu uma costura institucional para assumir o controle da decisão sobre o destino da PAC. A questão barbadiana permanece como indicativo de uma relação, ainda que não propriamente delimitada, entre a ação dos funcionários da PAC e a institucionalidade capitalista. Diz Silva:

A despeito de todo esforço investigativo e midiático produzido em ambos os casos, o que seguiu foi o fim da empresa, mas não o cessar da exploração. A exploração é uma condição sem a qual não haveria modernidade. Neste tocante, emergem as contradições que perfazem a própria racionalidade moderna. Isto se verifica não apenas na dinâmica introduzida pelo capital e sua virtualidade, mas nos próprios fundamentos para intervenção internacional capitaneada pelos governos dos Estados Unidos da América e pelo Império britânico. Assim, entre a razão de humanidade materializada no dever de proteger os súditos barbadianos do assédio laboral de uma companhia cujo capital estava sediado em Londres e as operações ocorriam nos confins Amazônia; e a mesma razão humanitária inscrita no mote libertário cuja finalidade era afastar toda e qualquer ingerência externa, garantindo, portanto, que a América fossem dos americanos, os governos de Londres e Washington disputavam o protagonismo salvador em meio ao infortúnio amazônico. Todavia, a ação dos

<sup>29</sup> Essas considerações estão baseadas na teoria da acumulação do capital: “Sob o capitalismo, o crescimento econômico aparece na forma da acumulação de capital. A força-motriz do modo de produção capitalista é a acumulação do capital. (...) Isso é explicado essencialmente pela competição, ou seja, pelo fenômeno de “vários capitais”.” Cf. Marx. *O Capital*, vol 3, p. 254.

<sup>30</sup> A PAC recrutou para seus quadros de funcionários uma porção de indivíduos vindos de Barbados, e portanto, súditos da Coroa inglesa. Com base nisso, a empresa se torna ré na justiça britânica. Esse é um ponto particularmente curioso já que não existe nenhuma justificativa conhecida que nos esclareça o motivo do recrutamento desses indivíduos por parte dos diretores peruanos, exceto estabelecer mais um ponto de ligação com os acionistas. A presença dos barbadianos me leva a crer que já se imaginava o que estaria por vir, de parte a parte, e essa seria uma manobra criada no intuito de proteger os interesses mútuos.

agentes de ambas as bandeiras tentava dissimular uma outra intencionalidade. Intenções cujos contornos escapam ao verniz da intervenção humanitária nas comunicações, relatórios e estudos oficiais, bem como nos diálogos empreendidos entre os referidos agentes. Naquela altura, era preciso quebrar o monopólio amazônico da borracha e, para tanto, era necessário conhecer as técnicas, espécies e as práticas empreendidas nos campos do látex natural, ainda que isso implicasse na desconstrução dos sentidos do sistema de exploração extrativista secularmente experienciado na região (Silva, 2020, p. 144).

Sobre a relação que estabelecemos entre o caso do Putumayo e o mercado internacional da borracha, em especial o surgimento das *plantations* na Ásia, o artigo de Rosineide Bentes, “*A apropriação ecológica de seringais na Amazônia e a advocacia das rubber plantations*”, foi fundamental, especialmente para que se evitasse recair numa visão limitada e dicotômica entre os modelos concorrentes, enxergando nos interesses econômicos uma intencionalidade que, embora presente, é um fenômeno difuso e condicionado por relações históricas e sociais e não deve ser compreendido meramente sob a lógica da orquestração rigorosamente definida, arquitetada e conduzida, mas como resultado de um movimento histórico dinâmico que só pode ser compreendido a partir dos condicionantes de sua própria temporalidade e da meticulosa análise de suas determinações concretas.

## **1.2. CONTORNOS DE UMA DISPUTA INTERNACIONAL: O MERCADO DA BORRACHA NO SÉCULO XX**

A análise neste tópico está centrada em questões econômicas levantadas pela pesquisa, que foram entendidas como força-motriz na construção e desmantelamento do império da borracha amazônica e da promoção da cultura de terror no Putumayo. A ênfase dada à agência do imperialismo, sobretudo inglês, e aos processos de acumulação de capital e financeirização vêm à tona por serem o cerne do projeto no qual a exploração violenta do trabalho indígena era apenas uma etapa com viabilidade limitada e sujeita a experiências que ameaçavam sua possibilidade de perpetuação.

A extração e exportação de borracha pela PAC, tal como parte significativa da borracha amazônica como um todo, era financiada por capital inglês no período, em concorrência com o capital oriundo dos Estados Unidos, que, por seu lado, também acelerava o processo de monopolização de mercados centrais para a economia dos países na ponta do desenvolvimento capitalista. Uma rápida sequência pontual nos ajuda a compreender a intensa movimentação dos mercados internacionais: em 1907, houve o “pânico dos banqueiros” pelo controle dos preços do cobre, um dos *commodities* centrais ao desenvolvimento industrial das primeiras revoluções, que demonstrou a necessidade de controlar melhor a flutuação dos

mecanismos financeiros; em 1910, um grupo de banqueiros se reuniu secretamente com a alta cúpula do governo norte-americano para garantir um “mecanismo de resgate” que protegesse o mercado de *commodities* das flutuações como a que ocorreu por conta da *United Copper Company*. De acordo com Johnson e Kwak, contudo, o que o setor buscava era minimizar o “controle, interferência ou supervisão do governo”.<sup>31</sup> Por outro lado, as autoridades de governo estavam constantemente tentando controlar o ímpeto monopolista. Em 1911, a *Standard Oil* foi dissolvida pelo governo norte-americano por ser um monopólio ilegal<sup>32</sup>. No Brasil, o início dos processos de financeirização com baixa regulamentação contribuíram de forma decisiva para a crise que ficou conhecida como *encilhamento*<sup>33</sup>. Essa fase demonstra como a construção dos mecanismos de capital financeiro foram iniciativas experimentais que conduziram a diversas distorções das relações comerciais pré-estabelecidas.

Esse pano de fundo é fundamental para entender a cadeia de operação extrativista no Putumayo, que obedecia a uma lógica monopolista característica do capitalismo em sua fase imperialista das décadas de 10 e 20 do século XX. A *teoria do imperialismo* elaborada por Lênin faz uma extensa comparação da variedade de ações transformadoras que determinados agentes históricos do período realizaram em convergência com o interesse de classe por trás da expansão do capital, às quais o escândalo do Putumayo se une como um exemplo particularmente brutal. O mercado internacional da borracha nesse período é um exemplo de recorte no qual podemos enxergar certas características do processo de transição do *capitalismo de livre-concorrência* para um novo modelo de *imperialismo monopolista*. No primeiro capítulo de “O imperialismo, fase superior do capitalismo” Lênin afirma que, entre 1900 e 1903, o sistema dominante do capitalismo industrial já havia se reconfigurado para um sistema de imperialismo monopolista, e os monopólios passaram a ser uma das bases da vida econômica dos Estados aos quais estavam associados. Esse é um amplo processo pelo qual a exportação de capitais, dos centros desenvolvidos às zonas em desenvolvimento industrial, constrói um novo sistema de poder nas mãos de bancos, empresários e acionistas, que passaram a controlar o comércio internacional de maneira mais efetiva que os agentes governamentais nacionais aos

<sup>31</sup> Cf. Johnson, Simon; Kwak, James. "13 Bankers: The Wall Street Takeover and the Next Financial Meltdown," (New York: Pantheon Books, 2010), p. 34

<sup>32</sup> Em “*The Sherman Antitrust Action and Standard Oil*”, Thomas Ladenburg afirma que a tendência a monopolização de mercado e a supressão da competitividade já estava atingindo a todos os mercados de larga escala: “cobre, aço, whisky, maquinário rural e de calçados, refino do açúcar”, todos apresentavam alta tendência ao monopólio, tal como foi com o petróleo. É interessante notar que, onde se demonstrou essa tendência, o processo de monopolização foi controlado por mecanismos financeiros e administrativos.

<sup>33</sup> José Murilo de Carvalho aponta como “práticas do mercado financeiro” foram decisivas para criar a “bolha” de crédito doencilhamento. Cf. Carvalho, José Murilo de. *Os Bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi*; 1987, pg. 20.

quais, em tese, deveriam submeter seus interesses como representantes legítimos da autoridade do Estado. Essa legitimidade começa a se tornar progressivamente mais opaca conforme os capitais se diluem pelo mundo e centralizam a tomada de decisão em torno de mecanismos financeiros e administrativos. Esse processo de constante construção de mecanismos financeiros promovidos pelos bancos recebeu o nome de *financeirização do capital*<sup>34</sup>.

No Putumayo, o distanciamento criado pela cadeia de comando que promove a imposição dos interesses do capital já foi capaz de afastar de tal maneira a participação dos financiadores estrangeiros que fomentaram o surgimento do reinado de Arana que essa relação toma a forma da disputa interna. Esse movimento serve para revitalizar o enlace cultural eurocêntrico: promove a ideia da selvageria nos trópicos como fenômeno natural a esses povos, e extrapolando a lógica, a seus governos e mercados – e não como estratégia de dominação territorial particular ao processo de acumulação de capital. O desnível no desenvolvimento industrial e capitalista da Inglaterra em relação ao Peru, Brasil, Congo ou Malásia favoreceu a acumulação na exportação de capitais. Câmbio favorável, mão de obra barata, custos de produção mais baixos – diante dessas condições, a exportação de capitais se torna um mecanismo eficaz para acumular riqueza. O regime da borracha amazônica, contudo, demonstrava ser incapaz de se adaptar às necessidades que surgiam no processo revolucionário da industrialização, o que levou ao planejamento de um novo regime de exportação capaz de atender às crescentes demandas do mercado internacional.

Sir Henry Wickham, tornado cavalheiro por sua participação na “domesticação” da borracha, “não contraria nenhuma lei” do período ao transportar 70 mil sementes de *hevea brasiliensis* de Santarém, no Pará, em 1876, para o *Royal Botanic Gardens* em Londres (Schultes, 1977). As estruturas legislativas, seja para o transporte das sementes, sejam em relação ao *uti possidetis juris*, demonstram a maleabilidade com que o setor econômico dispunha das leis do período em favor do projeto imperialista. Do laboratório botânico em Londres saíam espécimes selecionadas geneticamente para dar início ao grande projeto de adaptação da *hevea brasiliensis* na vastidão central do continente asiático, que incluía Malásia, Tailândia, Ceilão, Indonésia, Filipinas e partes da China. Esse é provavelmente um dos casos

---

<sup>34</sup> “O capital industrial, associado ao capital bancário, transformou-se em capital financeiro” (Coggiola, 2017, p. 1254). O economista Michael Hudson trata extensivamente sobre a importância da financeirização e seu papel na consolidação do capitalismo industrial e na transformação deste em capitalismo financeiro após a Segunda Guerra Mundial. Recomendo a entrevista “Contribution to The Other Canon Conference on Production Capitalism vs. Financial Capitalism” em Oslo, nos dias 3 e 4 de setembro de 1998. (Disponível em: <https://michael-hudson.com/1998/09/financial-capitalism-v-industrial-capitalism/>)

mais patentes e representativos de *biopirataria* que já existiram<sup>35</sup>, e que permitiu aos donos do capital inglês criar um novo mercado de borracha e substituir o padrão estabelecido de produção e fornecimento mundial. A esse respeito, Bentes (2004) nos afirma:

Os promotores das *plantations* associaram-nas à civilidade e os seringais à incivilidade e primitivismo, ofuscando a complexa combinação de percepção ecológica da natureza com concepções modernas de propriedade e de terra que caracterizava os seringais (Bentes, 2004, p. 115).

As desvantagens comerciais apresentadas pelo modelo amazônico para o capital eram, a um tempo, imposição da natureza e tradição de manejo no terreno difícil e chuvoso da floresta tropical. Verifica-se, por exemplo, em Danthu (2016), que o período transicional do mercado para a Ásia protegeu a biodiversidade de Madagascar da exploração agressiva que foi exercida em vários territórios com essa finalidade, do Índico ao Pacífico. A devastação promovida no Congo, por exemplo, deveu-se à ocorrência de reservas naturais da *landolphia owariensis*, uma espécie de liana encontrada na África tropical. O método e a matéria obtida no Congo eram muito diferentes do produzido no modelo amazônico, o que também contribuiu para acentuar o regime de violência na região e à experimentação da domesticação da *hevea brasiliensis* em solo africano, com vistas ao aumento de produção (Souza, 2019).

O manejo científico da *hevea brasiliensis* foi fundamental para estimular a expansão comercial promovida na Malásia, mesmo que parte de sua produção fosse derivada de uma espécie natural à região, a *ficus elastica*. No Putumayo, podemos concluir que o regime de Arana tenha chegado ao fim porque, com a queda dos preços, o custo para manter o modelo extrativista na região se tornou muito alto; parte disso se devia ao fato de que, na região, se obtinha sobretudo a “borracha fraca” da *castilla ulei*. No território brasileiro, apesar da recorrência de casos semelhantes de violência contra indígenas, a produção de borracha manteve-se de acordo com sua capacidade de suprimento, que seguiu participando no mercado internacional como fonte, até hoje, do melhor tipo de borracha natural industrial.

O regime de *plantations* na Malásia é visto por Weinstein (1983) e Martinelo (1988) como parte de um processo de industrialização que representa um nível superior de desenvolvimento tecnológico na agricultura. Essa interpretação atribui “status superior” à tudo que os autores consideram como “moderno: – pessoas, conhecimento, tecnologia e valores de

---

<sup>35</sup> A importância da borracha como *commodity* central na Era do Automóvel, que em última instância alçou os Estados Unidos ao topo da corrida industrial, embora isso não tenha se consolidado nesse período, permite essa interpretação. O crescimento desse mercado proporcionou uma aceleração no processo de escalada da base material industrial nos países do capitalismo central.

países e regiões industrializadas”. Essa lógica está presente nas relações de trabalho no Putumayo, bem como de toda a região amazônica, um “almoxarifado de luxo”, nas palavras de Caio da Silva. Essa reivindicação pelo “comando universal”, baseado no argumento de comunidade superior, é uma tradição do Ocidente Europeu e dos Estados Unidos, que se expressa explicitamente, por exemplo, na Doutrina Monroe e na Doutrina do Destino Manifesto (Drayton, 2000).

A simultaneidade entre a emergência da borracha asiática e a repercussão internacional das denúncias, ou mesmo da fundação do SPILTN no Brasil, nos mostra as dinâmicas da esfera econômica pautando a esfera emocional da sociedade capitalista: porquanto não haviam condições de fornecer a produção de borracha de outra maneira, as denúncias, que remontam, no Brasil, pelo menos ao “ciclo amazônico” de Euclides da Cunha, não suscitaram nas autoridades e elites desses países uma resposta institucional e política, e nem a promoção de tais acontecimentos como pauta de comoção moral.

Na medida em que a condição de substituir a produção de um modelo para outro foi sendo assegurada, Roger Casement foi incumbido por *Sir* Edward Grey, secretário das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, de revelar sucessivamente os crimes que ocasionaram, primeiro, o período de dominação do Congo pelo imperador da Bélgica e a revelação do regime infame do Estado Livre do Congo de Leopoldo II. Logo após a conclusão de sua investigação, Casement foi enviado como cônsul para o Brasil e, de lá, assumiu o comando da comissão que investigou as estações de coleta da *Peruvian Amazon Company* no território comandado por peruanos e reclamado como pertencente ao Estado da Colômbia. Durante essas investigações, contudo, não há incursões no território brasileiro, ainda que o principal escritório operacional da empresa ficasse em Manaus – e apesar de denúncias semelhantes registradas contra as populações indígenas do Rio Negro, Juruá, Purus, Madeira, Tapajós, e muitos outros.

Durante um período de quase 40 anos, essas iniciativas exploratórias precisavam ser protegidas pelo bem do comércio internacional de borracha, tão caro a essa fase do desenvolvimento industrial de produção de massa. Datas significativas do processo de adaptação do modelo de *plantations* na Ásia coincidem com as investigações de Casement: em 1904, quando o holocausto congolês foi revelado, as primeiras *plantations* estavam sendo instaladas em larga escala, especialmente na Malásia. Em 1910, quando Casement chegou ao Putumayo, a produção asiática triplicou e alcançou um terço da produção brasileira – a partir desse mesmo ano, o preço internacional da borracha despencou e a produção asiática finalmente superou a brasileira em 1913 (ver Figura 02).

A partir dessa transição, o crescimento da produção de borracha ficaria assegurado conforme os interesses da acumulação de capital nessa fase do capitalismo industrial<sup>36</sup>. O modelo de extrativismo amazônico não era perfeitamente adaptado para esse fim: em primeiro lugar, não havia um mercado de crédito interno que pudesse financiar o envio de trabalhadores para a região; segundo, na Amazônia os modelos de produção aproveitavam as imensas reservas naturais de *castilla ulei* e de *hevea brasiliensis*, espalhados por um vasto território de floresta tropical úmida, que muito atrapalhava o ritmo e a eficiência de produção desejados. Esses limites contiveram a expansão da oferta da borracha natural amazônica e criavam a oportunidade para a formação de mercados que pudessem multiplicar esse padrão de oferta. Até a década de 1910, porém, o mercado brasileiro e amazônico dominou a exportação internacional de borracha. Desde então, o modelo de *plantations* implementado no sudeste asiático passou a crescer rapidamente, tendo sido criado de forma a adequar-se para atender a altíssima demanda e funcionar em sistema de exportação de capital<sup>37</sup>.

O sistema amazônico, especialmente o brasileiro, que liderava o processo quantitativamente, combinava duas características impeditivas para sua adaptação às necessidades atualizadas de demanda e consumo: alto custo de produção e regime de escassez de trabalho, opostos ao modelo de baixo-custo e trabalho intensivo criado na Ásia. Esse modelo puxaria os preços para baixo assim que obtivesse uma participação expressiva nos volumes de exportações mundiais. Entre 1910 e 1914, período em que ocorre a transição na liderança da produção mundial de borracha, o preço da borracha caiu para pouco mais de um quinto do valor inicial, num movimento definitivo para o novo patamar de preço que a borracha comercial passou a ter. O modelo seringalista brasileiro<sup>38</sup> criava uma grande quantidade de empreendimentos, aos quais interessava manter os preços altos para ampliar as margens de lucro, diferentemente do modelo monopolista de monocultura das *plantations* asiáticas. Até o final do século XIX, a Amazônia era a única região produtora de borracha do mundo, e o Brasil detinha 90% da produção mundial.

---

<sup>36</sup> A dianteira tomada pela produção de borracha na Ásia demonstra a fragilidade da posição dos economistas que postulam em favor de uma prevalência radical entre oferta ou demanda. O crescimento acelerado da produção no novo modelo de produção nos indica as tendências à monopolização e a concentração de riquezas conforme viemos expondo até aqui.

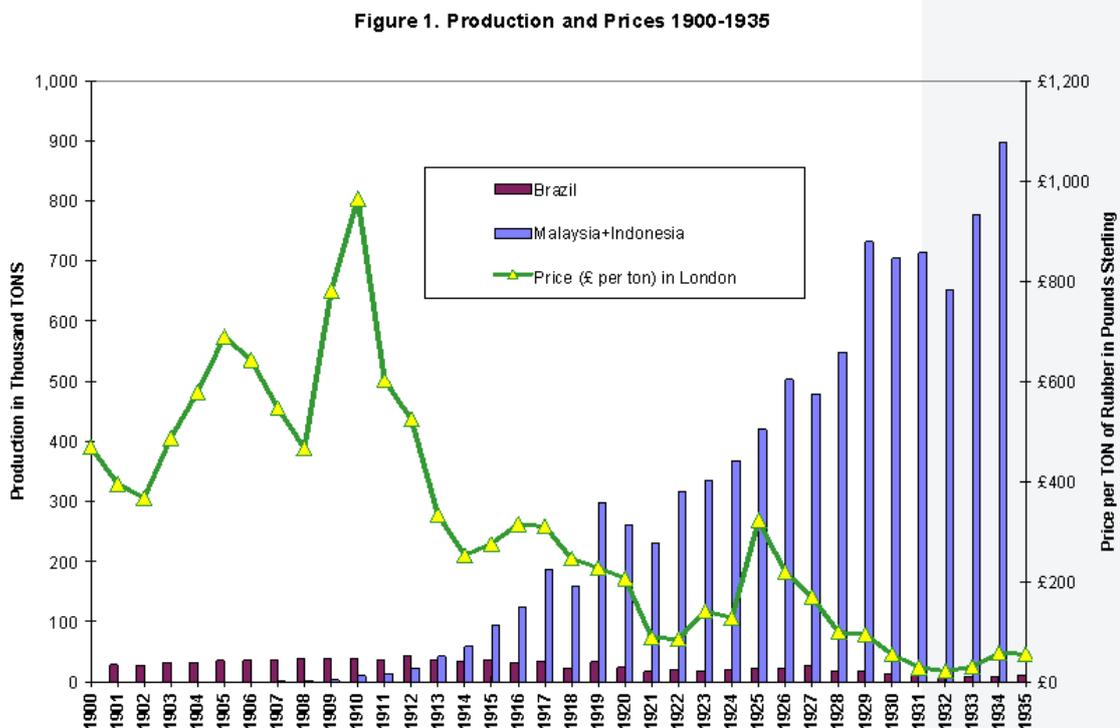
<sup>37</sup> A pesquisa da estrutura financeira industrial e da organização comercial das empresas na Ásia desse período, porém, nos levou a poucos resultados. De acordo com Drabble, em artigo de 1967, a análise e exame cuidadoso do modelo empresarial adotado ainda “está por fazer”, com documentação dos escritórios britânicos na Malásia colonial indo somente até 1922. (Drabble, J. H. The Plantation Rubber Industry in Malaya up to 1922. *Journal of the Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society*, vol. 40, n. 1, julho de 1967 – pp. 52-77.)

<sup>38</sup> Weinstein (1983) analisa a figura do seringalista como “empregador do coletor de borracha”. Era o seringalista que controlava nos portos a entrada de mercadorias e a saída da borracha, determinando os preços e obtendo uma larga margem de lucro nessas operações.

A dominação brasileira, que ocorreu desde a década de 1870, quando o comércio internacional de borracha se tornou expressivo, de acordo com Hobsbawm, até o final da primeira década do novo século, se deveu às incontáveis reservas naturais da seringueira amazônica. A falta de competitividade contribuía para o alto custo de produção nos anos iniciais da exportação de borracha. A indústria brasileira de borracha cresceu dependente de um cenário que beneficiasse a manutenção do seu alto custo de produção.

De 1908 a 1910, certamente motivado pelo otimismo trazido pelas notícias do novo sistema asiático, o preço da borracha de exportação atingiu a alta histórica de quase mil libras por tonelada, seguida pela queda vertiginosa que acompanhou os anos de transição conforme podemos ver no gráfico abaixo. A título de ilustração, em 1908 é lançado no mercado o icônico Ford T, que inaugura a “Era do Automóvel” e, por consequência, a *Era dos Pneus*. A seguir, podemos visualizar um gráfico que representa claramente os períodos de transição do mercado internacional da borracha, e o ponto de virada a partir do qual o mercado é dominado pelo novo sistema colonial na Ásia – e só sofrerá uma variação radical nos preços durante a Segunda Guerra Mundial (Wendt, 1947).

## FIGURA 2 – GRÁFICO DO MERCADO INTERNACIONAL DA BORRACHA ENTRE 1900-1935.



Fonte: Google. Disponível em: <http://eh.net/encyclopedia/the-international-natural-rubber-market-1870-1930>.

O processo de adaptação das sementes de seringueira trazidas por Wickham e enviadas para o solo malaio já somava, em 1908, exatos 20 anos. Wickham, contudo, não foi o único a ter seu nome tornado célebre pela indústria da borracha. Em 1888, Henry Nicholas Ridley foi apontado como diretor do Jardim Botânico de Singapura e assumiu a função de experimentar os diferentes métodos de extração do látex, que tinham sido introduzidos no instituto dez anos antes por *Sir Hugh Low*, mencionado na Enciclopédia Britânica como tendo sido o primeiro administrador britânico de sucesso na península da Malásia<sup>39</sup>. O botânico inglês seria apelidado de *Mad Ridley* por sua obsessão com a borracha. O resultado de suas experimentações foi *descobrir* o método de extrair látex através de pequenas incisões em “formato de Y” no tronco das árvores, o que mantém as árvores produtivas por um longo período. O método, porém, já era tradicionalmente incorporado e empregado na Amazônia, sendo um dos motivos pelos quais os espécimes de *hevea brasiliensis* continuavam sendo produtivos depois de sucessivas coletas (Bentes, 2004). Através dessas incisões, o tronco era preservado e a seiva continuava sendo produzida. Outras fontes de borracha, como a *castilla ulei* peruana, a *ficus elastica* malasiana e a *landolphia owariensis* congoleza, eram perdidas na coleta, gerando abandono do território cujas reservas houvessem sido depredadas. Dessa característica advém o nomadismo característico pelo qual o modelo de *caucheria* ficou associado.

A alta produção, porém, foi garantida pela utilização do modelo de *monocultura intensiva*, muito mais produtiva que as vastas florestas com árvores em seu estado natural e reservas cada vez mais espalhadas e de difícil acesso. O plantio comercial da borracha na Malásia tem início lento em 1895, devido à falta de capital. Ao final de 1911, os estados malaios atingem mais de 540 mil acres de seringueiras (Baxendale, 1913<sup>40</sup>). A produção é estimulada através de um mecanismo de financeirização do capital-dinheiro: sociedades de ações (*joint stock companies*) foram fundadas para negociar as terras e a emissão de ações na bolsa de valores de Londres levantou o capital necessário para dar início às atividades<sup>41</sup>. As altas margens de lucro entre 1906 e 1910 fizeram com que os investidores ficassem otimistas, o que ampliou a entrada de capital. As plantations da Malásia dependiam de um sistema de trabalho disciplinado e grande exploração da terra (Frank e Musacchio, 2008).

---

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Hugh-Low>

<sup>40</sup> Disponível em: <https://eh.net/encyclopedia/the-international-natural-rubber-market-1870-1930/>

<sup>41</sup> A “a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira” é um dos cinco traços fundamentais para definição de imperialismo na teoria de Lênin. (Lênin, 2011, p. 218).

Em “*The International Natural Rubber Market, 1870-1930*”, Frank e Musacchio apresentam outras vantagens para o capital no sistema malaio. Em primeiro lugar, não havia a “estação da coleta” como no Brasil, em que durante 6 meses do ano, as chuvas impossibilitavam a atividade. Houve também um importante diferencial nas “condições de saúde” oferecidas no regime de monocultura da Ásia: o trabalho não exigia dos coletores a entrada nas matas, onde ficavam expostos a doenças e perigos diversos oferecidos pelo bioma amazônico. De acordo com os autores, “britânicos e holandeses também se encarregaram de oferecer melhores condições de vida” do que as impostas às populações do Congo e da Amazônia, presumivelmente, por outros britânicos e holandeses. Na imprensa internacional, essa era a imagem rotineiramente veiculada.

A descoberta da vulcanização em 1839 por Charles Goodyear foi a inovação tecnológica que transformou a borracha num produto comercializável de variada aplicação: pneus, mangueiras, elásticos, calçados, etc. A partir disso, o crescimento inicial da produção de borracha esteve ligado à invenção e popularização da bicicleta, mas o *boom* da borracha, na virada do século, foi devido ao desenvolvimento da indústria do automóvel (Weinstein, 1983; e Dean, 1987). De acordo com Frank e Musacchio, a conexão entre “automóveis, *plantations* e a indústria do pneu de borracha” se tornou óbvia assim que ficou claro o tamanho que esse mercado internacional poderia alcançar nas próximas décadas. Havia, portanto, a necessidade de construir um modelo mais favorável ao crescimento contínuo de mercados de consumo de borracha e acumulação de capital nessa indústria. De 1900 a 1904, quando as primeiras *plantations* estavam sendo preparadas na Malásia, o preço médio da tonelada de borracha foi de 459 libras esterlinas. Esse valor ficou próximo de mil libras em 1910, ano decisivo para o mercado amazônico, e então despencou até o patamar que passaria a ocupar com a supremacia da borracha natural asiática. É notável que nem mesmo a Primeira Guerra Mundial possa ter revertido esse efeito<sup>42</sup>.

As *plantations* asiáticas estavam sendo desenvolvidas para reordenar os altos preços da borracha natural e proporcionar o crescimento exponencial na oferta de automóveis – e pneus. O consumo mundial prévio de borracha não tinha demonstrado o tipo de dinamismo que cria a oportunidade de se lançar para alterar todo um sistema produtivo que já detém o monopólio da produção mundial. Por boa parte da segunda metade do século XIX, o mercado

---

<sup>42</sup> Por outro lado, em 1942 o exército japonês capturou as áreas produtoras de látex no Leste Asiático e “eliminou 90% da produção de borracha natural do mundo”, mobilizando tanto a atuação inglesa quanto norte-americana para garantir o controle do mercado mundial de borracha (Wendt, Paul. “The Control of Rubber in World War II”, *Southern Economic Journal*, 1947, p. 203).

da borracha natural se adequou ao modelo de produção amazônico. Assim que se confirmou a viabilidade de um novo sistema dominante de produção de borracha no leste asiático, que proporcionaria uma *troca de monopólios*, Roger Casement foi enviado para expor e desarticular os modelos vigentes de extrativismo borracheiro, primeiro do Congo, em 1904, e depois da Amazônia peruana, em 1910. Visto por esse ângulo rigorosamente pragmático, há uma agenda clara e uma intencionalidade.

Durante aproximadamente o mesmo período, a partir de 1885 e 1886, Leopoldo II e a Casa Arana mantiveram seus sistemas de exploração que garantiam aos mercados internacionais o suprimento de borracha necessário para ampliar o crescimento da industrialização dos países desenvolvidos e, posteriormente, da introdução do mercado do automóvel, divisor de águas no processo de industrialização norte-americano e alemão. Esse processo permitiu a acumulação de uma base material vasta e impulsionaria duas guerras mundiais. Assim que as plantations na Ásia providenciaram condições de assumir o suprimento da demanda pela borracha, o modelo de produção amazônico pôde ser denunciado publicamente e superado como modelo comercial.

É necessário analisar o processo de dominação que se constrói especificamente para a fronteira amazônica, pelo choque entre os discursos moralizantes da modernidade ocidental e a brutalidade selvagem dos sistemas de trabalho compulsório construídos para obtenção da borracha e outras matérias-primas. Em um longo processo de racionalização das violências em prol da hegemonia cultural europeia, a identidade da floresta como matriz de culturas e sociabilidades é que terminou prejudicada, tendo sido palco dos episódios de terror protagonizados pelos funcionários da PAC, enquanto, por outro lado, mantinha-se a higiene nos salões urbanos e nos procedimentos financeiros das bolsas de Londres e Nova York, de onde vieram os recursos que mantiveram a disputa pela borracha entre Colômbia e Peru. Há uma inegável interdependência.

No artigo “*A apropriação ecológica de seringais na Amazônia e a advocacia das rubber plantations*” de Rosineide Bentes (2004), síntese da pesquisa “*Tecnologia Moderna e Natureza: O Simbolismo da Amazônia para o Império Britânico nos anos 1900-15 e as Políticas do Governo Federal para a Região*”, a autora tratou de analisar a “apropriação dos seringais através da discussão sobre significados conflitantes de natureza, propriedade, ocupação e uso produtivo que marcaram os anos de 1840 até o início do século XX”, apresentando a colisão entre “o sentido científico-territorial de terra e propriedade da advocacia das *plantations* pelo Estado e pelos britânicos: apenas um solo a ser desmatado para a monocultura, sendo a propriedade definida por sua extensão” e “apropriação ecológica dos

seringais – na qual terra significava floresta de goma elástica e o número economicamente lucrativo de seringueiras definia o tamanho e os contornos de uma propriedade”. Questiona-se, portanto, a prevalência dos discursos históricos que privilegiam a racionalidade das *plantations* asiáticas sobre o sistema de extração amazônico, e uma das chaves desse questionamento é o fato que ambos os modelos foram construídos pelas mãos de agentes que visavam um mesmo interesse, tendo como objetivo o mesmo fim de fortalecer os movimentos de expansão da exportação de capital industrial. Desacreditar o modelo amazônico foi uma etapa vital para fortalecer, justificar e atrair investimentos para o novo sistema de *plantations* e postular sua legitimidade como *novo monopólio*.

Diante do sucesso comercial e da imagem positiva das *plantations* asiáticas, o Brasil buscou adotar procedimentos das *plantations* para seu modelo de produção. Bentes nos apresenta os dilemas pelo “significado ecológico da terra”, que foram atropelados pela “apropriação dos seringais e a rejeição dos seringalistas à advocacia das *rubber plantations* pelo governo e pelos britânicos.”

Inspirada na mesma perspectiva evolucionista que guiou a promoção das *plantations*, segundo a qual floresta preservada significaria primitivismo e incivilidade, essa história descreve a Amazônia como floresta bruta, objeto de extração circunstancial de recursos naturais, um território vazio e primitivo à margem do Brasil civilizado. (Bentes, 2004, p. 116).

A campanha ideológica que advoga a superioridade do modo de produção das *plantations* tem como componente essencial a caracterização do seringal amazônico como palco de selvageria e desorganização. Nesse esforço, tornou-se irrelevante a diferença entre as *caucheries* do Putumayo e o seringalismo brasileiro.

A atuação da PAC era financiada pela mesma elite capitalista que planejava o novo modelo asiático, e atendia, em especial, a esses interesses, seja na produção da borracha para ser exportada, seja no modelo de negócios, a partir do qual se estabeleceram mecanismos que permitiam maior mobilidade ao capital-dinheiro. Esses mecanismos tinham seus limites sendo experimentados na prática em empreendimentos como o da PAC:

Obtinha-se empréstimo em casas exportadoras controladas por capitais ingleses e portugueses-alemães, casas aviadoras (comerciais-financeiras), bancos ou associações de crédito. As casas aviadoras tornaram-se as principais intermediárias no fluxo de crédito à produção, elas aceitavam o seringal e a borracha como hipoteca. Ao preferirem a hipoteca de extensos seringais e grande quantidade de borracha, elas reforçaram os privilégios dos empresários no processo de apropriação da terra. Sobretudo a partir de 1860, a borracha passou a atrair investidores nordestinos e estrangeiros, e a partir de 1870, casas aviadoras urbanas e comerciantes estrangeiros,

sobretudo no início do séc. XX [...]. Em 1913-15, casas aviadoras receberam vários seringais em pagamento de dívidas (Bentes, 2004, p. 125).

### 1.3. CONTORNOS DE UMA DISPUTA INTERNACIONAL: AMAZÔNIA SOB INVESTIGAÇÃO

A primeira parte do relatório final da Comissão de Investigação liderada por Casement foi recebida em 9 de janeiro de 1911 na secretaria do Ministério de Assuntos Exteriores do Império Britânico. Era o “estopim para o estabelecimento de uma intensa comunicação entre os gabinetes, autoridades e agentes públicos do Império britânico, dos Estados Unidos da América e do governo do peruano Augusto Leguía” (Silva, 2020, p. 117). Essa comunicação resultou na criação de uma comissão pela Corte Superior de Loreto. Nos dias seguintes, Casement enviou nova porção do relatório destacando a atuação da PAC e contendo os depoimentos dos barbadianos.

De acordo com Silva, “o conhecimento da região aliado à morosidade da autoridade peruana” auxiliou na fuga dos acusados pelos rios. Em carta enviada pelo Ministério de Assuntos Exteriores<sup>43</sup>, o governo inglês ameaçou tornar públicos os crimes, como única possibilidade de “remediar” as crueldades impostas no Putumayo. A substituição de juízes encarregados pela comissão peruana despertou desconfiança dos ingleses, que continuamente encorajaram a interferência do governo norte-americano e decidiram reenviar Casement para a região na tentativa de responsabilizar Arana e interromper a atividade da PAC, que já havia sido retomada após a perturbação inicial dos relatórios<sup>44</sup>.

O presidente peruano em exercício, Augusto Leguía y Salcedo, emitiu, em 1912, um decreto criando uma comissão com a finalidade de reformular a ocupação do Putumayo. Embora o governo norte-americano tenha recebido bem a decisão, o governo inglês decide tornar público, em julho do mesmo ano, o *Bluebook* produzido por Casement, chegando ao apogeu dos “escândalos de Putumayo”, que, de acordo com Silva, “movimentaram as prensas dos principais jornais do mundo”:

Com manchetes do tipo “The rubber Scandals”, “Putumayo Atrocities”, “Putumayo Rubber atrocities”; os territórios, antes desconhecidos até mesmo por peruanos, colombianos e brasileiro, passaram a integrar o cotidiano de norteamericanos,

<sup>43</sup> Carta n°17 – Ministerio de Asuntos Exteriores, 06 de julio de 1911 In: LIBRO AZUL BRITANICO: Informes de Roger Casement y otras cartas sobre las atrocidades en el Putumayo. IWGIA & CAAAP, 2011, p. 279.

<sup>44</sup> Carta n°41 – Del Cónsul General Sir. R. Casement al Sir Edward Grey, 05 de febrero de 1912 In: LIBRO AZUL BRITANICO: Informes de Roger Casement y otras cartas sobre las atrocidades en el Putumayo. IWGIA & CAAAP, 2011, p. 293-294.

européus e dos súditos do império inglês que se estendia do Atlântico à Oceania.<sup>45</sup> [...] Aliado aos clichês fotográficos que exibiam a abissalidade que separava os povos “selvagens” da Amazônia e o progresso assegurado pela modernidade, os jornais noticiam o holocausto praticado naqueles sertões. As principais publicações das praças de comércio nas quais a borracha era negociada concorriam pela melhor notícia e a publicação do relatório britânico serviria para tornar os rumores de Hardenburg, Whiffen e Robuchon em uma verdade indiscutível cuja exploração midiática prometia um horizonte de possibilidades (Silva, 2020, p. 125).

Em 1912, o preço da borracha despencou no mercado internacional. Em 1913, a produção somada de Malásia e Indonésia superou, de forma definitiva, a produção brasileira. De acordo com Silva, a publicação do *Bluebook* britânico “produziu os efeitos midiáticos esperados pelo gabinete londrino”, deixando o governo peruano em uma “delicada posição diplomática”. A edição do dia 8 de agosto de 1912 do *The New York Times* noticia o envio de Carlos Rey de Castro para garantir a melhoria das condições de trabalho dos indígenas na região<sup>46</sup>. Sobre esse período, Silva nos afirma:

Nos idos do ano 1912, o cerco sobre a *Peruvian Amazon Company* e Arana parecia se fechar de forma inescapável. Por outro lado, a aventura humanisticamente colonial do Império britânico produziu efeitos inesperados. Na Alemanha, por exemplo, as intenções da Coroa britânica eram questionadas e os ressentimentos da campanha inglesa no Congo Belga eram reavivados. À medida em que estadunidenses e ingleses avançaram sobre a questão do Putumayo, a sombra do Congo Leopoldino batia à porta, fazendo ecoar o frescor funesto da experiência africana. Os campos do Congo e as florestas da Amazônia estavam unidas como nunca estiveram; isto é, seja pela economia extrativista da borracha ou pelo espírito da colonialidade, ambas eram constantemente invocadas<sup>47</sup>. Em um dos muitos artigos publicados pelas prensas da época, um deles apresenta breves considerações entre as duas regiões e suas experiências. De autoria do novelista inglês *Sir Conan Doyle*, o ensaio é capaz de, ao reconhecer a responsabilidade da mesa diretora e dos investidores ingleses pelas atrocidades atribuídas à *Peruvian Co.*, chamar a atenção para o fato de que no Peru, diferentemente do Congo Belga, não há nenhum poder estrangeiro atuando diretamente sobre a região, excetuado o papel de tutor autoproclamado dos Estados Unidos sobre os países da América do Sul<sup>48</sup> (Silva, 2020, p. 129)<sup>49</sup>

Na religião, transformada em campo de disputa, transparece a concertação da agência histórica dos interesses ingleses e norte-americanos. De acordo com Silva (2020, p. 150):

<sup>45</sup> THE RUBBER SCANDALS: Blue Book Issued by British Government. Bundaberg Mail and Burnett. Advertiser (1892 - 1917), 8 de abril de 1913, p. 2.

ALLEGED PUTUMAYO ATROCITIES. Daily Standard. (Brisbane, 1912 - 1936), 17 de abril de 1913, p. 5. PUTUMAYO RUBBER ATROCITIES. Daily Mercury (Mackay, 1906 - 1954), 29 de novembro de 1912, p. 4

<sup>46</sup> PUTUMAYO POLICE FORCE: Formed by Peru 's Commissioner Natives' Condition Improved. The New York Times, 8 de agosto de 1912.

<sup>47</sup> RUBBER SCANDALS: Bitter German Attack on False Assumption. Morning Herald (NSW 1842 - 1954), 20 de julho de 1912, p. 15

<sup>48</sup> RUBBER ATROCITIES: Sir A. Conan Doyle on the Congo Position. Telegraph (Brisbane, Qld. 1872 - 1947), 17 de abril de 1912, p. 4

<sup>49</sup> Também nisso podemos ver o aprimoramento do aparato colonial, e na dispersão da divisão financeira o mecanismo pelo qual se separa o agente do ato.

[...] a nova trincheira diplomática da colonialidade é transformada em um campo de disputa religiosa. Neste cenário, os Protestantes se ressentem da decisão do governo peruano que proibiu a atuação de evangélicos na região, restringindo a atuação aos representantes católicos. Assim, contando com a anuência de ingleses e norte-americanos, uma missão católica é enviada à região, transformando La Chorrera (uma das maiores estações da Peruvian Co.) no centro de suas operações na região. Para tanto, ambos os governos se concertaram a fim de garantir o financiamento das iniciativas da Igreja Católica Romana no Putumayo.<sup>50</sup> (Silva, 2020, p. 150).

Em 1911, a Santa Sé indicou o representante pontifício em Lima, Angelo Scapardini, para elaborar um relatório baseado nos relatos e na investigação da comissão inglesa<sup>51</sup>. O papa também enviou um representante da Santa Sé, Giovanni Genocchi (Marin, 2023, p.196). No dia 7 de junho de 1912, o papa Pio X publicou a encíclica *Lacrimabili Statu*, que trata sobre os “indígenas da América do Sul” e é direcionado aos “arcebispos e bispos da América Latina” (Marin, 2023). A carta versa expressamente sobre a revelação dos métodos de empresas sul-americanas, advogando pela proteção dos indígenas e exigindo do bispado católico que considere como crime grave a ação daqueles que:

[...] ousam ou presumam reduzir em escravidão os Índios dos quais falamos acima, vender, comprar, comutar ou doá-los, separá-los das mulheres e dos filhos, espoliá-los de suas coisas e bens, conduzi-los ou transferi-los em outros lugares, ou, de qualquer maneira, privá-los da liberdade ou retê-los escravos; nem oferecer àqueles que assim agem, conselho, ajuda, favor e apoio sob qualquer pretexto e motivo, ou pregar ou ensinar que tudo isso é lícito, e tenham a ousadia ou presumam cooperar de qualquer outra maneira com quanto dito acima. (“*Lacrimabili Statu*”, Pio X, Roma, 7 de junho de 1912).

No ano de 1913 são produzidos “relatórios, discussões e análises” que determinam o fim da *Peruvian Amazon Company*. No início do ano, a Comissão Especial da Câmara dos Comuns para a questão do Putumayo decide convocar Arana para prestar esclarecimentos em Londres. A essa altura, Casement já havia alertado aos membros sobre a variedade de artimanhas lançadas por Arana para corromper ou omitir evidências, bem como dos esforços dedicados a manter o “caráter civilizatório da iniciativa por ele capitaneada” (Casement, 2016). Antes da chegada de Arana, o representante do corpo diretor inglês já tinha sido ouvido e alegado completo desconhecimento dos crimes atribuídos à Companhia. O representante

<sup>50</sup> PUTUMAYO ATROCITIES: Evangelical Protest. *Advertiser* (Adelaide, 1889 - 1931), 20 de agosto de 1912, p. 10.

ONLY CATHOLIC ALLOWABLE. *National Advocate* (Bathurst, 1889 - 1954), 15 de Agosto de 1912, p. 3. THE MISSION TO PUTUMAYO. *W.A. Record* (Perth, 1888 - 1922), 19 de outubro de 1912, p. 18

<sup>51</sup> Esse relatório, cujo conteúdo não foi analisado pela presente pesquisa, está disponível no Arquivo do Vaticano: *Angelo Scapardini. Informe del delegado Apostólico del Vaticano en Lima al secretario de Estado de la Santa Sede, cardenal Rafael Merry del Val, en Archivio Segreto Vaticano (ASV). Lima, 23.08.1911. Nunciatura Perú (NP). A. Scapardini. Caja 75. Fasc. 4, f. 25.*

também atribuía ao governo peruano o dever de punir os responsáveis<sup>52</sup>. A pesquisa realizada na plataforma de busca *UK Parliament Hansard*, nos registros das sessões da Câmara dos Comuns, não encontrou a transcrição dos diálogos com o representante do corpo diretor inglês da PAC.

Arana se apresentou ao comitê em algum momento entre janeiro e fevereiro de 1913<sup>53</sup>, munido de provas documentais, bem como de registros fotográficos e cinematográficos, em favor de sua inocência. Com relação ao cônsul inglês, principal investigador que revelou os crimes de sua companhia, Arana se pronuncia considerando que o cônsul foi enganado por depoimentos exagerados ou falaciosos, que compunham uma narrativa tendenciosa<sup>54</sup>. O argumento da defesa não foi capaz de explicar a ausência de provas que o afastasse das acusações, então o peruano também acusa a Hardenburg e Whiffen por tê-lo chantageado<sup>55</sup>. Uma variedade de jornais no Brasil e no mundo acompanharam o ciclo do julgamento da PAC em Londres, com evidências apontando a atuação de Arana como “chefe executivo”, responsável por toda a operação no Putumayo. A centralização das acusações em torno de Arana obviamente era conveniente para proteger os acionistas que financiaram a iniciativa de qualquer associação direta com os crimes. De acordo com Silva (2020):

[...] o Comitê viu o argumento da “culpa negligente” se transformar no mote salvador para todos os *English gentlemen* que fizeram riqueza com a borracha extraída da região. Cumpre salientar que, segundo Edward Grey, quando da apresentação das primeiras denúncias, os diretores britânicos deixaram bem claro que desconheciam totalmente o “estado das coisas”, o que se tornou evidente por meio da boa-fé demonstrada por eles desde o início. (Silva, 2020, p. 132)

A boa-fé dos diretores ingleses se alinhou à vontade de exportar seus capitais para um novo empreendimento do outro lado do mundo e desfazer os laços pelos quais se construiu uma Amazônia invadida. A invasão, contudo, foi um legado que permaneceu. No dia 20 de março de 1913, o juiz Swinden Eady decide dissolver a empresa, acusada de praticar “crueldades aos povos nativos da Amazônia”:

---

<sup>52</sup> PUTUMAYO OUTRAGES: Directors Plead Ignorance. Newcastle Morning Herald and Miners' Advocate (1876 - 1954), 10 de janeiro de 1913, p. 5.

<sup>53</sup> PUTUMAYO DISTRICT (Collection of Rubber). House of Commons Hansard. 31 de março de 1913, vol. 51, p. 6.

<sup>54</sup> PUTUMAYO ATROCITIES: Arana's Evasive Replies. Daily Telegraph (1883 - 1928), 11 de abril de 1913, p. 5.

<sup>55</sup> PUTUMAYO RUBBER SCANDALS: Accusation of Blackmail. Sun (1910 - 1954), 10 de abril de 1913, p. 9  
PUTUMAYO ATROCITIES: Senhor Arana in the Box. Argus (1848 - 1957), 11 de abril de 1913, p. 7.

FIGURA 03. A NOTÍCIA DA DISSOLUÇÃO DA *PERUVIAN AMAZON COMPANY* NO JORNAL “*THE MERCURY*” (1913).



Fonte: Fragmento do jornal “*The Mercury*” de 22/03/1913.

No ano seguinte, o processo de liquidação seria concluído sem que os acionistas recebessem dividendos pela empresa:

FIGURA 04. A NOTÍCIA DA DISSOLUÇÃO DA *PERUVIAN AMAZON COMPANY* NO JORNAL “*THE MERCURY*” (1914).



Fonte: Fragmento do jornal “*The Advertiser*” de 20 de março de 1914.<sup>56</sup>

<sup>56</sup> Tradução do autor: “Sem retornos para os acionistas: atrocidades da borracha lembradas. O executor oficial da *Peruvian Amazon Company*, nomeado no ano passado, seguindo as investigações das atrocidades cometidas contra os indígenas envolvidos na coleta de borracha, oferece seu relatório sobre a posição da companhia. Ele afirma que as propriedades vendidas para a companhia não correspondiam aos valores prospectados, bem como

O resultado da liquidação que as notícias nos levam a concluir foi que Arana e os diretores peruanos da PAC dispuseram dos espólios de sua companhia, enquanto os acionistas ingleses receberam somente títulos nominais pelas propriedades liquidadas. Aos peruanos, contudo, coube também a responsabilidade pelos crimes no Putumayo – que continuaria a ser explorado, agora sem o apoio exclusivo do capital estrangeiro. Silva (2020) nos coloca que a liquidação da PAC: “(...) estaria longe de representar o fim do holocausto praticado na região, representando, apenas, uma substituição estratégica das vestes sob as quais Arana e seus associados operavam” (Silva, 2020, p. 136).

Os “escândalos da borracha” ultrapassariam os confins do Caquetá e Putumayo, revelando horrores descritos no *Bluebook* no Acre, na Bolívia, no Equador, no Brasil e na Colômbia<sup>57</sup>. De acordo com Silva, no início do século XX a “cultura vigente na Amazônia e em seus muitos Putumayos” era a confusão entre “o interesse público e os anseios de homens como Arana, Rey de Castro, Zumaeta, Normand e tantos outros”. Além da dominação cultural e ideológica, que se utilizava do *mito do canibalismo* para justificar as atrocidades cometidas em nome da civilização, devemos também questionar a agência imperialista que colocava Arana como o principal responsável pelos crimes e isentava os financiadores ingleses como participantes inocentes, atuando de “boa-fé”, diferentemente do selvagem explorador peruano.

A sincronia entre a estruturação dos *plantations* asiáticos e a revelação das denúncias e investigações subsequentes nos leva a concluir que não havia nenhum ato de boa-fé na chancela concedida às operações dos “muitos Putumayos” na Amazônia, mas justamente um forte argumento a ser defendido *a posteriori*, quando o modelo das *plantations* viesse a reforçar a ideologia eurocêntrica, criando uma oposição moral entre os modos de produção da Amazônia e da Ásia, e reforçando a marginalização simbólica promovida pelo imperialismo inglês em aliança com os ideais de civilização do discurso moderno ocidental. A dominação colonial nos exige reconhecer as representações que colocam as sociabilidades e modelos de existência dos territórios subalternizados em desvantagem e obter esclarecimento científico para a farsa do discurso dominante que separa os desígnios do capital e o morticínio na floresta – a dinâmica

---

os lucros auferidos nos prospectos. O fracasso do empreendimento, segundo o oficial, foi devido ao controle ineficiente exercido pelos diretores ingleses. Ele acusa os diretores, gerentes e empregados sul americanos de grosseira má gestão. Conclui anunciando que os dividendos terão valor apenas nominal aos credores, e que não haverá retorno aos acionistas.”

<sup>57</sup> ATROCITIES IN SOUTH AMERICA: Putumayo Horrors Surpassed. Morning Bulletin (1878 - 1954), 25 de novembro de 1913, p. 7.

ATROCITIES IN SOUTH AMERICA: Putumayo Horrors Surpassed. Morning Bulletin (1878 - 1954), 25 de novembro de 1913, p. 7.

AS BAD AS PUTUMAYO: English Observer Says Rubber Slavery is General in South America. The New York Times, publicado em 26 de dezembro de 1913.

do materialismo histórico-dialético e o caráter científico da “teoria do imperialismo” muitas vezes se impõem como horizonte metodológico pela natureza de “totalidade” do objeto.

No capítulo seguinte, vamos analisar a emergência da borracha asiática como um fenômeno econômico e editorial, iniciando com a publicação de Silva e Leal sobre a produção jornalística do New York Times acerca do Putumayo. É traçado um paralelismo entre os “escândalos” e a emergência da borracha asiática que revela contornos claros da ação material-dialética do capital nesse período de vigência da fase imperialista. Analisa-se também a construção de discursos de alguns agentes históricos mais destacados nos acontecimentos e na produção textual sobre o Putumayo, com o objetivo de demonstrar algumas das inferências que esta pesquisa produziu na linha do materialismo histórico-dialético em diálogo com outras linhas de análise pertinentes ao recorte adotado.

## CAPÍTULO II - O PUTUMAYO NA IMPRENSA E A EMERGÊNCIA DA BORRACHA ASIÁTICA NO SÉCULO XX

Em “*Crime e Castigo na Amazônia: O Putumayo nas páginas do jornal The New York Times*”, Caio Henrique Faustino da Silva e Davi Avelino Leal refletem sobre a cobertura jornalística que o jornal nova iorquino produziu sobre o mercado da borracha e os escândalos de Putumayo entre 1890 e 1913. Os autores iniciam o texto afirmando que “uma das características mais marcantes da imprensa reside no fato de ser uma força social ativa” (Silva e Leal, 2022, p. 47). Os escândalos de Putumayo nos oferecem um exemplo para a extensão que os efeitos dessa força social ativa podem alcançar e sua relevância na construção dos discursos que promovem os ideais imperialistas das potências capitalistas do século XX. O jornal em questão é referência não só para as instituições de governo daquele país como também uma fonte de opinião que tem alcance global no período abordado. O método de pesquisa utilizado por Silva e Leal, *buscando* por palavras-chave no arquivo digital do periódico, é similar ao empregado por esta pesquisa para abordar os jornais brasileiros que serão analisados no capítulo seguinte<sup>58</sup>.

Silva e Leal (2022) ressaltam como a borracha era objeto de atenção regular do New York Times, que publicava artigos de opinião contra o monopólio da indústria pelos “novos métodos brasileiros”. Em julho de 1912, com a publicação do *Bluebook* de Roger Casement, o NYT noticia a mediação do “diálogo entre o governo de Lima e Londres”, pelo qual “Washington espera parar as atrocidades”. Nota-se a insistência discursiva em apresentar o corpo diplomático de Washington e Londres na imprensa como agentes de resolução dos conflitos, e apenas muito raramente<sup>59</sup> como financiadores e responsáveis pelos crimes praticados para produzir borracha. No mês seguinte, uma segunda comissão foi enviada para Iquitos, dessa vez integrada pelo agente do Departamento de Estado dos EUA, Stuart Fuller (Silva e Leal, 2022, p. 73). Entre 1912 e 1913 ocorreu a disputa pela responsabilidade e pelos espólios da atuação da PAC no Putumayo. De acordo com os autores:

Enquanto Arana negava o conhecimento das atrocidades noticiadas pelos relatórios inglês e estadunidense; a mesa diretora da PAC em Londres se recusava a ouvir as acusações feitas pelo Comitê Especial do parlamento britânico. Segundo a publicação

<sup>58</sup> A utilização de palavras-chave como “rubber”, “Putumayo” e “Amazon” nos respectivos acervos em hemerotecas digitais. Para a construção deste capítulo, foram utilizadas também combinações como “malaysia+rubber” e “asian rubber” para encontrar as reportagens e notícias referentes a esse mercado cuja emergência enquanto tema de jornal foi crescente durante o período pesquisado.

<sup>59</sup> Esta pesquisa registrou em duas edições menções que denunciaram a relação entre as potências imperialistas e seus acionistas de capital e os crimes na Amazônia. Ambas foram pequenas notas no *Jornal do Commercio* que indicavam a mencionada denúncia como originalmente publicada em jornais alemães.

do NYT, o Secretário da Sociedade Antiescravagista e para Proteção Aborígene, afirma ter avisado à diretoria da Companhia das atrocidades praticadas no Putumayo ainda no ano de 1909, sem sucesso (Silva & Leal, 2022, p. 74).

Através das páginas do *Jornal do Commercio de Manaus*, podemos identificar a cronologia de precedência das companhias colombianas atuando na extração da borracha na região do Putumayo mencionadas por Hardenburg, fato anterior à conquista da região por Arana e o estabelecimento da *Peruvian Amazon Company*. O mesmo Hardenburg nos afirma que, uma vez que as estações entre o Caquetá e o Putumayo passaram para o domínio absoluto da PAC, parte da mão-de-obra dos colombianos foi incorporada pela empresa, apesar do mal-estar entre funcionários de diferentes naturalidades dentro do quadro da empresa (Hardenburg, 1913, p. 132). A atuação dessas empresas não aparece como ligada ao capital privado internacional da mesma forma que a PAC.

Hardenburg, citando o juiz substituto do caso, Rómulo Paredes<sup>60</sup>, afirma que havia um conflito de interesses nas “relações internacionais” entre os governos do Peru, Inglaterra e Estados Unidos. O testemunho do juiz Paredes para o jornal americano *Review of Reviews*, em setembro de 1912, que Hardenburg descreve, oferece a opinião do juiz sobre o tema dessas relações. Segundo Paredes, o governo peruano via com bons olhos uma aproximação com o governo dos Estados Unidos, o “poder dominante do hemisfério”. O “antagonismo velado” entre estes e o governo chileno colabora com essa aproximação. De acordo com o juiz, a amizade com os Estados Unidos, aos olhos de Lima, pareceria mais valiosa do que a amizade com a Inglaterra. Paredes conclui seu longo parecer, com um volume de mais de 3 mil páginas, atribuindo à *English Rubber Company* a responsabilidade total pelas atrocidades, e denunciando o cônsul inglês estacionado no Peru desde 1903, David Cazes, como colaborador entre as “partes culpadas” para afastar o governo peruano do conhecimento dos fatos. Paredes argumenta que, com toda a borracha coletada no Putumayo sendo exportada por Iquitos, não havia como o inglês dizer que não sabia o que acontecia na região. Ainda de acordo com Paredes, a tensão entre o governo peruano e o governo inglês se devia, principalmente, pelo controle da companhia ferroviária *Peruvian Corporation*, que controlava toda a rede ferroviária no país, e era operada e controlada” por Londres após sua capitalização de mais de 22 milhões de libras esterlinas (Hardenburg, 1913, p. 42). Desde então, havia acusações de ambos os lados.

No próximo capítulo está descrita a comunicação entre o cônsul colombiano Heleodoro Jaramillo e o Ministério das Relações Exteriores de Washington em 1904, quando o

---

<sup>60</sup> Paredes substituiu o juiz originalmente apontado para o caso, Carlos A. Valcárcel, que produziu importante documentação sobre a ação da PAC, em 1911. (Fernandes, 2022, p. 637)

colombiano solicita a interferência na ação da PAC – que, de acordo com o cônsul, também era composta por capital norte-americano. O jornal também menciona, já em 1908, a tentativa frustrada de um empresário norte-americano chamado Herman Selleck de disputar as terras com Arana, requisitando para os corpos diplomáticos em questão o cumprimento de um acordo firmado com as autoridades colombianas para exploração da borracha na região.

A manipulação da disputa pelo território do Putumayo, e mesmo sua escalada de violência, aparece diretamente associada ao interesse de diferentes iniciativas de capital de controlar esse mercado. A distância que se cria entre esse jogo de interesses e a exploração violenta de mão-de-obra é instrumental para afirmar ideologicamente a expansão internacional dos mecanismos capitalistas de exploração e financeirização. O atrito entre empresários colombianos e os peruanos que, liderados por Arana, disputavam o Putumayo era financiado e incentivado por aportes de capital vindos da Inglaterra e Estados Unidos, cujos governos, em íntima relação com os interesses do capital privado e com processos de acumulação em disputa, gerenciavam diplomaticamente essas relações com aparente permissividade em relação a seus investidores e cobrança constante, revelando sua investidura como autoridade internacional, ainda que não-oficial, sobre os governos peruano e colombiano, apontados em diversas ocasiões em reportagens de jornais brasileiros como responsáveis pela conivência com a violência na Amazônia.

Os escândalos do Putumayo, que se iniciam oficialmente em 1907, com o lançamento das primeiras denúncias em *La Sanción* e *La Felpa* por Saldaña Rocca, e se encerra em 1914, com as últimas reportagens completas apresentando, muitas vezes com fotografias gráficas de indígenas mutilados, um resumo dos crimes no Putumayo – e quando o início da Primeira Guerra Mundial silencia o assunto em editoriais internacionais de todo o mundo – foram acompanhados por um outro fenômeno de imprensa ao qual precisa ser devidamente associado, pois ambos compõem um diálogo temático que nos deslinda a estrutura hegemônica da ideologia do capital, e que já viemos analisando no capítulo anterior. Durante os anos em que se denunciam as atrocidades ocorridas no Putumayo indígena e os jornais identificam na Amazônia a mesma brutalidade tropical vista no Congo belga, surge apresentada como solução de um problema humanístico e econômico a emergência da borracha asiática. O anúncio de uma solução definitiva para o problema do mercado internacional da borracha, com uma nova fronteira de mercado produtivo localizada na imensidão da Indochina, Ceilão, Malásia e Indonésia. Durante esta pesquisa, não pude deixar de notar uma forte convergência para tudo que apontasse à necessidade declarada dessa mudança de ordem no mercado da borracha. A borracha selvagem do Congo e da Amazônia, incapaz de suprir a crescente e promissora

demanda internacional, abriu espaço para um novo modelo de produção, anunciado como mais racional e em condições de gerar uma oferta sem precedentes nessa indústria. A lógica da necessidade, portanto, se ligou à lógica da oportunidade: o novo “modelo asiático” pôde suprir de forma sustentada o aumento inédito na demanda dos séculos 19 e 20 – os *Roaring Twenties* movidos a gasolina e pneumáticos – e apresentar soluções para a brutalidade dos métodos de trabalho no Congo e no Putumayo.

O triunfo ideológico desse período de expansão internacional de capital financeirizado para a grande produção de *commodities* em países não-industrializados se revela na capacidade de apresentar o capital como representante desse novo modelo de mercado, identificado como moderno, racional e humano, adequado aos ideais do homem urbano do novo século, e se dissociar do modelo anterior, que foi financiado igualmente e serviu como experiência para essas novas formas de transferência e acumulação de capital, sem as quais não poderia ter existido. Para a Amazônia e o Congo, restou o ônus de serem associados continuamente nas páginas de jornal com a morte e o terror, enquanto os salões das bolsas de valores se apresentavam como os principais responsáveis por superar a desordem das selvas. Como conclui Silva (2020, p. 54): “(...) a virtualidade do capital é capaz de virtualizar as mais cruéis atrocidades, incluindo a própria escravidão”.

A capacidade de se distanciar da própria responsabilidade e capitalizar na política e socialmente como engenheiros inovadores da solução de um problema criado pelo seu próprio advento revela com clareza o poder de hegemonia ideológica que o capitalismo foi capaz de criar para os seus métodos de atuação durante o período de monopolização a partir das primeiras décadas do século XX. A acumulação e sua autojustificativa se fortalecem sobre as calamidades criadas pela sua própria necessidade de expansão sobre corpos e territórios.

Durante 1910 e 1911, período final da capitalização para promover a transição produtiva para as *plantations* asiáticas, há um notável aumento nas ocorrências de palavras-chave associadas à borracha na Ásia, com destaque para a Malásia, na base de periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. De fato, com as combinações testadas para essa pesquisa, registrou-se uma maior ocorrência para as reportagens que falassem da borracha asiática do que ocorrências referentes aos escândalos de Putumayo. Passemos a alguns exemplos que ilustram a extensão desse fenômeno. A disputa contra o mercado asiático muito interessava ao mercado brasileiro, que logo encontrou uma maneira de se adequar à nova realidade do comércio internacional da borracha.

Em 1911, o *Jornal do Commercio* apresentou uma variedade de notícias referentes à borracha asiática. Na edição do dia 25 de fevereiro, o jornal publicou uma nota intitulada “A

borracha - uma nova fonte de borracha”, na qual mencionava que a borracha poderia ser obtida industrialmente em “grandíssima” quantidade de uma “árvore da Malásia”, e importada a preço baixo. No dia 22 de março, uma extensa reportagem sobre a borracha extraída da espécie *jeluiong* tem como objetivo afirmar a qualidade da borracha asiática, apesar das críticas de que se trata de um produto “artificial”. A borracha asiática, embora amplie o mercado de forma definitiva, será sempre apontada em condição de inferioridade com relação ao produto que é proveniente da *hevea brasiliensis* nativa. O *Jornal do Commercio de Manaus* defendeu repetidamente esse ponto em diversas edições. A questão da borracha sintética já começa também a aparecer, embora a preocupação de garantir suprimentos sintéticos ainda não seja tão grande – só a partir da Segunda Guerra essa passa a ser uma prioridade para os Estados Unidos.

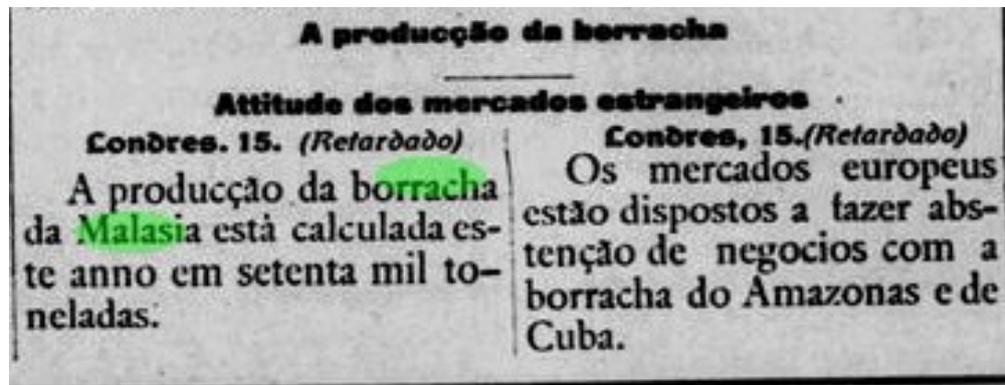
Em 11 de junho, o jornal denuncia a “campanha contra a Amazônia”, com o interesse de favorecer “o plantio e exploração de borracha em Ceylão, Sumatra e Malásia”. Em 21 de junho, o jornal publica notícia sobre a correspondência entre o barão do Rio Branco e um secretário da delegação brasileira que está em Londres para comparar a produção de borracha da “Ásia e Malásia” com a do Pará, Amazonas e Acre, “denominada em Londres de *Para Rubber*”. O mercado amazônico trabalha para demarcar a diferença de qualidade da borracha amazônica. É muito importante esta distinção para o mercado amazônico: com sua borracha de qualidade superior, o preço da borracha nativa da América do Sul pode se manter acima do preço médio da borracha internacional, o que permite um desafogo para os custos de produção mais altos que historicamente a produção de borracha no território amazônico apresentou, conforme visto em Baxendale e em Frank e Musacchio. De fato, no gráfico apresentado anteriormente podemos notar também que, embora seja largamente superada pelo volume de produção asiático, a produção de borracha no Brasil se mantém sustentada pelas próximas décadas<sup>61</sup>.

Em 18 de novembro do mesmo ano, contudo, o jornal publica duas pequenas notas conjuntas, que sumarizam sombriamente a situação da borracha amazônica:

---

<sup>61</sup> A diferença de qualidade no mercado da borracha enquanto commodity é um tema interessante – variação incomum e que não ocorre, por exemplo, com o petróleo, com o algodão ou a soja.

**FIGURA 05. A SITUAÇÃO DA PRODUÇÃO DA BORRACHA EM NOTA DO JORNAL DO COMMERCIO (1911)**



Fonte: Fragmento do *Jornal do Commercio* de Manaus, edição 2722, de 18 de novembro de 1911.

Com a capitulação inevitável do mercado amazônico, só resta ao capital nacional se render ao domínio da borracha asiática e se readaptar para continuar funcionando num mercado cuja tomada de preços usa as bolsas internacionais como referência – e, portanto, o produtor amazônico não pode mais determinar o próprio preço, algo que a produção de borracha amazônica esteve acostumada a fazer nas últimas décadas.

Em janeiro de 1913, o jornal publica uma peça de publicidade da “casa de diversões Alcazar”, convidando o público para a projeção da película “Plantação e cultura da borracha na Malásia”, ocasião de “grande valor instrutivo”<sup>62</sup>, de acordo com o jornal. O pioneirismo de Arana no financiamento das novas tecnologias da fotografia e da filmografia para fins de propaganda se provou ser uma estratégia eficaz. As fotografias se tornaram onipresentes nos jornais e periódicos de alta circulação e transformaram a relação do público com as mídias, uma transformação radical nos modos de vida humanos e que se tornaram objeto de intensa investigação. Também nesse aspecto, a Primeira Guerra Mundial representou um período de transição, e no aspecto do horror real que o fotojornalismo traria para perto dos centros urbanos distantes dos conflitos, o Putumayo se apresenta como um precedente histórico notável e representativo, se não indicativo da escalada de violência que estava por vir nas décadas seguintes.

Os anos de transição do mercado da borracha para longe da Amazônia foram um duro golpe para o capitalismo sul-americano. Nota-se nos jornais da época que o tom de superioridade da borracha amazônica gradualmente vai cedendo na medida em que os métodos “mais racionais” de preparação da borracha asiática alcançam resultados superiores,

<sup>62</sup> Ano 1913, edição 3136.

estimulando a “apathia dos produtores amazonenes”<sup>63</sup>. Ainda assim, se mantem a “unanimidade para se reconhecer na borracha dos Estados do Amazonia uma superioridade indiscutível”<sup>64</sup>. A posição da borracha amazônica, marcada no imaginário internacional pela violência do Putumayo, acabou se mantendo e se consolidando em uma posição singular de produção. A crescente e acelerada evolução das tecnologias do maquinário produtivo depois da Segunda Revolução Industrial exigiu constantemente o uso de materiais da mais alta qualidade, o que garantiu um espaço, ainda que reduzido, de manobra para a produção amazônica, que foi capaz de se manter praticamente inalterado em volume de exportação nos anos seguintes a essa transição, ainda que estivesse sofrendo alterações radicais em seus processos internos para promover essa adequação. As margens de lucro, evidentemente, diminuíram. Foi o fim da *Belle Époque* manauara.

## 2.1. O ESPECTRO IDEOLÓGICO DO CAPITAL NO PUTUMAYO

O nexos convergente do interesse capitalista não é necessariamente algo que precise ser definido em acordo, mas um traço tácito do elemento ideológico por trás das decisões que orientaram a construção do Putumayo da *Peruvian Amazon Company*: o estatuto científico de *modo de produção* o justifica como eixo mobilizador. Ou seja, o entendimento da busca desmedida por lucro como algo pré-justificado ideologicamente atrai os interesses em torno dessa busca, sem que seja preciso um alinhamento político ou organizacional estrito regendo essas relações. Em outras palavras: quando os interesses convergem, não há necessidade de uma conspiração formal. Agentes políticos e diplomáticos, capitalistas e produtores de discurso na imprensa se alinham para defender aquilo que, no seu mundo, representa o motor do *progresso*: o desenvolvimento técnico e burocrático do sistema capitalista e a promessa de um salto na qualidade de vida urbana e na acumulação de base material em um processo de disputa internacional pelos meios de produção, reservas de matéria-prima e mercados consumidores.

Esse alinhamento ocorre pelo advento do capitalismo como *hegemonia*. A hegemonia se fundamenta no histórico de realização concreta dessa promessa de crescimento material e construção de um novo modo de vida urbano para a sociedade dos países do capitalismo avançado nesse período. A associação da ideologia capitalista como força indutora da ciência e do desenvolvimento tecnológico é um processo de séculos que se tornou pressuposto a partir

---

<sup>63</sup> Ano 1913, edição 3303.

<sup>64</sup> Ano 1913, edição 3317.

das primeiras décadas do século XX<sup>65</sup>, quando as condições materiais criadas pela Revolução Industrial possibilitou a transformação do sistema para uma fase superior dominada por centros de monopólio comercial que acabariam por sufocar esse ambiente de inovação em nome da manutenção do controle político pelo capital através da manutenção dos mercados de monopólio.

Essa associação, contudo, é vital para a manutenção da hegemonia ideológica capitalista. O surgimento do capitalismo representou uma força de progresso científico e tecnológico durante um longo recorte cronológico nos centros do capitalismo europeu, de forma que seus pressupostos ideológicos acabaram se entrelaçando com a própria ideia da ciência moderna e do meio técnico-científico-informacional, mas também colaboraram para construir o racismo científico e o extremismo político que marcaram o século XX. O capital e seus novos mecanismos de criação de riqueza financeira sob a vigência do *monopolismo imperialista* foram transformados por sua própria plasticidade em dados dispersos e indeterminados na forma do crédito, da ação, da participação e do dividendo. Essa transformação qualitativa do capital industrial em capital financeiro é a essência da transformação do capitalismo para um estágio superior de sofisticação e que justifica sua nomenclatura.

A reorganização do capitalismo atua para proteger os interesses de expansão internacional do capital como parte de um ideal sacrossanto que serve ao princípio do progresso e desenvolvimento material. Os pressupostos dessa mudança de estrutura econômica e política a nível mundial se tornarão de tal forma naturalizados que o questionamento desses fundamentos se tornarão *contraproducentes*, ápice do que seria o *pensamento racional* dentro do quadro de referência que gestou a mentalidade empresarial-capitalista<sup>66</sup>. Aí está a força do argumento de necessidade do capital, que se coloca ao mesmo tempo como necessidade inexorável do progresso humano, e por outro lado, se dispersa nos mecanismos de financeirização de forma incorpórea e impessoal, transformando sua agência numa ação

---

<sup>65</sup> A relação entre o estabelecimento do sistema capitalista e o incentivo à inovação tecnológica é discutida sob vários ângulos por Giovanni Arrighi em “O Longo Século XX”. No capítulo “A acumulação “infinita” do capital”, vemos como a ampliação do acesso aos bens tecnológicos foi uma forma pela qual os agentes econômicos “expatriados” dos Estados cosmopolitas podiam controlar Estados emergentes e um foco de dominação colonial, onde podemos perceber como as fronteiras entre o “territorial” e o “capital” ficam nubladas e percebe-se a qualidade superior da dominação capitalista frente ao controle institucional pré-capitalista. (1994, p. 165-171)

<sup>66</sup> Esse conjunto de “ilusões reais” na representação do capital e seus laços de domínio social, político e econômico é o que Marx chamava de *fetichismo*. (Grespan, 2019). É um conceito essencial para a compreensão de particularidades do sistema capitalista: as mercadorias aparecem como um meio através do qual os homens apresentam a necessidade de ampliar a acumulação ou o lucro como imperativos impessoais, “demandas do mercado”. As mercadorias são apresentadas como pequenos deuses que implicitamente orientam e comandam as decisões dos homens. Parte significativa da convergência tácita de interesses da classe capitalista se explica por esse fenômeno.

ilusoriamente pulverizada e descentralizada. O vetor monopolista do capital industrial encontra, portanto, a forma inversa da multidão de investidores, o que fortalece sua prerrogativa como manifestação eminentemente social – ampla, diversa, de participação internacional – ao mesmo tempo em que se demonstra a manifestação férrea da vontade de poder, produção e consumo materializada e concentrada na mão de uns poucos dirigentes *de facto*.

Na manifestação do imperialismo, podemos identificar nas instituições a propensão convergente de proteger os interesses de expansão do capital como algo inerente ao próprio Estado, como expressão própria de interesse do Estado-nação. Essa necessidade de mercado aproxima o Estado à ideologia do capital de, acima de tudo, expressar a vontade de uma *classe* como manifestação da sociedade como um todo, excludente a tudo que não acolha essa vontade como sua própria. Esse não é um traço original da classe capitalista em si, mas uma categoria de análise do materialismo histórico-dialético que encontra na historicidade do capitalismo exemplos radicais. De um lado, o discurso religioso tradicional perde sua força política estrita na modernidade, e por outro, o racionalismo moderno cria ideais muito mais adaptados ao novo modelo de governança indireta e impessoal no ideário “universal” ou “nacional”. Giovanni Arrighi (2007) destaca em *O Longo Século XX* um trecho em Gramsci que sintetiza o senso de prerrogativa de classe que se manifesta no discurso do plano “universal” ou “nacional”:

É verdade que o Estado é visto como o órgão de um grupo particular, destinado a criar condições favoráveis para sua expansão máxima. Mas o desenvolvimento e expansão de um grupo particular é concebido como, e assim apresentado, sendo a força-motriz de uma expansão universal, um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”. (Gramsci *apud* Arrighi, 2007, p. 181-182).

Uma vez que um Estado esteja conjugado aos interesses de expansão do capital (e essa relação se naturaliza já nas primeiras décadas da Revolução Industrial na Inglaterra dos *cercamentos*), cria-se uma grande dificuldade em diferenciar o que é o interesse *soberano* do Estado (que representa o *contrato social*, e portanto permanece como fundamento do que é socialmente reconhecido como legítimo) e o que é o interesse comercial da classe capitalista – ao ponto de, muitas vezes, vemos como natural ser questionada a validade dessa distinção. A estranha impressão de coincidência residual que a análise materialista-dialética pode causar é consequência do reconhecimento de um alinhamento ideológico na sociedade de classes que já alcançou o estatuto de *hegemonia*<sup>67</sup> e ultrapassou a linha da coincidência ou da conspiração formal.

---

<sup>67</sup> A hegemonia ideológica assume a forma, de acordo com Giovanni Arrighi, de “hegemonia mundial”: a dominação do poder associado ao exercício da “liderança intelectual e moral” e o “o poder de Estado de exercer

De acordo com Osvaldo Coggiola (2017), a partir da década de 1850 o capital internacional passou a mobilizar “vultuosas somas de dinheiro, captados nas bolsas de valores e envolvendo numerosos grupos capitalistas” (Coggiola, 2017, p. 868), que assim puderam “viajar com mais facilidade” para os mercados do sistema *free-trade*. Diversos acordos comerciais promoveram a abertura do “mundo periférico” para o capital através de “pressão diplomática, chantagem militar ou da guerra pura e simples”. Exemplos extremos desse tipo de dominação vão das Guerras do Ópio ao próprio Putumayo. Coggiola apresenta o avanço do imperialismo britânico no Atlântico Sul como um “projeto estratégico de dominação global”, que inaugura um novo tipo de império colonial, o *neocolonialismo*. No capítulo 31 de “*História do Capitalismo*”, o autor descreve a passagem “do colonialismo ao capitalismo financeiro”:

O fio condutor do processo de transição para o capitalismo na colônia estava fundamentado na propriedade privada da terra enquanto pressuposto para o trabalho assalariado. Era necessário que o Estado capitaneasse o processo de formação da moderna propriedade fundiária, impedindo o livre acesso à terra, incorporando-a ao domínio público, para que pudesse ditar os termos de sua aquisição, incluindo o seu preço, de forma que evitasse a constituição do campesinato nas colônias. O Estado agiria como agente do estabelecimento do capitalismo, criando, exogenamente, o mecanismo de mercado, a propriedade mercantil da terra. A vedação do acesso à propriedade da terra pela fixação de um preço tornava o salário dependente do preço da terra. [...] O processo de internacionalização do capital pressionou para medidas para limitar o acesso à terra nas colônias. A política de terras começou a fazer parte das agendas políticas de vários países periféricos, que recentemente tinham conquistado sua independência política e se ancoravam nas “leis de terra” para consolidar o Estado Nacional em via de transição para o capitalismo. Leis de terra foram aprovadas em vários países da América Latina, América do Norte e Oceania, quase ao mesmo tempo, “configurando um processo internacional, que não pode ser entendido apenas do lado de suas *determinações internas*” (Coggiola, 2017, p. 941-942).

Coggiola identifica nas disputas de transformação do capital financeiro de exportação um aspecto que proporcionou ao Estado inglês uma margem de manobra competitiva contra seus adversários insurgentes:

Em 1914, o *stock* de capital inglês investido no exterior atingiu £ 3, 8 bilhões, isto é, o dobro do investimento equivalente francês, e mais do que o triplo do investimento alemão. [...] O período chamado de “era do livre comércio” fora um estágio decisivo na expansão ultramarina britânica, em dois sentidos: 1) Foi marcado pela expansão do império formal, sobretudo na Ásia e África; 2) A “era do livre comércio” determinou a criação de um vasto império informal, isto é, zonas que não eram controladas diretamente pela Inglaterra, mas que estavam sob a influência do império britânico (o *commonwealth*). Esta última era uma forma de dominação extremamente

---

funções de liderança e governança sobre um sistema de estados soberanos” que “sempre envolve algum tipo de ação transformativa que altera o modo de operação do sistema de forma fundamental” (Arrighi, 1994, p. 27-28). Para Gramsci, a hegemonia só ocorre quando o argumento da classe dominante de representar o interesse geral é “parcialmente verdadeiro” e não puramente fraudulento.

barata, pois os custos eram mínimos e, em grande parte, ficavam a cargo das autoridades locais. As expectativas criadas com a independência da América Latina, região por excelência da expansão econômica inglesa, não acompanhada da ocupação militar, contudo, foram frustradas, a região não alcançou até o último quarto do século XIX um peso relativo importante no comércio britânico (Coggiola, 2017, p. 943).

Coggiola explica a construção do setor financeiro do período depois de 1870 como um vetor de poder que criou um “império invisível de dimensões mundiais” (Coggiola, 2017, p. 944) e que “compensou a crescente divisão da influência inglesa no mundo”. Nas palavras do autor: “Os *rendimentos invisíveis* gerados e o suporte dado ao próprio comércio de exportação ajudaram a reduzir a queda de competitividade britânica em relação às demais nações industrializadas”. Apesar do domínio britânico, a natureza cíclica do processo revolucionário da industrialização, de acordo com Giovanni Arrighi, é em movimento espiral, ou, como diz Elias Jabbour, de um ponto de desequilíbrio a outro. Arrighi nos mostra como, apesar do processo de continuidade, o sistema capitalista sempre se atualiza e reorganiza seus mecanismos de forma a se tornar mais *eficiente*. Apesar da demonstrada supremacia inglesa na construção do sistema financeiro, etapa superior ao capitalismo industrial do ponto de vista da classe dominante, não caberia à elite burguesa da Inglaterra continuar a dominar sozinha a máquina bancária-industrial que criou. Da mesma forma, afirma Arrighi, que os holandeses não detiveram por muito tempo o controle do sistema comercial marítimo que revolucionou a primeira fase do capitalismo mundial, o *behemote* da Segunda Revolução Industrial sob o regime *neocolonial* iria culminar no fim da *Pax Britannica* e início da *Lebensraum*.

Giovanni Arrighi analisa o devir do sistema moderno de governo mundial e da economia mundial capitalista em “O Longo Século XX”. Arrighi identifica na *teoria do sistema-mundo* de Immanuel Wallerstein a constatação de que “o capitalismo foi capaz de florescer precisamente porque a economia-mundo possui nos seus limites não só um mas uma multiplicidade de sistemas políticos” (Wallerstein, 1974, p. 348). Consequentemente, “a tendência dos grupos capitalistas de mobilizar seus respectivos Estados para aprimorar sua posição competitiva na economia-mundo reproduziu continuamente a segmentação dos aparatos políticos em jurisdições separadas” (Wallerstein, 1974, p. 402). Essa divisão, longe de representar um problema, ainda serve para legitimar os interesses defendidos como pertencentes a uma *soberania nacional*.<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> Em “*O Estado e a Revolução*” (1918), Lênin analisou como a revolução burguesa em Portugal e na Turquia, sem um caráter democrático na política, o levou à conclusão de que o desenvolvimento do capitalismo não necessariamente vem atrelado com o democrático-nacional.

Arrighi conclui afirmando que a dialética esquemática apresentada, que conecta o capitalismo ao sistema interestatal moderno, é tanto um laço histórico que demonstra sua contradição quanto sua unidade. O estado de competição interestatal e interempresarial é próprio da natureza desse novo formato de império e não pode “exceder o custo que um governo centralizado pagaria num império mundial”. Arrighi propõe uma oposição dialética entre “capitalismo” e “territorialismo” como lógicas de poder. A lógica feudal por excelência, “territorial”, identifica o poder na extensão dos seus domínios, e concebe a riqueza de acordo com essa lógica expansionista. O capitalismo, por constraste, apesar de sua rígida relação histórica com o domínio da terra, identifica o poder com a extensão do seu domínio sobre *recursos escassos* e considera a aquisição territorial como um meio para obter a acumulação de capital. Como ilustração, Arrighi apresenta a metáfora dos “recipientes de poder” de Giddens (1987): “líderes territorialistas tendem a incrementar seu poder ao expandir o tamanho de seu recipiente; líderes capitalistas, por outro lado, tendem a incrementar seu poder ao empilhar riqueza sobre riqueza num recipiente pequeno, e incrementar seu tamanho somente quando for justificado pelas exigências da acumulação de capital” (Arrighi, 1994).

No caso da trajetória empresarial da PAC, podemos perceber como na concretude histórica a relação entre visões de mundo e lógicas de poder se entrelaçam e concorrem dialeticamente para promover o benefício dos interesses de classe ao qual servem invariavelmente. Entre a classe dominante territorial e capitalista há menos uma relação de *troca de poder* entre classes diferentes do que a garantia de um processo de *continuidade* de uma classe *sempre em reforma* – ou, nas célebres palavras do príncipe de Falconeri de Giuseppe di Lampedusa: “é preciso que tudo mude para que tudo permaneça como está” (Lampedusa, 1958). Henri Pirenne notou, porém, que no capitalismo esse processo de continuidade ocorria através de uma troca de mãos e uma constante revolução organizacional, sem que isso, contudo, abalasse as estruturas do processo de acumulação do capital<sup>69</sup>.

---

<sup>69</sup> “[...] um grupo de capitalistas de uma determinada época não surge do grupo capitalista da época anterior. A cada mudança na organização econômica encontramos uma quebra de continuidade. É como se os capitalistas que até então estiveram ativos reconhecessem que são incapazes de se adaptar às condições que são evocadas por necessidades até agora desconhecidas e que exigem métodos até então desempregados. Retiram-se da luta e tornam-se uma aristocracia que, se voltar a desempenhar um papel no curso dos acontecimentos, o fará apenas de forma passiva, assumindo o papel de parceiros silenciosos. Em suma, a permanência ao longo dos séculos de uma classe capitalista, resultado de um desenvolvimento contínuo e de uma mudança para se adequar às novas circunstâncias, não deve ser afirmada. Pelo contrário, existem tantas classes de capitalistas quantas épocas da história econômica. Essa história não se apresenta aos olhos do observador sob a forma de um plano inclinado; assemelha-se mais a uma escada, cada degrau que se eleva abruptamente acima do que o precede. Não nos encontramos na presença de uma subida suave e regular, mas de uma série de subidas.” (Pirenne, 1953, p. 501-502) Conclusão, me parece, indicativa de uma proposição caudatária à da *destruição criativa* de Schumpeter.

Através do recurso da escravidão moderna, o sistema colonial resolveu a carência de mão-de-obra durante o processo de expansão das fronteiras do capital, e esses métodos permaneciam perfeitamente adaptados para ser pontualmente utilizados ao desígnio do interesse hegemônico no concerto harmônico de economias e governos nacionais durante a *Pax Britannica* (Arrighi, 1994, p. 50). No caso do Putumayo, vemos a colaboração de um governo em posição subalterna da América do Sul, disputando poder com seus vizinhos e no mesmo esforço para promover seu mercado de exportação, sob o controle estrito da potência dominante do período, que vinha perdendo sua hegemonia para competir em condições relativamente mais desfavoráveis com outros dois grandes impérios na sua zona de influência – Alemanha e Estados Unidos.

A urgência e o furor competitivo ampliavam a margem de manobra da disputa para introduzir rotineiramente a exploração brutal e o conflito armado. Dentro de poucos anos, a escalada competitiva deflagrou a Primeira Guerra Mundial e construiu um espírito de revolta que culminou na Revolução Russa, a partir da qual o sistema econômico mundial sofreu uma ampla transformação. Arrighi afirma que, durante o período de hegemonia inglesa, foi estabelecido um regime de controle territorial nas colônias recém-libertas do controle institucional que assegurava um reconhecimento de “legitimação mútua” entre o centro neocolonial e as zonas emergentes – sujeito a governança britânica que exercia o poder mediante o controle sobre o balanço de poder europeu. Diante dessa relação, o governo peruano e o próprio Arana puderam concorrer para defender seus interesses publicamente e a nível institucional, mas submeteram-se ao desfecho inevitável que se apresentou por força da autoridade britânica, encerrando as atividades da empresa oficialmente e a participação do capital inglês no mercado peruano de borracha. A indústria da borracha no Putumayo foi, a partir de então, abandonada como mercado de exportação. A atividade exploratória, contudo, não se encerrou com o fim da PAC, que somente serviu de alívio para as consciências e isenção de responsabilidades imperialistas. Arana continuou atuando na exploração de borracha na região, bem como figurando na política de Loreto, mas não foi capaz de reverter o revés financeiro trazido pelo fim da linha de capital estrangeiro. Os governos do Peru e da Inglaterra se eximiram de assumir a culpa pela atuação da PAC. Arana perdeu a empresa, mas recebeu garantias de impunidade para continuar perpetuando a violência na região. A diplomacia inglesa, através da atuação de Casement, atuou para isentar a Coroa das responsabilidades e se colocar como principal defensora dos direitos humanos.

A capacidade de transferir recursos internacionalmente e a eficiência das linhas de comunicação possibilitou ao sistema capitalista uma plasticidade econômica que inaugura uma

nova fase na relação entre poderes políticos e econômicos. Podemos perceber como a capacidade de criar, dissolver e recriar mercados em diferentes lugares do mundo para atender a demandas e otimizar o poder de oferta representou uma modalidade nova de poder imperial através do capital financeiro, capaz de estabelecer uma relação de dominação particular sobre outros centros de autoridade vindos do Estado<sup>70</sup>.

Por outro lado, como vimos em Arrighi, o sistema capitalista não pode viver sem ser constantemente atualizado. Vimos também que, se por um lado, os mecanismos de dispersão do setor financeiro alcançaram no período um grau de sofisticação inédito para as formações econômicas sociais, por outro, enquanto internacionalmente os estados-nação institucionalizavam o fim da escravidão, formas ainda mais radicais de abuso e regime de trabalho compulsório eram estabelecidos em recônditos distantes dos centros urbanos, sempre atendendo à lógica e as exigências de expansão do capital.

Schumpeter, em “*Capitalismo, Socialismo e Democracia*” (2017, p. 82-83) destaca o conceito de *destruição criativa* como “fato essencial do capitalismo”, pelo qual “toda empresa capitalista tem de viver”. O conceito se conecta com uma tradição de pensamento dialético muito particular ao pensamento alemão e ao desenvolvimento do pensamento hegeliano em Marx<sup>71</sup>. A substituição do “velho pelo novo”, a superação dialética a partir de uma contradição interna, é o “movimento constante” que rege o capitalismo. Para Schumpeter, porém, um efeito desse fenômeno seria uma maior dificuldade na formação de monopólios. A impressão aqui, ao contrário, indica no sentido de que o controle desse processo de destruição criativa obedece justamente ao ritmo de transferência dos centros de monopólio – pelo menos é o que se tem verificado no recorte presentemente analisado.

A eficácia absoluta desse tipo de controle imperialista e seu triunfo ideológico encerraram o ciclo de supremacia do colonialismo de forma tradicional (controle direto) no capitalismo mundial. Um efeito direto desse fenômeno é a concentração de poder na mão de grandes empresários, detentores de capital e donos dos meios de produção que não obedecem

---

<sup>70</sup> A ausência dessa capacidade de atuação internacional foi, entre outros motivos, determinante para que o socialismo de estilo soviético viesse a sucumbir diante das mudanças externas e internas às quais o planejamento centralizado não foi capaz de se adaptar. (Gabriele e Schettino, “Market Socialism as a Distinct Socioeconomic Formation Internal to the Modern Mode of Production”, *New Proposals: Journal of Marxism and Interdisciplinary Inquiry*, v.5, n.2, 2012, p. 28)

<sup>71</sup> Marx tratou extensivamente dessa questão, ver em Grundrisse (1993), O Manifesto Comunista (1848) e nas Teorias da Mais-Valia: volume 4 do Capital (1863). Em Hegel, podemos destacar a recorrência das expressões *Aufheben* e *Aufhebung*, que descrevem a face ‘negativa’ do movimento dialético, e possuem um significado aparentemente contraditório, envolvendo uma tríade de significados: “negar-conservar-elevar”. Esse conceito conduz a descrição de uma variedade de relações da dinâmica dialética, usualmente traduzidos com palavras como “subsunção” (utilizada por Marx no Capital), “suprassunção”, “sublação” – todas no sentido de demonstrar que sempre *permanece algo do que é superado na realidade cíclica da dialética*.

aos interesses do circuito interno das políticas nacionais. A autoridade estatal foi colocada em questão e o rearranjo de poderes da Europa à véspera da Primeira Guerra confirma esse desequilíbrio na ordem política. Nas décadas seguintes, ao fim tanto da Primeira quanto da Segunda Guerra, exauridos pelos resultados catastróficos criados em nome do lucro pela guerra, os países derrotados experimentaram um retorno radical à centralização do estado como forma de compensar suas derrotas e reivindicar prerrogativas imperialistas.

De acordo com Clóvis Moura, o “escravismo pleno” no Brasil durou até 1850<sup>72</sup>. De 1850 em diante, diversas transformações ocorrem no país: formou-se uma classe média urbana, cresceu a elite econômica e a alta burocracia, influenciados por suas contrapartes correspondentes da Europa. Correntes moderadas de abolicionismo garantem o ritmo do processo de transição: lento, gradual e seguro do ponto de vista do *establishment*. O Brasil pavimenta sua transição de um território colonial tradicional para um país de capitalismo “independente”.

O estabelecimento da Lei de Terras, marco simbólico da transição ao Brasil pós-escravismo oficial, teve como objetivo evitar a formação de uma classe média do campo e um forte mercado interno, que poderiam representar uma ameaça ao equilíbrio do poder constituído. A massa trabalhadora negra pós-escravizada não teve seus meios de cidadania garantidos. A redistribuição de terras se anuncia nesse contexto como representativa de uma etapa necessariamente transformadora, que permanece por ser realizada no Brasil. O modelo norte-americano de distribuição de pequenas e médias propriedades rurais, por comparação, colaborou na política propulsora de sua industrialização posterior, na expansão da *grande produção* de matérias-primas industriais e manufaturas e na formação de uma classe proletária no país<sup>73</sup>.

No caso da borracha amazônica e da produção de matérias-primas no Brasil, o mercado produtivo dá as costas para o mercado de consumo interno, é totalmente voltada ao consumo de países do capitalismo central. A taxa de acumulação de riqueza e lucro explode a partir do uso dos mecanismos financeiros que excluem a quase totalidade das populações nacionais.

---

<sup>72</sup> Em oposição ao que o autor chama de “escravismo tardio”, referente ao modo de produção escravista, e que subordinava o sistema escravista brasileiro ao antigo sistema colonial e “não permitia a acumulação de excedentes e de capitais internos em proporções suficientes à abertura de uma via independente do desenvolvimento” (Moura, 1994, p. 70).

<sup>73</sup> O *Homestead Act*, lei promulgada por Lincoln em 1862, foi a mais significativa na promoção da reforma agrária do país e marca a diferença de política adotada no Brasil. Por essa lei, terras ocupadas e cultivadas por mais de cinco anos eram cedidas – a ampliação de propriedades acima de 160 acres também podia ser feita através de aquisição das terras do governo. Uma análise desse processo está presente em “O desenvolvimento do capitalismo na agricultura norte-americana” (Lenin, Brasil Debates, 1980).

O mercado produtivo brasileiro, apesar da obsolescência dos conceitos de *ciclos econômicos*, teve sua criação de infraestrutura totalmente voltada para a produção de café no período – com forte dominância do financiamento de capital inglês. Os mercados de crédito e bancos que financiavam para ampliar a infraestrutura industrial brasileira no período estavam todos concentrados na indústria cafeeira paulista. Para a Amazônia, outro tipo de relação se estabeleceu para garantir a ordem de produção. A brutalidade conviveu com a breve *Belle époque* de Manaus nesse período. Compensa-se com a urbanização a falta de construção de infraestrutura para viabilizar a expansão da borracha de exportação.

Desde o período colonialista, a subordinação dos interesses nacionais para o capital internacional se mantém uma via de regra da ordem de Estado no Brasil. Não se criaram estruturas de governo que pudessem criar e manter uma classe dirigente distinta desses interesses de classe. Podemos ver nas constantes mudanças a série de subidas de Pirenne entre as diferentes gerações de capitalistas que se sucederam no controle das zonas de produção monopolista mundial, e encontrar nessa continuidade fragmentária uma identificação de classe ou de métodos, como Eduardo Viveiros de Castro (2010) notou ao comentar as práticas recentes de garimpo nas terras indígenas Yanomami:

O sistema do garimpo é semelhante ao do narcotráfico, e, em última análise, à *tática geopolítica do colonialismo em geral*: o serviço sujo é feito por homens miseráveis, violentos e desesperados, mas quem financia e controla o dispositivo, ficando naturalmente com o lucro, está a salvo e confortável bem longe do front, protegido por imunidades as mais diversas. [...] o dispositivo, como é de notório conhecimento nos meios especializados, envolve políticos importantes de Roraima, [...]. Esses próceres não aparecem na notícia sobre o dismantelo da operação criminosa mais recente. Duvido que apareçam. (Viveiros de Castro, 2010, p. 23).

No próximo capítulo, analisamos as edições de dois periódicos brasileiros como forma de nos aproximar dos discursos em disputa, tendo como referência o panorama científico exposto neste capítulo. Por meio dessas evidências, poderemos identificar, contextualizar e detalhar uma variedade de relações humanas e sociais que nos ajudam a compreender as situações concretas, por sua vez escolhidas e analisadas com auxílio da teoria. Entende-se essa última etapa como um exercício de complementaridade à adotada metodologia de buscar a descrição na totalidade – sem a qual a análise perderia em materialidade e poderia recair na simplificação não-dialética.

### CAPÍTULO III - O PUTUMAYO E A *PERUVIAN AMAZON COMPANY* NOS JORNAIS BRASILEIROS

No arquivo da *Hemeroteca Digital Brasileira* da Biblioteca Nacional, que serviu de base para esta pesquisa, pelo menos dez periódicos brasileiros conduziram algum tipo de cobertura especificamente sobre a atuação da *Peruvian Amazon Company* no Putumayo: o *Jornal do Commercio de Manaus* e o *Correio Paulistano*, que foram objeto de análise desta pesquisa; o *Correio do Norte*, também de Manaus, o *Jornal de Recife* e outros seis periódicos do Rio de Janeiro: *A Imprensa*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *The Brazillian Review* (em língua inglesa), *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias*. Para esta pesquisa, foram utilizadas diversas palavras-chave e combinações<sup>74</sup> para obter um acervo mais compreensivo nos dois jornais que, para mim, apresentaram um conteúdo geral mais significativo sobre o tema.

O *Jornal do Commercio* acompanhou com maior proximidade a atuação da PAC, estando ligado diretamente aos interesses do mercado da borracha em Manaus. As primeiras administrações do periódico chegaram a receber nas dependências do jornal, em ocasiões diversas, o principal responsável pela companhia, Julio Arana, bem como funcionários do primeiro escalão do governo peruano, como o cônsul Carlos Rey de Castro. A cobertura que o jornal deu sobre os acontecimentos possui a dinâmica mais reveladora dos interesses que movimentaram a atuação dos agentes históricos do imperialismo no Putumayo.

O *Correio Paulistano* figura como representante do estilo jornalístico da cobertura feita por todos os demais periódicos que, tirando o *Correio do Norte*, ficavam bastante distantes de Manaus e não contavam com correspondentes no local. O que se publicou, portanto, é uma sequência de notícias que cumpre um itinerário semelhante em todos os jornais pesquisados, iniciando em meados de 1908, quando as denúncias de Rocca começam a circular internacionalmente, e seguindo com a divulgação das revelações que começam a partir de 1910; de 1911 a 1913, os jornais citados acima publicaram uma variedade de notícias repercutindo os desdobramentos da disputa judicial na imprensa do Peru, Colômbia, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e Austrália. A maioria das publicações em jornais brasileiros que repercutem o caso nos jornais estrangeiros ressaltam a responsabilidade dos agentes ingleses no caso. A escolha pelo *Correio Paulistano* como representante dessa linha editorial se deu pela maior abrangência da sua cobertura jornalística, sendo o jornal com maior quantidade de correspondências às

---

<sup>74</sup> O acervo conta com mais de 200 reportagens selecionadas, com base em entradas como: “Putumayo”, “Arana”, “Peruvian Amazon Company”, “Rey de Castro”, “Malásia”+“borracha”, “Casement”, “Hardenburg”, etc.

palavras-chave levantadas sobre o caso na Hemeroteca, até mais que o *Jornal do Commercio* de Manaus.

Adota-se aqui alguns pressupostos apresentados na elaboração de uma Teoria da Notícia presente em “Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma Teoria do Jornalismo” (2005), de Jorge Pedro Sousa. O autor pretende adereçar questões referentes à forma e conteúdo das notícias, bem como os efeitos que os discursos veiculados como “notícia” tem sobre a sociedade, as ideologias e a cultura. Sua teoria trata do conceito de notícia como fenômeno central, “a ser explicado e previsto pela teoria do jornalismo”<sup>75</sup>. As notícias resultam em efeitos cognitivos, afetivos e comportamentais para sociedade<sup>76</sup>.

“Vários factores interferem na construção da notícia. A natureza indiciática da notícia, ou seja, o facto de na notícia estarem indiciadas as circunstâncias da sua produção, permite determinar esses factores, nos quais se devem basear as explicações que se dão para explicar por que temos as notícias que temos e por que as notícias são como são. Na teoria unificada do jornalismo que neste texto se sustenta, esses factores podem ser de natureza pessoal, social, ideológica, cultural, histórica, do meio físico e dos dispositivos tecnológicos. [...] A notícia comporta informação com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sócio-cultural. Se dentro de um contexto um determinado facto emerge da superfície plana da realidade, sendo percebido como notável e, portanto, como um acontecimento digno de se tornar notícia (Rodrigues, 1988), noutra contexto esse mesmo facto pode passar despercebido por não ter um enquadramento que permita observá-lo como um facto notável, ou seja, como um acontecimento.” (Sousa, 2005, p. 75)

Sousa apresenta, dentre outras, uma linha teórica que segue a metodologia estruturalista e é pertinente para a análise da presente pesquisa. De acordo com a teoria estruturalista da notícia apresentada por Sousa:

“[...] as notícias são um produto socialmente construído que reproduz a ideologia dominante e legitima o *status quo*. Isto acontece por que os jornalistas e os órgãos de comunicação social têm uma reduzida margem de autonomia, cultivam uma cultura rotinizada e burocratizada e estão sujeitos ao controle da classe dominante, proprietária dos meios de comunicação, que vincula os media às suas (primeiras) definições dos acontecimentos. As rotinas produtivas são vistas como uma cedência ao domínio dos poderosos. As notícias condensam essa relação estrutural entre os media e os definidores de sentido para os acontecimentos e ajudam a construir uma

<sup>75</sup> O autor assim define a notícia, recorrendo a outras publicações suas (2000, 2002): “uma notícia é um artefacto linguístico que representa determinados aspectos da realidade, resulta de um processo de construção onde interagem factores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico, é difundida por meios jornalísticos e comporta informação com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sócio-cultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia.” (p. 75)

<sup>76</sup> Cognitivos pois moldam as percepções que se tem da realidade, como por exemplo: “podendo mesmo levar as pessoas a tomarem atitudes e formarem cognições mais baseadas nos conteúdos das notícias do que na própria realidade (“teoria” do cultivo); contribuem para a formação de atitudes e para a socialização e a aculturação (“teorias” da socialização pelos media); reforçam ou colocam em questão determinadas crenças; cultivam valores e propõem a adesão ou a rejeição de novos valores (teoria do cultivo);” p. 80; afetivos pois provocam emoções e sentimentos, que podem ter efeitos de nível moral e de alienação; e comportamentais como consequências dos efeitos cognitivos e afetivos, agindo sobre as condutas das pessoas.

sociedade consensual e normalizada, em função da ideologia dominante hegemónica.”  
(Sousa, 2005, p. 76)

Com relação aos efeitos da notícia, Sousa afirma:

“A concepção dos efeitos das notícias deve partir da teoria da dependência, proposta por Ball-Rokeach e DeFleur (1976). Para estes autores, os meios de comunicação, nos quais se incluem os meios jornalísticos, são a principal fonte de informação que a sociedade tem sobre si mesma. São também os meios de comunicação os agentes mais relevantes para pôr em contacto os múltiplos subsistemas sociais. Assim, as pessoas, os grupos, as organizações e a sociedade em geral dependem dos meios de comunicação para se manterem informados e para receberem orientações relevantes para a vida quotidiana. Quanto mais uma sociedade está sujeita à instabilidade ou à mudança, mais as pessoas, os grupos e as organizações dependem da comunicação social para compreenderem o que acontece, receberem orientações e saberem como agir.” (Sousa, 2005, p. 79)

Entre os diversos efeitos sociais que a notícia causa na sociedade está o de força ideológica. O autor constata, ao analisar recortes diversos, que uma maioria das notícias encerram uma intenção de verdade, ainda que ofuscada por outras determinações. Os jornalistas “procuram não mentir nem ficcionar sobre a realidade”, e essa “intenção discursiva não-ficcional” é um dos “reflexos da ideologia da objectividade, cultivada pelos jornalistas para se relegitimarem continuamente no seio do sistema democrático-liberal” (Sousa, 1997, p. 86). A partir dessas balizas, podemos nos aproximar dos discursos de imprensa e obter uma imagem mais clara do ponto de partida a partir do qual são emitidos e veiculados, quais os efeitos que pretendiam causar e quais eram os fenômenos correspondentes que não necessariamente se revelavam explicitamente na expressão textual. A pertinência do conceito de notícia apresentado pelo autor para tratar dos recortes jornalísticos aqui analisados justifica sua adoção.

E o que podemos encontrar nos jornais brasileiros sobre os “escândalos do Putumayo”? Em primeiro lugar, a materialização daquilo que Caio Silva chamou de um “libelo internacional”, uma polémica contra os sistemas extrativistas da Amazônia que, trazida no bojo do conflituoso processo de industrialização dos países do capitalismo avançado, servia, sobretudo, para reafirmar a superioridade de um projeto mundial que beneficiava, em especial, os “agentes globais” do período:

[...] a transformação dos “Escândalos do Putumayo” em um libelo internacional não poderia ocorrer sem o protagonismo de ambos agentes globais daquele período, nomeadamente os Estados Unidos e o Império Britânico. Uma vez justificada a intervenção de ambas as nações, o que se seguiu foi a internacionalização midiática de um funesto espetáculo (Silva, 2020, p. 91).

Silva (2020) analisou com maior profundidade as fontes principais na construção dos discursos desse “libelo” – em especial, “*O Paraíso do Diabo*”, de Walter Hardenburg, o *Livro Azul Britânico* e o *Diário da Amazônia* de Roger Casement – mas também coleta e utiliza um compreensivo acervo investigativo oriundo da base da *Hemeroteca Digital* da Biblioteca Nacional. Em seu estudo, Silva (2020) identificou na Comissão Investigativa, liderada por Roger Casement, dois objetivos principais: compreender o “papel desempenhado pelos trabalhadores oriundos de Barbados” e o “tratamento conferido aos nativos pelos empregados da companhia” (Silva, 2020, p. 109-110). A “questão dos barbadianos” foi ressaltada na dissertação de Silva (2020) como elemento da ação imperialista. O autor menciona a necessidade da “delicadeza diplomática” na atuação de Casement, a quem se exige que produza conclusões imparciais, materialidade de provas e determine as relações entre os sujeitos britânicos e os agentes da companhia (Silva, 2020, p. 96).

A instrumentalização dos discursos que revelam essas “relações entre os sujeitos britânicos” e o terror na floresta oferece contornos interessantes da dinâmica de poder entre as potências imperialistas e os métodos coloniais utilizados no início do século XX. A escravização de barbadianos para participação na rotina de violências na região do Putumayo é um fator decisivo no rápido processo de encerramento da companhia: em primeiro lugar, foi esse o fato a partir do qual se exigiu a jurisdição dos tribunais ingleses pelo que acontecia na fronteira do Peru e Colômbia. A possibilidade de Arana, Castro ou algum outro funcionário do governo peruano ter introduzido o sistema de trabalho compulsório para os barbadianos por iniciativa própria é intrigante, mas pode ter sido uma estratégia para implicar seus associados estrangeiros nas atividades transgressoras da ação da PAC, partícipes escravizados e escravizadores. Se partiu de outra parte, demonstra-se uma evidência de coordenação. Como veremos mais à frente, muitas vezes os barbadianos recrutados lutavam contra se adaptar ao regime de trabalho e a praticar atos violentos contra os indígenas. Essa dificuldade nos sugere que a insistência em forçar barbadianos ao trabalho era condicionado por algum fator que indica intencionalidade, um arranjo prévio que mantinha essa condição apesar da inconveniência provocada. De qualquer forma, isso é no máximo hipotético. A “questão dos barbadianos”, porém, permitiu uma intervenção rápida da Coroa inglesa para dissolver a empresa. O capital inglês, até então ligado ao mercado da borracha amazônica, passou a ser progressivamente concentrado no modelo de *plantations* na Malásia e no Leste Asiático, que em oposição, oferecia, além da crescente lucratividade, estabilidade institucional. Sobre a relação entre a “questão barbadiana” e os desdobramentos da disputa internacional, Silva conclui:

Tal solução, acarretaria a da liquidação da empresa britânica e o encerramento de suas atividades na região, garantindo que os verdadeiros protagonistas daquele espetáculo atroz escapassem ao julgo da lei e da justiça, ressuscitando suas piores formas de pilhagem e assassinato, para obter até última gota de borracha dessas florestas. (Silva, 2020, p. 108).

O processo de responsabilização pelos crimes no Putumayo se tornou uma disputa visível através da questão dos barbadianos: durante a investigação, a diretoria peruana da PAC propôs a Casement um acordo coletivo de revisão de dívidas, a fim de serem salgadas de forma equânime, encerrando o “imbróglio barbadiano”. O endosso ao referido acordo garantiria o recebimento de uma porção das dívidas da empresa aos barbadianos, mas inviabilizaria qualquer tentativa futura de responsabilizar Arana e seus associados. A recusa de Casement determinou a retomada das negociações com a “aridez de uma desconfiança reciprocamente reconhecida” (Silva, 2020, p. 109). A partir de então, houve um grande esforço propagandístico para associar o capital inglês à imagem construída para o mercado asiático, ao mesmo tempo em que se passou a denunciar as atividades na Amazônia sem relacionar o caso aos principais financiadores do sistema.

### **3.1. O JORNAL DO COMMERCIO DE MANAUS**

No resumo da dissertação “*Do Burgo Podre ao Leão do Norte: O Jornal do Commercio e a Modernidade em Manaus (1904-1914)*”, de Priscila Ribeiro, temos a seguinte afirmação inicial: “Manaus, no fim do século XIX e início do século XX, tornou-se um importante centro comercial exportador e importador, onde os grupos que lucraram com o comércio da borracha estavam estritamente ligados com o capital internacional” (Ribeiro, 2014, p. 07).

Ribeiro nos confirma que a relação entre o *Jornal do Commercio de Manaus* e os interesses comerciais do mercado internacional da borracha era, em suma, a razão que levava o jornal a existir. De acordo com a autora, no período estudado, que coincide com o dos principais eventos analisados nesta pesquisa, o jornal desempenhou “[...] papel de artífice na construção de diversas transformações sociais e urbanas” (Ribeiro, 2014, p. 08) proporcionadas pelo *boom* da borracha. Os novos ideais de urbanização trazidos no bojo da revolução industrial e tecnológica da Europa oitocentista alcançavam as cidades brasileiras, e o jornal trabalhava conclamando para a “capital mundial da borracha” seu devido reconhecimento como partícipe na construção da economia brasileira. Era a ascensão de um ideal de “nova cidade”, em cuja

representação Manaus se encaixava tão bem, e de “homem moderno”. Um novo jornal para anunciar a “Belle Époque manauara” (Ribeiro, 2014, p. 08).

Manaus iniciou o século XX na vanguarda da experiência urbana brasileira, impulsionada pelo domínio no mercado internacional da borracha durante mais de meio século depois da descoberta da vulcanização<sup>77</sup>. A renda urbana crescia acompanhando a emergência insaciável da demanda de borracha, o que propulsionava os investimentos em obras públicas, vistas pelas autoridades como necessárias para atrair os investidores e acomodar o fluxo de imigrantes atraídos pela atividade extrativista. O contingente de imigrantes trazidos para trabalhar na construção civil, mais a população local, formavam a massa de trabalhadores que se avolumava na capital que passou por um grande salto populacional no período. Esse processo acelerado fez com que, por exemplo, Manaus se tornasse uma das cidades brasileiras onde se pagava um dos aluguéis mais caros do Brasil (Pinheiro, 2003, p. 58). Com o crescimento da cidade, cresceu de forma significativa a quantidade de jornais em circulação. A insatisfação dos trabalhadores foi mobilizada por uma série de jornais operários, percebidos então como um espaço de organização e artífice para lutarem por melhores condições de vida. Crescia a importância desse meio de comunicação no processo de construção das sociabilidades e de discursos nos quais podemos perceber com certa clareza aspectos ideológicos (Ribeiro, 2014, p. 21).

Entre os anos iniciais de 1904 e 1905, sob a direção de seu fundador, o major português Joaquim Rocha dos Santos, o *Jornal do Commercio de Manaus* era dividido em quatro páginas com o formato de 57 por 38 cm, com páginas geralmente divididas em 6 colunas cada. A assinatura semestral do periódico era comercializada por 50\$000 réis na capital e 60\$000 réis no interior. O periódico não costumava informar o número de exemplares publicados, porém, em novembro de 1907, menciona-se no corpo da edição do dia a tiragem do último dia 10, de 3422 exemplares. Rocha dos Santos era um membro da elite amazonense, tendo sido eleito Deputado Estadual em 1897, em cujo mandato sugeriu ao poder executivo a criação de uma repartição geral de catequese e civilização dos índios<sup>78</sup>. De acordo com Ribeiro, foi um “republicano e abolicionista”, que por muitas vezes desafiou “atos e decisões arbitrárias” na cidade de Manaus. Anteriormente à fundação do *Jornal do Commercio*, foi proprietário do *Commercio do Amazonas*, de 1888 a 1900.

---

<sup>77</sup> Embora a descoberta da vulcanização seja registrada em 1839, é com o crescimento da indústria de pneus na virada do século que se inaugura a fase mais aguda do *boom* da borracha (Dean, Warren. *Brazil and the Struggle for Rubber: A Study in Environmental History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.).

<sup>78</sup> *Gazeta de Petropolis*, Petropolis, nº 41, 5 de Abril de 1898

Em 1908, antes da divulgação de Hardenburg e a veiculação das denúncias de Rocca no Times, o jornal publicou uma peça de propaganda pouco usual para suas edições do período, recebeu a visita de uma autoridade peruana ligada a atuação da PAC e moderou as publicações sobre o que acontecia no Putumayo. A emergência da borracha da Malásia alterou o mercado que havia se adaptado ao regime extrativista amazônico, custoso e lento, e proporcionou a queda definitiva do preço da borracha no mercado internacional. Os anos dourados da borracha amazônica chegaram ao fim na primeira década do século XX, o que significou para todos os dependentes desse mercado que era necessário proteger seus interesses, já que esses não contavam mais com o apoio financeiro e propagandístico do capital internacional. A evidente alteração no tom das denúncias no *Jornal do Commercio*, um periódico ligado a esses interesses, certamente representa uma tomada de consciência com relação a essa dinâmica.

Na primeira edição do periódico, datada do dia da fundação do jornal, em 2 de janeiro de 1904, consta na seção de “*Exportação*” a empresa *J C Arana e Hermanos*, que enviava para Liverpool na carga do vapor inglês *Javary* mais de 45 toneladas de “borracha fraca”, tipologia adotada para descrever a variante específica produzida na região, – outras tipologias incluem variações como “finas”, “serub”, “caucho” – denominações utilizadas para diferenciar a qualidade e variedade de origem dos tipos de látex extraídos nos informes comerciais. No mês seguinte, o jornal trazia um reclame de Julio Arana, apresentado como um “comerciante de nossa praça”, sobre o roubo de uma carga de chapéus chilenos. Esse detalhe nos revela que, embora suas estações de coleta já estivessem em operação, Arana mantinha ainda os negócios pelos quais ficou conhecido inicialmente, os chapéus (Hardenburg, 1913, p. 200). O jornal reporta a negociação pelo vapor inglês “Obidense”, na única entrada da seção “dinheiro” no boletim de câmbio da edição do dia 19 do mesmo mês. O valor pago por “J. C. Arana” é de 2 mil libras em ouro. No dia anterior, o boletim de exportações reportou novamente uma saída de 45 toneladas de borracha pelo nome do empresário.

Durante os anos entre 1904 e 1907, a Casa Arana se tornou a operação de exportação de borracha que aparece com maior regularidade nas páginas do *Jornal do Commercio*. O jornal também informou periodicamente sobre a presença do empresário em embarcações e eventos que passavam pelo território brasileiro, e publicou informes a seu pedido, como ofertas de emprego e declarações ao poder público da cidade. Na ocasião de sua fundação, o jornal foi apresentado no texto abaixo para a sociedade amazonense:

Sem compromissos e liames que o prendam a parcialidades políticas do Estado, o *Jornal do Commercio* é neutro nas lides que visem à economia e o interesse dos partidos políticos que se degladiam pelos poderes públicos do Estado. Deixando

portanto a política lá onde ella está, este jornal não abdica, porém dos inauferíveis direitos constitucionaes da livre apreciação e crítica dentro do âmbito da lei, dos actos públicos que rocem com questões sociaes que affectem interesses geraes (*Jornal do Commercio*, Manaus, nº 1, 2 de janeiro de 1904).

Maria Luiza Pinheiro nos mostra como o periódico é ligado aos dois setores dominantes da sociedade amazonense no período abordado pela presente pesquisa: governantes e a elite borracheira (Pinheiro, 2001). Contudo, não eram somente os jornais que dependiam desse crescimento e da afirmação de seus propósitos:

A ideia de progresso material foi trabalhada pela elite local para equivaler a melhorias na qualidade de vida nos mais diversos setores. Porém percebe-se que, apenas uma pequena parcela da população desfrutava das benesses que o período áureo da borracha proporcionou à cidade. As reclamações surgem de toda a parte da cidade, pois a população local ficou à mercê de uma política invasiva e saneadora, que manipulava e controlava todos os hábitos antigos que ainda teimavam em permanecer. Códigos, leis, estatutos, regimentos e decretos além de uma série de órgãos foram criados para disciplinar a população que residia mais próximo ao perímetro urbano modificado para atender ao capital estrangeiro. Tão logo a borracha asiática foi ganhando o mercado internacional e superando a borracha nativa da Amazônia, a cidade começa a passar por novas transformações. O efervescente comércio de produtos importados é um dos primeiros a declinar, fazendo com que diversas casas comerciais começassem a vender seus produtos a preços módicos, a partir de 1912, para não saírem totalmente prejudicadas com a crise da borracha na Amazônia. (Ribeiro, 2014, p. 122).

Sobre a neutralidade anunciada como um dos principais valores do jornal, Marialva Barbosa nos mostra como o “discurso de neutralidade da informação” é uma forma de transformar os textos em documentos e postular seu valor na comprovação de fatos (Barbosa, 2000, p. 93). Indivíduos como Rey de Castro e Arana compreendiam muito bem esse importante aspecto que a produção de imprensa, bem como o cinema e o fotojornalismo<sup>79</sup>, exerciam sobre a opinião pública, a política e o sistema de justiça, e instrumentalizaram o quanto puderam as representações fabricadas sob sua demanda, na tentativa de impor sua composição cuidadosamente fabricada do Putumayo como narrativa. De acordo com Barbosa, aliás, ser dono de jornal nesse contexto tinha como pressuposto o intuito de galgar uma posição política ou diplomática (Barbosa, 2000, p. 69).

Maria Helena Capelato, ao analisar a questão dos jornais como documento, afirma que “a produção desses periódicos pressupõe um ato de poder, no qual estão implícitas relações a serem desvendadas” (Capelato, 1988, p. 24). Nosso intuito, portanto, é revelar com algum grau

---

<sup>79</sup> O surgimento do trabalho do cineasta Silvino Santos se deu no contexto da produção da defesa da PAC e, particularmente, de Arana. Toda sua produção cinematográfica tem, como pano de fundo ou em destaque, a Amazônia borracheira.

de nitidez a agência por trás das decisões dos jornais brasileiros em ora noticiar, ora ocultar ou negar o que acontecia no Putumayo e como os acontecimentos nessa região amazônica impactavam os mercados de borracha oriundos da América do Sul. A ação imperialista, que não se expressa explicitamente, nem é explicitamente denunciada como tal, passou a ser compreendida e denunciada pelos veículos de comunicação que foram objeto desta pesquisa.

O *Jornal do Commercio*, em sua fase inicial, que foi de 1904 a 1905, seguiu os moldes do *Jornal do Commercio* carioca, fundado pelo francês Pierre René François Plancher de la Noé (o jornal mais antigo em circulação na América Latina), e que por sua vez teve inspiração no periódico francês *Journal du Commerce*. Durante esses anos, na parte inferior da terceira página existia uma seção permanente denominada “Parte Commercial” que mostrava diversas subseções ligadas à economia e ao movimento do porto de Manaus, entre as quais se pode citar: o “Boletim do Cambio” com a cotação da libra em Paris, Portugal, Nova York, Espanha e na Itália; “Movimento do Porto” que registrava a entrada e a saída das embarcações; “Recebedoria do Estado” que apresentava a quantidade de despachos e os valores da renda estadual, renda municipal e também da renda do Banco Amazonense. Podemos relacionar o crescimento progressivo dessa seção durante os anos pesquisados com a transformação urbana vivenciada em Manaus. Havia também uma subseção destinada ao porto, “Manaós Harbour”, que quantificava o movimento de cargas em cada armazém no porto da cidade, pela qual pudemos acompanhar as movimentações de carga promovidas pela empresa de Arana; havia aí uma subseção de “Passageiros”, que consistia numa lista dos passageiros notáveis de cada embarcação que atracava em Manaus, pela qual pudemos encontrar de forma recorrente o nome de Arana.

Ainda no mesmo período, a produção jornalística conduzida sob a direção de Rocha dos Santos, e depois de Vicente Reis, se utilizou de técnicas que, na época, eram consideradas modernas dentro das empresas de jornal. Apesar do foco ser voltado à área comercial, os editores preocupavam-se em expandir o número de assinaturas e para atingir essas metas, algumas estratégias de comunicação foram sendo aos poucos incorporadas ao estilo jornalístico do periódico. Uma dessas estratégias foi a introdução de notícias que abordavam temas de forma dramática, com registros de violência passional ou pessoal. Essa abordagem foi utilizada inicialmente para noticiar os crimes do Putumayo, que ganharam destaque nas páginas do periódico até meados de 1908. Veremos adiante o momento que marcou essa mudança de abordagem. Essa alteração revela a crise que se estabeleceu no mercado da borracha, que atingiu não só as *caucheries* peruanas, como também toda a produção brasileira. Nas primeiras reportagens sobre as denúncias do Putumayo, o estilo adotado buscou dramatizar a violência

contra os indígenas e descrever com detalhes as situações vividas pelos informantes das reportagens. A medida em que as denúncias ganhavam o mundo e passaram a abalar o comércio da borracha amazônica, o jornal gradativamente abandona a descrição dos crimes e passa a noticiar de forma sucinta o desenrolar das investigações até que, finalmente, publica uma peça de propaganda que apresenta o Putumayo pelas lentes de Silvino Santos, numa visão artificialmente construída por Arana e Rey de Castro *para inglês ver*.

No dia 14 de setembro de 1907, a edição de número 1156 trazia em sua primeira página a reportagem completa “Féras Humanas”, prometida na edição anterior, e baseada no relato de uma vítima dos ataques narrados pelo jornal. O colombiano Roso Hespanha, fonte da reportagem, se tornou funcionário da Marinha Brasileira, tendo sido empregado pelo tenente Olavo Machado uma vez que alcançou a guarnição estacionada na fronteira com o Brasil, de onde trabalhava quando relatou o ocorrido para o jornal. Segundo o relato de Hespanha, nos últimos dias de 1906, saíram da casa comercial Urbano Gutierrez, em Florência, no estado colombiano de El-Tolima, uma comitiva enviada pelo rio Caquetá a bordo de seis batelões, com grande quantidade de mercadorias e o objetivo de “trabalhar na extração do caucho e promover a catechese dos índios”.

A comitiva colombiana entrou em contato com uma comunidade de indígenas Andoque que vivia ao sul do Caquetá, próximos da estação de Matanzas, chefiada por Armando Normand. É oportuno fazer um desvio para apresentar através dos relatos de Casement o indivíduo responsável por Matanzas, a quem o economista britânico Henry Gielgud, integrante da comissão representante da PAC na investigação do cônsul, classifica como o “maior comandante da região”. A impressão de Casement sobre o comandante de Matanzas é a pior possível; o irlandês o classifica como “monstro”, “serpente”, e com a “fisionomia mais repulsiva que vira em toda minha vida”.

Ao chegar na estação, os dois se encontram friamente e o cônsul se prepara para partir o mais rápido possível. O encontro tem um efeito definidor na consolidação da determinação do investigador do caso: é em Matanzas que Casement (2016, p. 207) registra seu reconhecimento da veracidade do testemunho de Hardenburg, e a partir de então passa a considerar como definitiva a necessidade de encerrar as operações da empresa na região. É nessa ocasião, também, que recolhe depoimentos importantes na construção do caso contra a PAC de dois dos funcionários barbadianos contratados para participar dos crimes contra os indígenas. Os depoimentos são registrados por escrito e assinados pelos barbadianos. A partir desses depoimentos, Casement criou sua representação contra Arana. James Chase, um dos barbadianos entrevistados por Casement, relata que foi dispensado de Abisinia e enviado pra

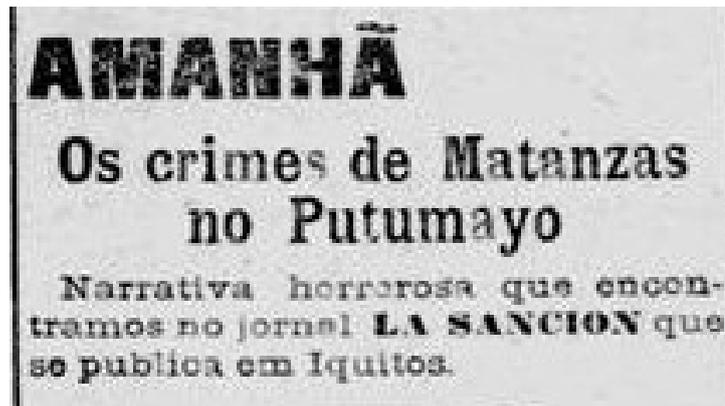
estação Occidente por “não saber açoitá-lo”; Stanley Lewis jura que nunca açoitou ninguém, motivo pelo qual foi ele mesmo açoitado e deixado para morrer de fome. As condições de trabalho impostas aos barbadianos, cidadãos britânicos, criaram a oportunidade para a atuação institucional britânica. Por fim, a utilização ostensiva do nome “Matanzas” para a estação cujos funcionários eram os principais encarregados de aterrorizar as populações circundantes é algo a ser assinalado, mostrando como as táticas de conquista utilizadas na região eram afirmadas sem maiores constrangimentos para a população local.

Passados alguns dias da chegada da comitiva colombiana, quando os trabalhadores já estão com os roçados prontos e uma casa quase finalizada, o grupo é atacado por vinte funcionários da PAC, dois dos quais são barbadianos. Os membros da comitiva que tentaram se fixar naquela terra foram submetidos ao tipo de violência utilizada para controlar os territórios dominados pela PAC. O relato breve, porém, gráfico, do jornal menciona o morticínio de crianças e a tortura dos empregados colombianos, que são posteriormente enviados à Abissínia, estação menor ao sul de Matanzas. De acordo com a reportagem, foram mortas 25 pessoas nessa ocasião. Está aqui também a primeira menção impressa ao colombiano Aquileo Torres. Torres foi um dos membros da comitiva que sobreviveu ao massacre, foi mantido preso acorrentado e constantemente submetido a torturas, sendo colocado em exposição na estação de Abissínia; de lá, voltou como contratado da PAC para aplicar aos indígenas da região o mesmo tipo de violência ao qual foi submetido. Outros sobreviventes foram colocados a bordo do navio Liberal, a mesma embarcação que trouxe Roger Casement ao Putumayo em 1910, e enviados à Iquitos.

Podemos constatar nos relatos os métodos utilizados pela casa Arana em 1906 para dominar os territórios ocupados por suas estações e evitar que outros empreendimentos semelhantes se estabelecessem na fronteira do Peru com a Colômbia. A disputa pela fronteira acaba mobilizando a supervisão militar do governo brasileiro. Dentro de alguns dias, o jornal reporta que a marinha brasileira envia para a guarnição de Machado a canhoneira Amapá, construída no mesmo ano. De acordo com a reportagem, havia um acordo comercial de fornecimento de “aviamentos” entre a casa Arana e a casa Urbano Gutierrez, o que levou o empresário colombiano a interpretar que estivesse autorizado a empreender no ramo da extração do *caucho* dentro do território que dividia com Arana, tal como foi permitido ao peruano nos anos iniciais de sua presença na região, quando sob o domínio de empresários colombianos. Dentro do recorte temporal desta pesquisa, não se registrou nos jornais brasileiros investigados mais nem uma tentativa por parte de outras empresas, sejam elas peruanas ou colombianas, em ocupar as proximidades dos rios Caquetá e Putumayo com a mesma finalidade.

No dia 17 de setembro de 1907, edição 1159, o *Jornal do Commercio* registrou na primeira página sua primeira menção às denúncias de Saldaña Rocca no jornal *La Sanción*:

**FIGURA 06 – AS DENÚNCIAS DE SALDAÑA ROCCA SOBRE OS CRIMES PUTUMAYO NO JORNAL DO COMMERCIO (1907)**



Fonte: Fragmento do *Jornal do commercio de Manaus* de 1907.

Saldaña Rocca é reconhecido como o principal denunciador de Arana e da PAC na imprensa peruana. Construiu através de dois jornais um “dueto estratégico” com o intuito de denunciar a impunidade dos crimes e ridicularizar a letargia com que as autoridades responsáveis tratavam a questão (Bernucci & Tafur, 2020). A atuação de Rocca foi fundamental para que os crimes fossem noticiados, já que foi o único jornalista da região que ousou publicar uma denúncia contra Arana e a PAC. Em 1908, o autor foge de Iquitos sob ameaça. No ano seguinte, Hardenburg distribuiu na Inglaterra edições dos jornais de Rocca, dando início a sucessão de denúncias que compuseram o libelo internacional sobre o Putumayo.

Na edição seguinte do *Jornal do Commercio*, publicou-se a denúncia sobre as estações de Matanzas e Chorrera, citando novamente o colombiano Torres, já contratado como funcionário na estação Oriente. As denúncias de Rocca são centradas na figura de Normand: o chefe de Matanzas comanda a perseguição e assassinato de crianças como forma de coagir os pais a continuarem trabalhando na colheita do *caucho*, e chicoteia pessoalmente os indígenas que não cumprem a meta de peso diária de *caucho* bruto.

No dia 15 de fevereiro de 1908, a primeira notícia da edição de número 1399 do jornal traz uma extensa reportagem sobre “A questão do Putumayo”. Durante esse ano, o preço da borracha em Londres sofreu sua maior baixa desde 1902. O jornal inicia a reportagem conclamando a atenção do governo federal para a “linha de fronteira no valle do Amazonas”. Desde o incidente no último quarto do ano anterior, a região tinha sido colocada sob o controle

de uma “polícia mixta” por acordo dos governos colombiano e peruano. Porém, com a aproximação de uma guarnição colombiana de aproximadamente 40 homens da região entre o Caquetá e o Putumayo, o vapor Liberal da casa Arana é colocado mais uma vez em ação, com os caucheros peruanos aprisionando os colombianos e os trazendo, por águas brasileiras, até Iquitos. Há a deflagração de um conflito armado entre os disputantes da Colômbia e do Peru nessa ocasião.

A reportagem questionou os “direitos de soberania e prestígio” brasileiros na região, e a convivência com o controle estrangeiro do trânsito dentro das fronteiras do Brasil. Reclama-se sobre a decisão do governo de apenas reforçar a guarnição fronteira, subindo de dez para trinta e cinco homens e alguns canhões, e é sugerida a construção de um “forte de valor” e vários postos e lanchas de artilharia. O jornal também expressou sua preocupação com o tom das notícias veiculadas no Peru: no dia 27 de janeiro, o jornal *Loreto Commercial* afirma a urgência com a qual se trata o assunto pelo lado peruano, com declarações que anunciam o fim da moderação e da prudência, afirmando o patriotismo peruano e prometendo “sacrifícios redobrados”. O jornal peruano sinaliza a possibilidade de guerra enquanto o jornal de Manaus trata como “fantasia” a acusação de que navios colombianos estavam trafegando por águas brasileiras sem o controle da marinha nacional.

De acordo com essa reportagem, a distância entre o distrito de Iquitos e a capital peruana mantinha a fronteira isolada e sem serviço militar obrigatório. Formou-se, portanto, um corpo de voluntários denominado de batalhão “Voluntários de Loreto”, que contava com 500 homens, mais uma “coluna volante” de 200 homens, criadas com o fim de defender especialmente a capital do departamento, Iquitos. Por conta da guerra contra o Equador, em 1894, o departamento recebeu 4 batalhões da Guarda Nacional. Esse é um outro fato que nos ajuda a compreender a trajetória de Arana, que passa de pequeno fornecedor dos *caucheros* colombianos a senhor absoluto das reservas de *caucho* da região. Com logística favorável, apoio governamental e a aquisição de capital estrangeiro, a operação do Putumayo perfaz o caminho de um empreendimento com características monopolistas no coração da Amazônia.

A reportagem encerra com mais um pedido de fortalecimento militar das fronteiras, o que, de acordo com o autor, garantiria a hegemonia da região e evitaria a possibilidade de conflito armado. No dia 19 do mesmo mês, na primeira notícia da edição 1403, logo abaixo da seção “Cambio”, reporta-se o tratado entre Brasil e Colômbia que agregou ao território brasileiro uma faixa de 127 mil km<sup>2</sup>, conquistados de “maneira amistosa”, ao “abrigo de qualquer reivindicação” por parte da república da Colômbia, que “a disputava ostensivamente desde 1826, ou seja, há 82 anos”.

O tratado referendado por ambos os governos estabelecia as fronteiras definitivas entre Brasil e Colômbia, desde a Venezuela, ao norte, sobrando apenas determinar a linha entre o Apaporis, afluente do Içá, e Tabatinga, que fecharia o perímetro a noroeste do Amazonas. A região já era reconhecida como território brasileiro pelo Peru desde 1851, e pelo Equador desde 1904. A notícia mencionou que a região dos “vastos territórios do Içá ou Putumayo”, ou seja, a área de atuação da *Peruvian Amazon Company*, “atinge aquela linha divisória” e permanecem sob disputa, “estando por ora indivisos” entre as repúblicas mencionadas e, também, o Equador. O trânsito no Içá/Putumayo fica garantido para Brasil e Colômbia. O governo do presidente colombiano Rafael Reyes, criticado pelo jornal peruano citado acima, foi elogiado pelo jornal de Manaus na reportagem.

No dia 12 de março do mesmo ano, a edição número 1424 reportou sobre o movimento revolucionário do general Emilio Tezan, no Peru, em dezembro último. A reportagem especula sobre as possíveis repercussões que uma mudança revolucionária do governo equatoriano poderia significar para o acordo que definia as fronteiras no Putumayo/Içá. As relações entre o país e os vizinhos Colômbia e Peru pareciam instáveis ao redator.

No dia 18 do mesmo mês, a edição número 1427 traz sob a seção “Notícias do Peru” uma breve descrição elogiosa sobre o perfil do candidato à presidência do Peru, Augusto Leguía. De acordo com a reportagem, sua chegada à Fazenda em 1903, sob o governo de Caudamo, dobrou as rendas públicas. Na mesma edição, o jornal publica uma nota da Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro. Nela, o correspondente do jornal carioca reporta de Petrópolis uma disputa entre ministros da Colômbia e do Peru sobre o Putumayo, cada qual reivindicando para seu governo a posse do território. A situação deveria ser decidida em Bogotá e Lima, em encontro próximo. A reportagem conclui mencionando brevemente mais um ataque de *caucheros* peruanos contra as tentativas colombianas de explorar o caucho ao sul do Caquetá. Pode se notar um aumento das tensões, já que dessa vez é mencionada a presença de mais de 900 peruanos em três lanchas.

Entre os anos de 1906 e 1908, portanto, a região dominada pela PAC estava num território oficialmente sem jurisdição, onde se instaurou um reinado de terror privado que movimentou, anualmente, mais de 640 toneladas de borracha fraca. A ação do governo brasileiro para estabelecer oficialmente a fronteira com a Colômbia não cessou as hostilidades entre Colômbia e Peru, que permanecem disputando a prerrogativa de exploração das reservas naturais de *hevea* e *castilla* que se encontram na fronteira em disputa. A violência contra os indígenas e os conflitos de fronteira, porém, ameaçavam a estabilidade do comércio internacional da borracha amazônica. Já se anunciava no horizonte a chegada da borracha

asiática que iria acabar com o domínio amazônico. A urgência com que se disputava a região precisa ser observada por esse viés: com a iminência de um modelo de produção com a qual a produção amazônica não poderia competir, o conflito se acirrava para aproveitar os últimos anos de alta no preço da borracha. Eis o enlace que confere sentido prático ao terror no Putumayo, a partir do qual o eixo da presente pesquisa se desdobrou.

No dia 3 de junho de 1908, o *Jornal do Commercio* publicou na primeira página uma reportagem que denuncia explicitamente os responsáveis pelo terror no Putumayo. A reportagem “*Horrível Hecatombe*” é baseada na denúncia registrada por escrito por Carlos Mingueitio, cidadão colombiano e residente do Putumayo, para o cônsul colombiano no Brasil, Heleodoro Jaramillo.

O cônsul, por sua vez, submete um telegrama formal ao encarregado do Ministério das Relações Exteriores de Washington, ao qual solicita interferência na atuação do “syndicato com o nome Amazonas Rubber Comp<sup>aa</sup>”, que, de acordo com a denúncia, conta também com participação norte-americana. A reportagem inicia com um pedido ao governo federal para que se resolva a questão fronteiriça da Amazônia brasileira e se amplie a fiscalização da atuação de empresas estrangeiras na região amazônica. Segue com o telegrama enviado pelo cônsul colombiano para o governo norte-americano. Por fim, temos o relato de mais um crime dos funcionários da PAC, narrado pelo sobrevivente Mingueitio.

Nessa ocasião, o cunhado de Arana, Batholomé Zumaeta, foi quem liderou o ataque que terminou com o sequestro das vítimas colombianas, levadas pelo rio Caraparaná até a estação de Encanto. Desse grupo, 36 foram mortos. Os comandados de Arana ainda aproveitaram a ocasião para assassinar dois indivíduos peruanos, David Serrano e Ildefonso Golçalves. O primeiro, que recebeu Hardenburg na região, e com o qual o americano pretendia estabelecer uma sociedade, trabalhava há 8 anos na região, tendo “domesticado uma tribo de índios chamada Yabayana”. Sua casa foi incendiada e os Yabayana se tornaram escravos da PAC. Gonzales ocupava a região há mais de 18 anos. Era uma liderança reconhecida na região. Foi emboscado e morto eletrocutado por Olaneta, outro chefe de seção da Casa Arana. O texto menciona repetidas vezes o nome das empresas, e aponta Arana como principal responsável pelos crimes.

De 1906 a 1909, o preço da tonelada de borracha na bolsa inglesa despenca, como pode ser visto no gráfico 1. No dia 4 de junho de 1908, a edição de número 1507 trouxe dois informes que serão analisados a seguir: primeiramente, anunciou para o próximo domingo uma edição especial chamada “*O Curumi*”; logo abaixo, relata a visita feita pelo cônsul peruano no Brasil, Carlos Rey de Castro, que ofereceu explicações sobre os fatos ocorridos no Putumayo,

a serem publicadas na próxima edição. Na edição seguinte, o jornal divulga o testemunho de Rey de Castro, que leva uma série de documentos à redação para comprovar sua versão dos fatos. De acordo com o cônsul, a participação norte-americana na região do Putumayo foi acordada num tratado puramente nominal e sem validade, já que a Casa Arana explorava a região desde 1890, em virtude das concessões que obteve das autoridades peruanas na época em que o Peru exercia indisputável jurisdição sobre os rios Putumayo e Caquetá. O acordo firmado entre colombianos e norte-americanos foi uma tentativa do empresário norte-americano Herman Selleck em disputar as terras com Arana e o governo peruano. O cônsul também defende a empresa pela participação do capital inglês, já que, de acordo com o peruano, a interferência diplomática de Londres seria menos prejudicial à soberania sul-americana do que o envolvimento dos Estados Unidos. Rey de Castro argumentou que o conflito narrado na reportagem do dia 3 se deu por intervenção indevida do governo colombiano. De acordo com a documentação produzida pelo comissário peruano César Lurquin, um general colombiano havia estabelecido um grupo militar nas proximidades do Caquetá, que recebeu à bala o “vapor mercante peruano” Liberal. O alegado teor de violência praticada pelos homens do general Acosta se assemelha com as denúncias feitas contra os funcionários de Arana.

O cônsul concluiu afirmando que os responsáveis pelo conflito são os colombianos, que invadiram as terras anteriormente reconhecidas à Arana por meio de um acordo sem validade para o governo peruano. Rey de Castro ainda mencionou que o prefeito de Loreto, Carlos Zapata, se encarregou de proteger os interesses da PAC, adotando todas as medidas para que não se interrompa “o trabalho tranquilo e proveitoso dos industriais do Putumayo”. O cônsul finaliza afirmando as boas relações diplomáticas entre Peru e Brasil. Esse encontro nos confirma o alinhamento dos governos sul-americanos com os agentes imperialistas que financiavam as investidas para dominar o território de jurisdição indefinida. Indivíduos colombianos, como Serrano e Mingueitio, obtiveram capital norte-americano, e reclamavam o apoio institucional de seus financiadores; Arana obteve capital inglês e posteriormente, diante do fim de sua empresa, prestou contas à Coroa por sua atuação.

No dia 11 de junho, é publicado no *Jornal do Commercio de Manaus* um “suplemento de luxo” chamado “O Curumi”, uma longa peça de publicidade (para os padrões da época e do periódico em questão) da Casa Arana que amplia o número de páginas da edição 1514. O suplemento conta com mais de dez fotografias, incluindo retratos dos irmãos Lizardo e Julio Cezar Arana; consta também uma fotografia de Eugenio Robouchon, que aparece na publicação com a sucinta descrição de “geographo francez roadeado de índios”.

Em junho de 1908, já fazia dois anos que Robouchon havia desaparecido em circunstâncias jamais esclarecidas no rio Caquetá, enquanto trabalhava a serviço da PAC. A propaganda é focada na estação de Chorrera, para onde os convidados são levados a bordo do vapor Cosmopolita, acompanhados por Julio Arana, Carlos Zapata, prefeito geral de Loreto, e o já mencionado Carlos Rey de Castro. A reportagem inicia descrevendo o perímetro da região dominada por Arana, cujos limites seriam o rio Caraparaná, ao norte; O rio Cahuinari, ao sul; o Japurá (Caquetá), pelo leste; e os rios Capuya e Algodon, pelo oeste. Logo a seguir, temos informações monetárias sobre o empreendimento: calcula-se em “mais de trezentas mil libras” o custo para “levar a efeito a exploração racional e proveitosa naquele vasto território”, no qual poderia ser extraída a espécie conhecida como borracha fraca.

**FIGURA 07. OS EMPREENDIMENTOS DE PUTUMAYO NA REPORTAGEM ESPECIAL DO *JORNAL DO COMMERCIO DE MANAUS* (1908).**



Fonte: Páginas 3 e 4 da edição 1514 do *Jornal do Commercio de Manaus*.

No “Quadro da exportação do Putumayo”, há um relatório anual da produção exportada pela PAC, que vai de 1900 a 1906<sup>80</sup>. Através desse quadro, referendado pela aduana em Iquitos, podemos vislumbrar a ampliação anual dos territórios e populações submetidos à cultura de terror da PAC. Entre 1900 e 1906, o preço da borracha em Londres passou por um período de alta que se encerrou em definitivo, simultaneamente ao conhecimento público das condições de vida impostas aos povos indígenas da região. Não foram encontrados os números dos anos 1907 em diante, ano da acusação de Rocca. Mas tomando como referência a maior alta registrada no quadro, a PAC registrou nesse ano mais de 1% da produção mundial de borracha, cuja maior parte saía do Brasil. A operação no Putumayo tinha relevância expressiva no mercado internacional.

A seguir no suplemento, temos a seção “*Os índios do Putumayo, seus costumes*” em que o autor estima a população indígena da região em torno de 50 mil, e prossegue numa descrição genérica sobre os Uitoto a partir dos escritos de Robouchon. O geógrafo francês é citado no texto como um “encarregado pelo Ministério das Relações Exteriores do Peru”. O francês foi contratado nessa capacidade através da Casa Arana, embora não tenha no texto

<sup>80</sup> Em 1900, o relatório registra a exportação de somente 15 toneladas de borracha fraca, mas os números aumentam de ano a ano e em 1906, registra-se mais de 640 toneladas, que serve como referência para o cálculo da participação da empresa na produção mundial, e que, evidentemente, pode ser impreciso.

nenhuma menção à essa relação. Seu desaparecimento também não é mencionado na reportagem. A contratação de Robouchon por Arana e seus escritos antropológicos são fundamentais para entender o processo de conquista do Putumayo, e compõem parte essencial do argumento de defesa que Arana irá apresentar na Inglaterra. É inicialmente através dos escritos do francês que se constrói a imagem dos indígenas do Putumayo como discurso oficial da PAC, e pela qual irão tentar se justificar todos os esforços “civilizatórios” da empresa. De acordo com Echeverri, o livro de Robouchon, traduzido e publicado por Rey de Castro em 1907, era utilizado para “exaltar o trabalho civilizador do capital caucheiro frente à população selvagem” (Robouchon, 2010, p. 48). As notas e fotografias de Robouchon passaram pelas mãos de Rey de Castro antes de vir à público. Já na época, conta Echeverri, havia a suspeita de que haveria outra versão, não editada e menos favorável à PAC (Robouchon, 2010, p. 25).

A próxima seção, intitulada “*A antropofagia*”, iniciou com a seguinte afirmação: “Entre as tribos não civilizadas, a tendência ao canibalismo é muito acentuada”. A reportagem prossegue fazendo uma descrição gráfica do ritual de assassinato e cozimento das vítimas de guerra, promovidos com “grande e infernal algazarra”. A estratégia de representar os indígenas do Putumayo e Caquetá como canibais era essencial aos intuítos da exploração dessas populações, reforçando a imagem de selvageria amazônica que afastava de uma vez só, e muito convenientemente, viajantes e autoridades do local. O canibalismo era uma obsessão de Robouchon (2010), que descreveu em pormenores o ritual denominado *bai*, que o francês só conheceu através de relatos de indígenas Uitoto. O desaparecimento de Robouchon (2010) no Caquetá nos é esclarecido por Echeverri: após conhecer o Igaraparaná e o Caquetá, Robouchon passou a se interessar por registrar os excessos e violências dos funcionários da PAC contra os indígenas, que ele apresentava ingenuamente sem maiores restrições nas cidades da região de Loreto. Echeverri faz coro com a “voz pública” de Iquitos, que considerava que Robouchon foi morto a mando de seus próprios contratantes.

Além de Robouchon, o ex-militar inglês Thomas Whiffen (seu substituto, por assim dizer) produziu um extenso relatório sobre as populações que viviam entre os rios Putumayo e Caquetá a cargo da PAC. Rocha e Coqueiro nos afirmam que, por trás das motivações alegadas no relato antropológico de Whiffen, sua intenção era comprovar que “todos os indígenas dos rios superiores são, indiscutivelmente, canibais, especialmente os Bora, Andoque e Resígaro” (Whiffen, 2019, p. 211). Embora o viajante não compartilhasse da “teoria da decadência racial”, sua obra foi também estrategicamente utilizada para propagar essa ideia, sempre ressaltada como um traço principal nos hábitos das populações uitoto, bora, andoque, arawak, e demais habitantes da região. Whiffen também jamais presenciou rituais de canibalismo, embora o título

de seu livro se refira aos indígenas eminentemente como “tribos canibais”. Sua credibilidade como militar, somada à do antropólogo Robouchon, autorizavam que a informação passasse adiante, embora nenhum viajante ou pesquisador do período tenha relatado que testemunhou um ritual dessa natureza (Rocha e Coqueiro, 2019). Whiffen passa um bom tempo rastreando os últimos vestígios de Robouchon, mas a versão final da PAC era que Robouchon desapareceu em “terras canibais”. Whiffen, por sua vez, tendo sobrevivido ao Putumayo, foi pressionado em Londres por Arana, em uma noite regada a champanhe, para corroborar a versão oficial da empresa (Taussig, 1987, p. 118). De fato, na publicação de Whiffen, não há menção alguma sobre maus-tratos a indígenas, nem sobre as suspeitas do destino de Robouchon.

Apesar das denúncias e evidências, a Casa Arana continuou a tentar sustentar uma imagem pública respeitável sobre a exploração do Putumayo. Depois de Whiffen, Arana contratou o português Silvino Santos, que se tornou um dos pioneiros a filmar a Amazônia. A produção cinematográfica de Santos, ricamente financiada pela Casa Arana, compõe parte significativa dos primeiros registros da modalidade na região. Foi o peruano quem pagou por sua formação e equipamentos, adquiridos nos estúdios Pathé e nos laboratórios dos irmãos Lumière, em Paris. Em 1912, Santos filmou uma cuidadosa apresentação das estações da PAC, para auxiliar na defesa judicial. Por volta da mesma época, Santos se casou com uma protegida de Arana. Seu filme de 1922, “No Paiz das Amazonas”, lançado no mesmo ano em que Arana foi eleito deputado em Loreto, é considerado o documentário mais antigo ainda preservado no catálogo brasileiro. Em 2014, foi lançada uma versão restaurada do filme. Todas as filmagens das estações entre o Putumayo e o Caquetá foram perdidas.

Na seção seguinte, intitulada “La Chorrera”, o autor reconta a visita, na qual aparentemente não esteve presente, das autoridades acima mencionadas na companhia de Arana na estação. Nessa ocasião, um suposto ritual indígena chamado *El Tabaco* teria ocorrido, uma espécie de deliberação pública ao ar livre, ao redor de uma vasilha com tabaco em infusão, o *ambil* a que se refere Whiffen, que era ingerido pelos indígenas como sinal de aprovação. Nessa cerimônia, “um dos parlamentares mais aplaudidos foi o jovem O’Donnell”, chefe da estação *Entre Ríos*, que em breve seria visitada por Roger Casement e resultaria na produção do relatório descrevendo um cenário muito diferente do anunciado no jornal. Depois da publicação do suplemento “*O Curumi*”, o *Jornal do Commercio* deixa de publicar notícias sobre a região do Putumayo até que as denúncias de Rocca fossem publicadas no Times, em 1909, e começasse o processo de desestruturação da Companhia. O suplemento marca a mudança de postura do jornal, condicionada pela percepção de que o modelo extrativista amazônico estava sob ameaça. O silenciamento sobre o Putumayo não representava, necessariamente, uma defesa

de Arana e da PAC, mas de todo o sistema de extração de borracha amazônica. Em pouco tempo, a defesa da viabilidade competitiva do modelo amazônico seria abandonada em favor do novo monopólio.

A primeira menção à adaptação da seringueira na Malásia no *Jornal do Commercio* foi publicada somente em 30 de janeiro de 1911. Reportando do Rio de Janeiro, no dia 29, o ministro da Agricultura Pedro de Toledo recebeu de Londres “detalhadas informações” sobre o processo de adaptação da borracha brasileira. De acordo com a publicação, aludiu-se sobre as “vantagens dos seringais”, cujos plantios estavam sendo realizados em toda parte do mundo, “principalmente no arquipélago da Malásia”. A notícia de uma “nova fonte de borracha” foi publicada pouco menos de um mês depois, no dia 25 de fevereiro. Reportou-se a notícia do jornal parisiense *Excelsior*, que registrou o encontro da *Académie des Sciences*, presidida pelo bioquímico Emile Armand Gautier. Nela, o agrônomo francês Jean Dybowsky, diretor do Jardim Colonial em Nogent-sur-Marne<sup>81</sup>, apresentou uma nota afirmando que “a borracha pode ser extraída industrialmente de uma goma, produzida em enorme quantidade por uma árvore da Malásia, e importada a preço baixo”. Em 1910, a borracha teve sua maior valorização na sequência histórica registrada na bolsa de Londres, seguida por uma queda que se mostraria definitiva na cotação da borracha internacional.

No dia 15 de março de 1911, o jornal publicou a reportagem “A borracha na Malásia”, apresentando o promissor mercado da “Malásia Inglesa”, em pleno “desabrochar econômico de minas e plantações”. De acordo com a reportagem, somente nos estados federados, a superfície total plantada na região para a extração de borracha atingiu 87 mil hectares. A espécie *ficus elastica* é mencionada, nativa da Índia, Malásia e Indonésia. Embora também fosse utilizada para obter borracha, a abundância de matéria da seringueira fez da espécie *hevea* a preferida para a produção. De acordo com a reportagem, a *hevea* possuía “crescimento mais regular, maior resistência à depredação dos insetos e mais facilidade de extração”.

A reportagem trouxe também os números de trabalhadores empregados naquele momento. Utiliza-se o termo racista *coolis*<sup>82</sup> para se referir aos 80 mil trabalhadores asiáticos empregados, dos quais aproximadamente 15 mil eram chineses, outros 15 mil malaios e

<sup>81</sup> Danthu, Razakamanarivo, Deville-Danthu, Razafy Fara, Le Roux e Penot; “The short and forgotten history of rubber in Madagascar: the first controversy between biodiversity conservation and natural resource exploitation”, *Bois et forêts des tropiques*, 2016, n°328

<sup>82</sup> O termo *coolis*, *coolies*, ou outras grafias semelhantes, era utilizado para se referir a trabalhadores sem instrução, em geral de ascendência chinesa ou indiana, que eram transportados para trabalhar em outros países entre os séculos XIX e XX. A palavra têm raízes indo-arábicas, originalmente se referindo a servo ou pessoa de classe inferior. Se popularizou, especialmente como ofensa direcionada a minorias chinesas ou indianas, e pode ser encontrado em todas as línguas latinas, inglês, mandarim, diversas línguas faladas na África do Sul, todos os países no Caribe, Guianas, hindu, bengali, turco-otomano, tâmil, etc.

javaneses, e 50 mil tâmeis. As perspectivas de crescimento desse “movimento cultural” permitiram que se projetasse para “dentro de dez anos”, o fornecimento de 50 mil toneladas de borracha da Malásia. Como podemos ver no gráfico anterior, foi uma estimativa tímida: em 1919, a produção na Malásia foi de mais de 300 mil toneladas. No dia 22 de março, a reportagem “A nova borracha” trata da borracha produzida a partir da árvore *jelutong* (*dyera costulata*), natural da Malásia e outros países no Pacífico. A *Asia Caoutchouc pour la Russie* foi responsável pela operação, empresa fundada em 1910 com capital de 2 milhões de francos. Em 1910, a produção foi de 30 mil kg utilizando os “processos Dybowsky”. A previsão da usina da empresa para 1911 era cerca de 200 toneladas de borracha. Registrou-se também a antecipação de 1 milhão de francos como “lucro industrial resultante”, baseando-se no “mínimo, por prudência”.

Em 27 de maio, a reportagem “*A borracha*” contém mais informações sobre os trabalhos apresentados à *Academia de Ciência de Paris*. Menciona-se que a *ficus elastica* começou a ser explorada já em 1832. A produção se eleva até 1860, mas nos últimos trinta anos, diminui e desaparece. “Sessenta anos bastaram para esvaziar a floresta de todas as essências exploráveis”. Em seu resumo, o artigo “The short and forgotten history of rubber in Madagascar: the first controversy between biodiversity conservation and natural resource exploitation” (Danthu *et al*, 2016) afirma:

With the emergence of Asian rubber production, however, all attempts at rubber cultivation in Madagascar were abandoned, thus sparing Madagascar’s forests from further destruction. This episode shows how Malagasy rubber species survived not thanks to naturalist discourse, the creation of protected areas or the enforcement of repressive legislation, but because an unprofitable sector was abandoned for reasons of economic realism. (Danthu *et al*, 2016, p. 28)<sup>83</sup>

Algo semelhante ocorria com o setor na Amazônia. O abandono do capital, exercido pela razão do realismo econômico, encontrava sua expressão nos jornais. Se nessas primeiras reportagens o tom sobre a produção de borracha na Malásia era de otimismo, logo a voz que expressava os interesses da borracha natural amazônica se fez presente. No dia 11 de junho, o jornal publicou a reportagem “Mentiras e manobras”, sobre a “arquitetura da campanha contra a Amazônia”. É uma denúncia contra outro jornal, *The India Rubber Journal*, “inimigo inexorável e feroz” da “nossa indústria extrativa”. De acordo com a reportagem, com a baixa

---

<sup>83</sup> Tradução do autor: “Com a emergência da produção de borracha asiática, contudo, todas as tentativas de cultivo da borracha em Madagascar foram abandonadas, poupando assim as florestas de Madagascar de mais destruição. Esse episódio mostra como as espécies produtoras de borracha madagascarense sobreviveram, não graças ao discurso naturalista, a criação de áreas protegidas ou a aplicação de legislação repressiva, mas porque um setor não-lucrativo foi abandonado por razões de realismo econômico.”

repentina no preço da borracha em Londres, no dia 14 de maio, declara-se erroneamente falência de uma empresa do ramo em Manaus. A reportagem questiona o tratamento ao mercado da borracha amazônico em Londres, já que certos indivíduos teriam grande interesse no “mercado de nossa borracha”. A voz pública expressa o descrédito que recaiu sobre as “nossas duas praças”. Conclui a reportagem:

Por este panno de amostra se pode medir bem a seriedade e compostura com que está sendo feita em Londres a campanha de calúnias contra nossa borracha [...], dirigida, ao que parece, por aqueles que se mostram aqui nossos amigos e lá se revelam os maiores porta-vozes do nosso descrédito. (Edição nº 2564, dia 11 de junho de 1911.)

Na edição 2973 do *Jornal do Commercio*, em 1912, a redação do jornal expressa sua discordância da opinião manifesta no *Times*, considerando “*exquisita*” a ideia de o Brasil intervir na passagem da borracha vinda do Putumayo em direção aos portos brasileiros. Falaremos um pouco mais sobre essa notícia no próximo item. A situação política no Peru em relação ao Putumayo era tensa, resultando no mesmo ano na expedição do mandado de prisão de Arana. O *Jornal do Commercio* de Manaus, que reorientou sua cobertura sobre os escândalos de Putumayo após a publicação de seu especial “*O Curumi*”, timidamente registra na edição 3397, em 1913, a apresentação do relatório das atividades da “*Peruvian-Syndicat*”, em tom severo contra Arana e os acionistas da PAC.

Através das páginas do *Jornal do Commercio*, podemos acompanhar as impressões causadas pelas movimentações do capital e pela transferência do centro monopolista de produção de borracha da Amazônia para a Ásia. A posição ambivalente do jornal denota a ambivalência da posição do capitalista financiador do mercado de borracha: se, por um lado, o investidor sul americano via seu monopólio natal ser substituído por outro, nada impedia que, bem como os demais investidores, se rendesse aos desígnios da competição e passasse a investir no mercado estrangeiro. Muito assim fizeram, embora lamentassem pelo que isso representaria para a indústria nacional.

### **3.2. O CORREIO PAULISTANO**

A capital paulista, diferente de Manaus, não estava tão intimamente ligada aos interesses do mercado internacional da borracha. Como já mencionado, o periódico escolhido como representante da cobertura nacional dada ao caso do Putumayo não contava com um correspondente na capital brasileira da borracha, porém contava com enviados em grandes

idades da Europa e Estados Unidos. Enquanto o *Jornal do Commercio de Manaus* nos permite um foco mais fechado sobre as disputas internas entre a PAC, o governo peruano e as comissões de investigação, bem como toda a atuação institucional feita no solo do Putumayo, o *Correio Paulistano* nos oferece uma visão mais distanciada, porém ampla, das repercussões causadas pelas notícias e o tratamento ideológico dado aos escândalos de Putumayo em diferentes lugares do mundo. Embora não haja a mesma comunhão de interesses entre os diretores do jornal e a indústria da borracha amazônica, analisaremos a seguir um momento em que o jornal expressa uma tomada de consciência sobre os interesses da indústria nacional da borracha.

O *Correio Paulistano* foi fundado em 1831, circula por pouco tempo, e passa a ser reeditado 23 anos depois, em junho de 1854 (Balcão, 1998), quando se estabelece como primeiro diário de São Paulo (Thalassa, 2007). Balcão (1998) afirma, sobre o período em que circulavam as notícias do Putumayo:

No período em que os jornais consolidam-se, a organização do trabalho ainda é concentrada nas mãos dos diretores e redatores principais, mesmo quando representam empresas ou sociedades. [...] Sendo dirigidos por grupos de homens de destaque na vida social e pertencentes à elite paulistana, possuem crédito juntos aos setores econômicos e financeiros, circulam e convivem com grupos influentes na política institucional, apresentando, apoiando ou rejeitando ideias e projetos. (Balcão, 1998, p. 37).

O *Correio Paulistano* menciona as tensões às margens do Putumayo pela primeira vez no dia 11 de maio de 1908, relatando a notícia do conflito entre colombianos e peruanos pela fronteira. Nessa ocasião, ocorreu o já citado assassinato do empresário David Serrano e outros 25 colombianos. Serrano recebeu Hardenburg na estação Reserva pouco tempo antes de sua morte (Hardenburg, 1913, p. 165). A essa altura, o colombiano já tinha sofrido agressões nas mãos dos funcionários da PAC. Esse encontro nos apresenta informações que ajudam a elucidar o domínio da PAC e a eliminação dos concorrentes colombianos. A proximidade de Iquitos ao Putumayo provavelmente era o aspecto que favorecia estrategicamente a atuação dos peruanos de forma mais contundente. Poderíamos argumentar o quanto esse detalhe foi significativo no crescimento do empreendimento dos irmãos Arana, bem como deve ter sido um ponto de destaque para recrutar o capital inglês para formar a PAC.

Serrano menciona, em seu encontro com Hardenburg, como aguardou a chegada de um novo inspetor de polícia enviado de Bogotá, que teria autoridade para negociar com os peruanos, embora não contasse com “nenhum poder de fogo”. Enquanto o governo peruano apoiava a atuação de Arana, os colombianos que dominaram a região antes da chegada da PAC possuíam pouca ou nenhuma ajuda do governo colombiano. O assassinato de Serrano

demonstrou a determinação da PAC em dominar a região, deixando claro que a violência não estava restrita aos uitoto e outros povos indígenas que serviam como mão de obra, mas também contra os adversários fronteiriços que se dispunham a disputar o território.

Na edição 16856 de 1910, o periódico menciona os escândalos internacionais do Putumayo com uma nota do *Glasgow Herald*, em que estão presentes os nomes de Hardenburg e Casement, identificados como representantes dos governos da Inglaterra e dos Estados Unidos, a quem caberia, de acordo com a reportagem, “tomar a si a questão”.

Em 1911, o jornal cobre de forma esparsa episódios mais agudos dos conflitos entre Colômbia e Peru pela fronteira do Putumayo, encerrando o ano com a notícia de que 56 colombianos haviam invadido o lado peruano do rio. Passa a ser noticiado, também, os primeiros desdobramentos do caso em Londres. Em 1912, o jornal amplia expressivamente a quantidade de notícias sobre acontecimentos no Putumayo e, a partir da publicação do Livro Azul, amplia a veiculação de notícias de jornais internacionais. Em 19 de junho, o jornal publicou notícia de um correspondente em Berlim que “atribui aos ingleses a responsabilidade das atrocidades no Putumayo”, de acordo com a opinião pública na capital alemã. Poucos dias depois, é publicada uma menção à presença de um ministro peruano em Washington, ocasião em que se afirma “o fim das barbaridades cometidas no Putumayo”. Em 23 de julho, o *Times* publicou uma carta anônima, em que se pediu o fechamento do rio Putumayo em sua porção brasileira (rio Içá) e o envio de uma comissão para o Alto Amazonas por parte de Brasil, Inglaterra e Estados Unidos. Esse pedido nos indica as possibilidades que estão sendo contempladas para a questão do Putumayo e a influência institucional que os governos imperialistas exercem sobre as repúblicas sul americanas. Pela perspectiva expressa no *Times*, fica claro que a preocupação com os interesses econômicos envolvidos no Putumayo já não fazem mais parte de uma aliança com o capital internacional. Enquanto o *Jornal do Commercio* expressa sua opinião sobre o pedido, questionando a estranheza e a conveniência do anonimato, o *Correio Paulistano* somente registra o fato sem manifestar uma posição interessada.

Distante do que acontecia em Manaus e no Putumayo, o *Correio Paulistano* reporta durante o ano a atividade de autoridades governamentais, com recorrência particular de representantes do Peru, Colômbia e Estados Unidos. No dia 20 de setembro, o jornal noticia o relatório de Clay Howard, ministro norte-americano que estava em Lima, e se posiciona de maneira favorável às medidas tomadas pelo governo peruano com relação aos crimes. Poucos dias depois, o governo peruano exigiu a saída de todos os indivíduos ingleses ou norte-americanos da região do Putumayo. As autoridades de Loreto foram instruídas a não permitir a entrada de cônsules e delegados estrangeiros. Contudo, a soberania do governo peruano não foi

respeitada. Edward Grey, em sessão na Câmara dos Comuns alguns dias após a notícia, afirmou que o cônsul inglês estava acompanhado de seu colega norte-americano em Iquitos, de onde enviariam notícias. Essa resposta e a sugestão anônima veiculada no *Times* dão a dimensão da irrelevância que o tema da soberania nacional dos países da América do Sul tinha para os agentes de tomada de decisão na imprensa e no governo britânicos. A Amazônia não era mais que um “almoxarifado de luxo tropical”, nas palavras de Caio Henrique da Silva, disponível para a exploração extrativista e vulnerável a ser abandonada pelo capital sem maior consideração com o surgimento de uma outra oportunidade de negócio que fosse mais lucrativa e menos dependente das instituições locais.

No dia 2 de novembro, o *Corriere d'Italia* de Roma noticiou que a ordem dos franciscanos comandariam uma missão inglesa no Putumayo. No mesmo dia em que cobriu extensivamente os conflitos nos Balcãs na reportagem “A questão Austro-Serva”, na edição de 18 de dezembro, o jornal trouxe na seção sobre o Peru uma notícia sobre a abertura de uma linha de vapores de Iquitos a Nova York, um tratado de navegação Peru-Alemanha, e uma revolta popular mobilizada por “indivíduos pagos” para incitar o ódio contra o juiz dedicado ao caso, Carlos Valcárcel, responsável por expedir a ordem de prisão contra Arana. De acordo com a reportagem, o prefeito do departamento de Loreto foi indiferente à manifestação e o juiz pediu garantias ao presidente peruano, Guillermo Billinghurst, que havia sucedido Augusto Leguía e assumido em 1912. Billinghurst ficou apenas 2 anos no cargo, sofrendo um golpe em 1914, quando foi sucedido por Óscar Benavides – um general que, meses antes, em abril de 1912, era homenageado por sua atuação na disputa contra a Colômbia no Putumayo e Caquetá. Esse fato nos mostra o quanto as disputas de poder no Peru estavam envolvidas com a questão da PAC, e aponta o quanto a mão de ferro do imperialismo inglês, ora financiando, ora trabalhando para se desvencilhar de qualquer relação institucional com a operação, interferia e manipulava as tensões políticas que vinham de Iquitos e das estações da PAC. Antes do final do ano, foi noticiada no *Correio Paulistano* a prisão de indivíduos envolvidos nos crimes em Putumayo, sem maiores detalhes, que haviam fugido para o Chile e foram capturados em Santiago. A última notícia sobre o caso em 1912 relatou sobre o retorno do cônsul norte-americano Stuart Fuller à Washington. De acordo com a reportagem, o cônsul confirma o teor das denúncias veiculadas na imprensa.

Em 1913, houve uma intensa disputa que se manifestou nas diferentes posições expressas pelo *Correio Paulistano*. No início do ano, o jornal publicou uma longa entrevista com o agrônomo peruano Miguel Reategui, que respondeu a uma variedade de perguntas, parte delas direcionada aos acontecimentos no Putumayo e a indústria da borracha. O peruano negou

veementemente que houvesse qualquer violência contra indígenas por parte dos empresários peruanos no Putumayo. Reategui foi apresentado pelo jornal como diretor de uma revista agrícola e sua presença em São Paulo se explica pela ocasião de uma “grande festa” que havia sido preparada para o convidado por Carlos Rey de Castro. O peruano se perguntava, em um trecho da reportagem, se o convite se deveu ao reconhecimento por seu trabalho como agrônomo excursionista ou por ser integrante da Sociedade Pró Indígena de Lima. A festa, noticiada no dia 24 de fevereiro, foi celebrada em Manaus com a presença de Arana, Stuart Fuller e o novo cônsul inglês enviado no lugar de Casement, identificado apenas com o sobrenome Mitchel. As cenas descritas por Reategui em Manaus criam uma imagem muito diferente de Arana, que “correspondia com verdadeira ternura os abraços dos índios”. Em outra passagem, o peruano mencionou o novo cônsul inglês, Mitchel, alimentando carinhosamente uma criança indígena no colo. Em meio a disputa judicial, o papel de testemunha de defesa desempenhado por Reategui me parece evidente. Em 6 de abril, a edição 17853 mencionou novamente o cônsul inglês em Iquitos. A pequena notícia tratou sobre a publicação do relatório do diplomata. Segundo o documento, não havia nenhum indício de violência contra os indígenas. Os escândalos vão chegando ao fim, a institucionalidade internacional já não vê mais necessidade de continuar denunciando os peruanos e prorrogar o mal estar diplomático.

Dias depois, o jornal noticiou o início do inquérito conduzido pela comissão apontada pelo parlamento inglês. O jornal reportou algumas respostas de Arana em seu interrogatório. De acordo com o peruano, somente em 1908 teria “ouvido falar” sobre a violência contra os indígenas, porém não teria retornado às estações da PAC até 1912. Arana alegou completa inocência na ocasião, e reclamou para a mesa de comissão que o interesse público estaria “muito excitado” em relação ao caso. No dia 10 de junho, o jornal reportou a decisão declarada no relatório da comissão parlamentar. O câmara declarou que os administradores ingleses mereciam uma “censura severa por sua negligência culposa”. A análise dos fatos nos pede que o argumento dos diretores receba o mesmo escrutínio que o argumento de Arana. De fato, diferentemente do peruano, nenhum dos diretores ingleses parece ter visitado pessoalmente os territórios da PAC. O argumento de inocência, porém, não se sustenta. No ano em que se deu a formação do capital da PAC, 1905, Roger Casement recebeu a honra de Companheiro da Ordem de São Miguel e São Jorge, pelo seu famoso relatório que, no ano anterior, marcou o início do fim da colônia privada do Estado Livre do Congo. A ordem dos acontecimentos não permite outra conclusão. Qual seria o sistema de trabalho num território sem jurisdição no meio da floresta? Os acionistas não poderiam ignorar que não haveria nenhum recrutamento de trabalhadores além daqueles povos nativos que já haviam sido mapeados previamente à viagem

a Londres. Em suma, os acionistas britânicos estavam minimamente conscientes que a mão-de-obra da PAC era obtida num sistema compulsório contra os povos indígenas. Esse papel, historicamente, serviu à lógica expropriatória sob o discurso da expansão civilizatória. A partir dessa ótica, a questão dos barbadianos também assumiu outra utilidade prática. O exemplo de Leopoldo II marcou o período com sua transformação explícita da vida humana em mercadoria e da submissão colonialista à ideologia da propriedade privada. O desprestígio público internacional que recaiu sobre a experiência do imperador belga orientou um cuidado maior nas relações diplomáticas entre colonizadores e colonizados. A pequena contingência de barbadianos, que sabidamente não seria capaz de suprir a demanda de mão de obra, poderia servir ao menos como dispositivo de disputa jurídica.

Em 10 de julho, o *Correio Paulistano* publicou uma notícia de Roma, citando a Ata Apostólica que decretou a criação de uma missão no Putumayo para catequese dos indígenas. A missão ficou a cargo da Ordem dos Irmãos Menores da União Leonina, cuja sede deveria ser estabelecida na estação de Chorrera. A Igreja Católica, se aproveitando da prerrogativa de autoridade que suas missões possuíam, organizou-se para reclamar para a missão uma das estações mais bem equipadas do Putumayo, estrategicamente posicionada entre os dois rios mais importantes da região. Poucos dias depois, a seção sobre o Peru noticia a prisão de 38 pessoas ligadas aos crimes no Putumayo. A notícia também cita que foram expedidas mais 32 ordens de prisão. Na mesma seção, o jornal publicou que três empresas ligadas ao comércio da borracha declararam falência em Lima. Marin aponta como, nas investigações promovidas pela Igreja Católica, criou-se uma disputa entre a Santa Sé e o recém-fundado Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPIILTN) de Rondon: “Para Aversa, o objetivo do SPIILTN era suprimir a presença da Igreja Católica entre os indígenas e descristianizar o Brasil” (Marin, 2021, p. 195). Disputava-se a tutela dos indígenas e o recebimento de verbas públicas. Aversa sugeriu à Santa Sé incluir o Brasil nas denúncias sobre o Putumayo, apresentando uma abundância de provas que comprovavam as violências perpetradas contra populações indígenas nas fronteiras brasileiras. A redação final da encíclica de 1912 dirigiu-se ao “episcopado latino-americano, aos governos e aos católicos”. No início de 1913, a Santa Sé criou a diocese de Loreto, onde já havia uma missão protestante financiada por ingleses. Marin conclui que “a Santa Sé considerou os escândalos de Putumayo como uma oportunidade para se fortalecer e firmar sua importância na sociedade” (Marin, 2021, p. 195). Genocchi, o enviado apostólico do papa, concluiu que a violência ocorria em todos os países da América do Sul, e que o extermínio de indígenas era deliberado. A missão enviada pela Santa Sé, porém – sob a chefia de padres irlandeses, conforme sugeriu Casement –

fracassou, e foi entregue para padres peruanos que posteriormente se retiraram da região (Marin, 2023).

Em setembro, a comissão de inquérito em Londres subiu o tom e, pela primeira vez, publicou-se alguns nomes de ingleses na imprensa brasileira que compunham a direção da PAC. De acordo com a reportagem, a comissão declara que a alegação de inocência de dois diretores, Gubbins e Read, não se sustentam. *Sir John Liter Kay* foi censurado por ter aceitado o lugar de diretor da companhia em “condições humilhantes”. Por último, a comissão lastimou a escolha de Arana como liquidatário da PAC. A questão da liquidação da PAC esteve presente nos periódicos nacionais e internacionais. As dificuldades criadas por Arana para que o governo inglês obtivesse um relatório sobre os “sucessos de Putumayo” provocou comoção na imprensa.

A última etapa do empreendimento colonialista da PAC sobre o Putumayo foi a liquidação da empresa. Os últimos lucros vindos da liquidação das posses e propriedades obtidas para o morticínio e exploração dos indígenas e da floresta foram disputados até o fim pelas diretorias peruana e inglesa da empresa. Ao fim da análise sobre os escândalos à luz da produção da imprensa, ficou claro que a construção de um “libelo internacional” era parte da disputa de interesses entre organizações políticas internacionais aliadas ao capital privado, bem como da Igreja Católica, num quadro de expansão do imperialismo capitalista pelo mundo. O precedente do Congo criou possibilidades, tensões e acompanhou a atualização do quadro de forças imperialistas no período. Poucos meses depois da liquidação da PAC, o desequilíbrio gerado pelos conflitos de projetos imperialistas levaria a Europa à Primeira Guerra Mundial. O Putumayo permaneceu à margem dos objetivos desses projetos, utilizado como motor de caldeira para impulsionar seu progresso e propagação até que pudesse ser descartado em favor de um novo modelo de produção criado pelo mercado a partir dessas experiências de exploração. O movimento de retroalimentação do capital se faz presente de forma clara no holocausto do Putumayo. Até mesmo a popularização dos crimes serviu, em última instância, para reforçar a moldura ideológica com a qual o sistema capitalista se apresenta e a partir do qual recorta a hegemonia cultural das metrópoles. No Putumayo, temos o aperfeiçoamento de um método de dominação física e mental, concreta e simbólica: como num movimento de pinça, o papel do colonizador se bifurca; por um lado, a exploração se moderniza, e o conquistador assume a feição de financiador distante e higiênico, alçado a um nível superior à todas as raças pardas que praticam a violência nos trópicos e nela se brutalizam; por outro, o escândalo com a violência cria o clamor pela libertação e pela justiça, que é prontamente atendida pelos agentes enviados em nome do colonialismo, previamente preparados para desempenhar essa função no

momento em que os interesses financeiros que representam se desvinculam da cultura de terror que ajudaram a estabelecer à distância.

Entre fevereiro e março de 1914, a liquidação da empresa foi concluída, sem que isso representasse o fim dos crimes praticados na região. Silva afirma que o fim da PAC significou “apenas uma substituição estratégica das vestes sob as quais Arana e seus associados operavam” (Silva, 2020, p. 133). Em junho, a Primeira Guerra Mundial teve início, e o espaço editorial dedicado a tratar dos crimes no Putumayo foi progressivamente suprimido para noticiar o desenrolar do conflito no continente europeu. Os horrores, que passaram a ser noticiados não só no Putumayo, mas no Acre, no Equador, na Bolívia, na Colômbia e no Brasil, rapidamente desaparecem das páginas dos jornais internacionais. Em silêncio, o projeto imperialista na Amazônia seguiu adiante.

Não há História Universal, ainda que todos os acontecimentos permitam a abertura da experiência humana à universalidade. Em Taussig (1987), mesmo o indizível é traduzido em palavras pela “mediação do terror através da narrativa”. O autor, num exercício singular, nos aproxima do efeito psicológico simulado de vivenciar pessoalmente o *espaço de morte*. O efeito é obviamente um artifício ritual, mas não deixa de ser uma experiência potencialmente reveladora. Embora fictícia, é representativa do real. É importante apontar para as tentativas de compreensão do rito, muito real, da *cultura do terror* e do *espaço de morte*, a experiência histórica a partir da qual o mito dos “escândalos do Putumayo” deve ser compreendido. Andrew Gray, na introdução da edição mais recente de “*La defensa e los caucheros*”, sinaliza como a narração poética de Taussig buscou formular uma solução estética para um tipo de experiência que ninguém intencionalmente viveria *em ato* – e apontou como tortura e terror são *formas de arte ritualizadas*. O que podemos concluir sobre o Putumayo dominado pela PAC? Certamente, uma História Amazônica da Amazônia ainda solicita a participação direta de expressões da identidade autóctone<sup>84</sup>. Há uma cultura de vida no Putumayo que pouco pôde se expressar sobre o eco incessante da *cultura de morte*. Parte do papel que se buscou desempenhar foi o de apontar os limites discursivos do regional e do nacional, discursos que permanecem disformes diante de uma lógica de racionalidade prática que se promoveu com maior consistência. Diante de tudo que já se elaborou sobre o Putumayo do início do século XX, a ausência da voz dos oprimidos é a mais sensível, como é tão recorrente. Talvez não seja mesmo na academia que os filhos da Floresta venham a se apresentar, e permaneça para nós o mito da Amazônia como dádiva de sangue e perdição moral para seus invasores.

O presente tema foi extensivamente trabalhado por outras perspectivas que, em última instância, elaboraram as perguntas às quais essa pesquisa, em outra linha, se dedicou a responder. Apesar da tautocronia entre o desenvolvimento da teoria do imperialismo da economia política e os eventos cronológicos estudados, a abordagem que aqui se apresenta foi construída para responder questões elaboradas sem fazer referência direta a esse corpo metodológico, e se propõe em abertura para contribuições similarmente distantes do seu ponto de partida e perspectiva.

---

<sup>84</sup> No caso do Putumayo, posso indicar a publicação de “Um povo sábio, um povo aconselhado: Ritual e Política entre os Uitoto-murui”, de Edmundo Pereira, que dá voz, pelo olhar acadêmico, à cosmologia e às palavras Uitoto, especialmente por meio do contato do autor com Don Ángel Ortiz, *iyāima* (chefe) uitoto do Putumayo contemporâneo.

Espero ter sucedido em promover os devidos encontros conceituais sem deixar de lado as preocupações expressas pelas diferentes referências elencadas. O texto que aqui se apresenta tem uma estrutura intencional que sai da moldura panorâmica mais ampla, do “todo”, em direção à análise de discurso mais específica, a “parte”. A importância da supremacia do todo sobre a parte, já mencionada anteriormente, não exclui a importância determinante da parte em contraposição dialética ao todo. Não há, no horizonte da dialética, o desperdício da oposição exclusivista que se pretende universal. A universalidade é o resultado de profundidade insondável do movimento sintetizante do real, permanentemente em processo de atualização, negando suas partes apenas para rerepresentá-las em uma nova forma mais completa e capaz de abrigar e formular mais precisamente o elemento contraditório. Tudo que se nega, volta-se a afirmar como oposição necessária que impede a formulação conceitual perfeita, estática e inerte. Tal como o capitalismo realiza com seus mecanismos de dominação hegemônica, a ciência da economia política deve fazer com seus pressupostos metodológicos e elaborações teóricas. A ciência materialista exige trânsito constante entre diferentes níveis de perspectiva como quem olha um cubo de Necker e deve movimentar o olhar entre os vértices para elaborar uma visão integrada de três dimensões. A tarefa sempre permanecerá incompleta. A dialética não pode idealizar a eliminação objetiva da contradição, pois pode, no máximo, indicar a direção para um outro estado de contradição atualizado. Da mesma forma, a crítica ao capitalismo que se pretende científica, por mais afetiva que seja a nível da expressão discursiva, deve pretender analisar a estrutura e revelar seu caráter ideológico. A sensação de equilíbrio e completude para as Ciências Humanas fora da concepção de totalidade é somente uma miragem, uma ilusão. Sobre o ideal do progresso, a criteriosa investigação do todo que se dissolve e se reconstrói e não se permite fazer um julgamento definitivo em favor ou contra o que é humano para além dos pressupostos da luta de classes e dos horizontes concretos da justiça social e da emancipação humana.

Essa trajetória do todo à parte tem como objetivo facilitar ao leitor percorrer o caminho mental da dialética pelo qual o autor navegou, oferecer uma linha de constante trânsito entre o macro e o micro e salientar a prevalência da visão de conjuntura construída por meio da qual o vestígio histórico foi observado. Minha intenção foi fazer notar com mais clareza os vínculos estruturantes da relação social, o “sistema de figuração” de Norbert Elias, a partir dos quais podemos conferir sentido para a trajetória pessoal de cada personagem que se tornou notabilizado no ambiente de discurso de sua própria temporalidade. Casement e Arana, Hardenburg e Castro, bem como os demais nomes que emergem no palco mental dos “escândalos”, já foram extensivamente julgados em seus mínimos movimentos e sondados

intimamente em seus interesses e preocupações. Sobre seus papéis no mundo, porém, ainda há consideração e esclarecimento. Conforme aponta Silva, em uma escala mais ampla, resta denunciar as “ferramentas de censor sob as vestes da universalidade” que “asseguram o gozo do domínio sobre o Outro”.

Silva (2020) ofereceu uma eloquente expressão das contradições que “perfazem a racionalidade moderna” e identifica em sua conclusão a “intencionalidade” do plano maior a que atendia as barbaridades promovidas contra o corpo humano, o chão amazônico e as águas: “era preciso quebrar o monopólio amazônico da borracha”, ainda que “implicasse na desconstrução dos sentidos do sistema de exploração extrativista secularmente experienciado na região” (Silva, 2020, p. 144). Espero que já tenha se tornado mais do que visível, a essa altura, a natureza plástica e moldável das estruturas do capital para se apoderar de maneira, ao mesmo tempo, mais e menos direta, mais explícita e mais insidiosa, dos aparatos de governabilidade e do papel legitimador dos interesses de Estado que atenderam e atendem eminentemente às vontades de uma classe particular – alçada de maneira farsesca ao posto de *homo universalis*, detentora da prerrogativa da vontade coletiva. Podemos identificar nesse período de intensa criação de monopólios os primórdios do estabelecimento do forte sistema simbólico-racional que culminou no que Mark Fisher chamou de “realismo capitalista”<sup>85</sup>.

A inevitabilidade pressentida pelos agentes históricos e pelos historiadores e sociólogos deve sempre estar em mente, já que consiste na principal justificativa para as decisões orientadas em prol do sistema internacional político e econômico implantado e vigente de então. Naturaliza-se o boicote ao sistema extrativista amazônico tendo como argumento a racionalidade prática e, em retrospecto, o fato de que esse boicote, afinal, de fato ocorreu. A lei do *uti possidetis juris* toma um viés de universalidade – já que possuis, é teu; já que ocorreu, era inevitável que assim tivesse sido. Ao vencedor, a glória.

A ausência de um laboratório de testes para a História, sempre mais indisposta aos voos do especulativo do que suas irmãs, muitas vezes acaba por reduzir nosso escopo de reflexões e prejudicar o entendimento da sua cientificidade porque não permite a flexibilidade de experimentar o fenômeno possível – ainda que a própria realidade, por vezes, desafie os próprios limites da verossimilhança. Por não nos ser legítimo ter o direito de imaginar livremente o indeterminado e o diferente, acabamos trabalhando de forma não-intencional em

---

<sup>85</sup> O autor em questão discute extensivamente em sua obra sobre a crescente dificuldade em se imaginar uma alternativa de forma do corpo social ao sistema capitalista. Embora o principal marco para esse fenômeno seja a queda da URSS e o “fim da História”, o triunfo ideológico da mentalidade racional moderna em defesa do capital já é um sintoma identificado nos discursos do período aqui abordado, conforme pretendeu-se demonstrar.

prol de justificativas que deem viés de confirmação aos pressupostos e racionalizações que protegem a integridade de sistemas e modos de exploração humana contra os quais nos posicionamos. Na intenção de transformar, somos condenados a reproduzir e repetir, ainda que com pinceladas menos favoráveis, os meios de discurso pelos quais a tragédia é justificada e se afirma simbolicamente. Havia uma necessidade e uma vontade coletiva, essa tendência prevaleceu, não nos caberia questionar sua validade. O concreto não necessita de justificativas além de sua própria manifestação, não sendo preciso recorrer ao simbólico e abstrato para defender algo que, ao emergir, se apresenta em auto expressão. Há que se romper com essa tendência lógica. Nesse ponto, enxerga-se o valor ilusório e magnético do idealismo, que, embora não nos sirva mais como método de sistematização rigorosa, oferece caminhos de libertação da prisão férrea da circunstância e do transitório. O mundo que é não é o que foi, mas também não é o que será, e é sob a garantia etérea de sua aproximação que o historiador se lança *a contrapelo* do inexorável fluxo do tempo. Estamos sempre olhando em direção ao futuro a partir do nosso presente, embora o passado seja nosso objeto de estudo. Nem por isso deixaremos que nossa dialética seja dominada por esse efeito hipnótico. Não sejamos mais escravos do tempo do que já nos é imposto por nossa condição efêmera.

Neste trabalho, não foi incluída nenhuma imagem dos corpos mutilados dos Uitoto ou Bora. Essa é uma decisão que eu definitivamente não me imaginei tomando ao iniciar esse trabalho. A essa altura, parecia-me imperativo que, ao apontar o crime, era necessário fornecer a prova, repetindo o ato gerador dos escândalos em outro formato. Os leitores que quiserem encontrar essas imagens e confirmar a tortura e o terror com seus próprios olhos, não encontrarão dificuldade em fazê-lo. De minha parte, elas não voltarão a circular. Não me parece, e irei me eximir de explicar, que essa prática ofereça qualquer coisa de particularmente construtivo ou importante para quem veio a conhecer esse recorte, ainda que faça parte dos requisitos inevitáveis àqueles que forem dar tratamento científico a esse tema.

Eu preferiria indicar a fotografia do *mambeadero* na casa de Don Ángel Ortiz, com seus dois filhos ali sentados, em clima de tranquilidade e olhando inocentemente para a câmera no ano 2000 – marcando mais de 60 anos da presença desse importante centro de sociabilidade dos Uitoto na casa do chefe de San Rafael. Essa são as imagens que eu defendo a permanecerem e ecoarem a partir de agora sobre a História do Putumayo. O observador atento não deixaria de notar a semelhança entre a estrutura simples de madeira do *mambeadero*, o chão de terra batida, com o fundo das fotografias tiradas nas estações de coleta da PAC mais de 80 anos antes. Essas fotos mais recentes não estamparam as capas de jornais mundo afora e nem estamparão, mas representam melhor, eu espero, o Putumayo que sobreviveu – muito mais do que as velhas

fotografias tiradas pelo investigador irlandês e que contribuíram para torná-lo um inimigo político do imperialismo. Essa vitória foi conquistada e já a celebramos. Voltando a Taussig, é notável que, embora seu livro tenha se notabilizado pelas descrições e análise simbólica do terror, praticamente dois terços do texto estão voltados para compreender o processo de cura que permanece acontecendo desde então entre os descendentes dos povos massacrados para a coleta de borracha amazônica. A lembrança pertenceu aos velhos soldados, que hoje não existem mais.

Concluo que esse trabalho teve como trilha a aproximação entre os “escândalos do Putumayo” e a “teoria do imperialismo”, formulada originalmente em sincronia cronológica com o tema abordado. A pertinência dessa aproximação se tornou evidente para mim no decorrer da pesquisa. A partir desse referencial, pude apresentar os recortes dos jornais escolhidos para representar a produção de imprensa nacional de forma a ressaltar a conjuntura econômica e política internacional, especialmente no que se refere ao mercado e à indústria da borracha e sua sucessão de monopólios. Lenin conclui que a divisão capitalista do mundo e a construção de monopólios, e a disputa pelo controle da borracha amazônica faz parte disso, não ocorreu por “malícia particular”, mas porque o grau de concentração que foi alcançado forçou a adoção desses métodos para que “lucros fossem auferidos”. A criação de competições entre projetos e linhas de financiamentos é mandatória no imperialismo capitalista. Em “*A ideologia alemã*”, Marx demonstrou como a extrapolação dessa disputa para o campo da ideologia é uma imposição circunstancial para assegurar o controle de uma classe dominante. Assim, suas ideias, que no campo da prática tomam a forma da exploração violenta, são apresentadas como as únicas racionais e universalmente válidas. Os jornais, que inicialmente seriam o centro de referência da análise proposta, se tornaram o veículo pelo qual discursos aparentemente antagônicos revelaram o conjunto de determinações e condições que orientavam decisões individuais e institucionais e garantiam a defesa e a afirmação convergente dos interesses de uma classe investidos com ideais e valores pretensamente universais e coletivos. O auge da ideologia capitalista e transformação do seu ímpeto em imperialismo. A competitividade aparente, contudo, escamoteia a manutenção e a ampliação do poder político que a classe dominante adquiriu para além de toda a limitação imposta ao poder constituído formalmente na estrutura do Estado-nação.

Desse modo, o estudo buscou formular as contradições, perguntas e respostas almejadas, ainda que de forma entrecortada e muitas vezes numa elaboração textual que certamente nunca irá me satisfazer. O peso da responsabilidade em tomar nas mãos a tarefa do historiador para contar uma história outra, que não é minha, nunca deixou de me apertar, e com

mãos pesadas eu encerro o trabalho sentindo que o contato com a tragédia no Putumayo fez muito mais para abrir meus olhos do que eu poderia fazer para contar dignamente a sua história e verter em discurso as lágrimas do anjo de Benjamin. O teor militante há de se fazer ouvir, ainda que sejam só palavras – as palavras, como se diz, mudam a nós, e nós mudamos o mundo. Espero ter feito jus aos colegas a quem aqui me referi, pois tenho a maior estima por esses indivíduos que só conheci, e sinto ter conhecido profundamente, através de repetidas releituras que me conduziram a compreender a complexidade da realidade humana e reconstruir a cada passo o longo caminho percorrido até essas últimas palavras. Durante os anos empenhados na pesquisa e escrita do presente trabalho, perdas e atribulações foram vividas individualmente e em grupo. Mas elas não tem lugar entre as dores e a injustiça aqui denunciadas.

Enquanto meus dedos martelam teclas acolchoadas por anéis mínimos de borracha uma última vez, minha mente flutua pelos milhares de quilômetros sobre a interminável vastidão verde do continente amazônico, por mim conhecido só por mapas, em direção a um lugar no qual eu nunca pisei, mas ao qual estou, agora, permanentemente ligado. Que a injustiça e a brutalidade constatadas aqui sejam dignas do holocausto no Putumayo. Ao sangue outro derramado no altar do capital empresto minha voz que ressoa um lamento em coro a Katenere.

“Nós, irlandeses, somos como os huitotos, os boras, os andoques e os muinanes do Putumayo. Colonizados, explorados e condenados a ficar assim para sempre se continuarmos confiando nas leis, nas instituições e nos governos da Inglaterra para alcançar a liberdade. Eles nunca a darão. Por que o Império que nos coloniza faria isso sem uma pressão irresistível que o force?”  
(Casement, In: Llosa, 2010, p. 221)

## REFERÊNCIAS

### FONTES

A BORRACHA ARTIFICIAL. Outras descobertas – O que diz o Daily Mail. **Jornal do Commercio de Manaus**. Ano IX\Edição 02973, 29 de jul de 1912, p. 01.

A BORRACHA BRASILEIRA. Telegrammas Nacionaes. **Jornal do Commercio de Manaus**. Ano VIII\Edição 02448, 30 de jan de 1911, p. 01.

A BORRACHA NA MALÁSIA. **Jornal do Commercio de Manaus**. Ano VIII\Edição 02481 15 de mar de 1911, p. 01.

A ESCRAVIDÃO NA INDÚSTRIA DA BORRACHA NA AMÉRICA DO SUL. **Correio Paulistano**. Edição 16856. 08 de jul de 1910, p. 03.

ALLEGED PUTUMAYO ATROCITIES. **Daily Standard**. (Brisbane, 1912 - 1936), 17 de abril de 1913, p. 5.

AS BAD AS PUTUMAYO: English Observer Says Rubber Slavery is General in South America. **The New York Times**, publicado em 26 de dezembro de 1913.

AS BARBARIDADES DE PUTUMAYO WASHINGTON. **Correio Paulistano**. Edição 17595. 19 de jul de 1912, p. 05.

ATROCITIES IN SOUTH AMERICA: Putumayo Horrors Surpassed. **Morning Bulletin** (1878 - 1954), 25 de novembro de 1913, p. 7.

ATROCITIES IN SOUTH AMERICA: Putumayo Horrors Surpassed. **Morning Bulletin** (1878 - 1954), 25 de novembro de 1913, p. 7.

MAUS TRATOS DOS INDIOS DO PUTUMAYO. **Correio Paulistano**. Edição 17182. 01 de jun de 1911, p. 04.

NA REGIÃO DO PUTUMAYO E SEUS AFLUENTES. As possessões da casa de J. C. Arana & C. **Jornal do Commercio de Manaus**. Ano VIII\Edição 01514 (1), 11 de jun de 1908, p. 04-06.

NOTAS. **Correio Paulistano**. Edição 16073. 11 de maio de 1908, p. 01.

ONLY CATHOLIC ALLOWABLE. **National Advocate** (Bathurst, 1889 - 1954), 15 de Agosto de 1912, p. 3.

OS MASSACRES DE PUTUMAYO. **Correio Paulistano**. Edição 17595. 19 de jul de 1912, p. 04.

PERUVIAN AMAZON COMPANY COMPULSORY WINDING-UP. **The Mercury**, Hobart, Tasmania, Australia, ano 131, Sáb 22 mar 1913, p. 05.

PUTUMAYO ATROCITIES: Arana's Evasive Replies. **Daily Telegraph** (1883 - 1928), 11 de abril de 1913, p. 5.

PUTUMAYO ATROCITIES: Evangelical Protest. **Advertiser** (Adelaide, 1889 - 1931), 20 de agosto de 1912, p. 10.

PUTUMAYO ATROCITIES: Senhor Arana in the Box. **Argus** (1848 - 1957), 11 de abril de 1913, p. 7.

PUTUMAYO DISTRICT (Collection of Rubber). **House of Commons Hansard**. 31 de março de 1913, vol. 51, p. 6.

PUTUMAYO OUTRAGES: Directors Plead Ignorance. **Newcastle Morning Herald and Miners' Advocate** (1876 - 1954), 10 de janeiro de 1913, p. 5.

PUTUMAYO POLICE FORCE: Formed by Peru 's Commissioner Natives' Condition Improved. **The New York Times**, 8 de agosto de 1912.

PUTUMAYO RUBBER ATROCITIES. **Daily Mercury** (Mackay, 1906 - 1954), 29 de novembro de 1912, p. 4

PUTUMAYO RUBBER SCANDALS: Accusation of Blackmail. **Sun** (1910 - 1954), 10 de abril de 1913, p. 9

RUBBER ATROCITIES: Sir A. Conan Doyle on the Congo Position. **Telegraph** (Brisbane, Qld. 1872 - 1947), 17 de abril de 1912, p. 4

RUBBER SCANDALS: Bitter German Attack on False Assumption. **Morning Herald** (NSW 1842 - 1954), 20 de julho de 1912, p. 15

THE MISSION TO PUTUMAYO. **W.A. Record** (Perth, 1888 - 1922), 19 de outubro de 1912, p. 18

THE PERUVIAN AMAZON COMPANY, NO RETURN TO SHAREHOLDERS. Rubber atrocities recalled. **The advertiser**. Adelaide, South Australia, Sex 20 mar 1914, p. 16.

THE RUBBER SCANDALS: Blue Book Issued by British Government. Bundaberg Mail and Burnett. **Advertiser** (1892 - 1917), 8 de abril de 1913, p. 2.

## BIBLIOGRAFIA

AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth. **A Journey in Brazil**. Boston: Ticknor and Fields, 1868.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Contraponto, 1994.

BALCÃO, Lier. **A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900-1913)**. PUC – SP, São Paulo, 1998.

BARBOSA, Marialva. **Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BENTES, Rosineide. A apropriação ecológica de seringais na Amazônia e a advocacia das rubber plantations. São Paulo: **Revista de História**, nº 151, 2004.

- BRUCE, G. J. **O Brazil e os brasileiros**. Rio de Janeiro: Viana e Mosley, 2004.
- CAMACHO, Vicente O. **Las crueldades em el Putumayo y el Caqueta**. Bogotá: Imprenta Eléctrica, 1910.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988
- CASEMENT, Roger. **Libro Azul Británico**: informes de Roger Casement y otras cartas sobre las atrocidades en el Putumayo. Editado por International work group for indigenous affairs (IWGIA) y Centro amazónico de antropología y aplicación práctica (CAAaP). Lima, 2012.
- CASTRO, Carlos Rey de; LABURRE Y CORREA, Carlos; ZUMAETA, Pablo; ARANA, Julio Cesar. **La defensa de los caucheros**. Peru: Monumenta Amazónica, 2005.
- CHAVES, Evenice Santos. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. Maringá: **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. 2, 2003.
- COGGIOLA, O. L. A. O materialismo histórico. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 96–116, 2021
- COGGIOLA, O. L. A. **História do capitalismo: das origens até a Primeira Guerra Mundial**. Volumes 1, 2 e 3. Ariadna Ediciones, 2017.
- CUNHA, Euclides da. **O paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, 2000.
- CUNHA, Manuela C. da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DANTHU, Pascal; RAZAKAMANARIVO, Herintsitohaina *et al.* The short and forgotten history of rubber in Madagascar: The first controversy between biodiversity conservation and natural resource exploitation. **Bois et Forêts des Tropiques**, v. 02, n. 328, p. 27-43, 2016.
- DEAN, Warren. **Brazil and the Struggle for Rubber: A Study in Environmental History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- DE LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.
- DRAYTON, Richard. **Nature's Government**. New Haven/London, Yale University Press, 2000.
- FRANK, Zephyr; MUSACCHIO, Aldo. **The International Natural Rubber Market, 1870-1930**. EH.Net Encyclopedia, editado por Robert Whaples, 2008.
- FUENTES, Hildebrando. **Loreto**: apuntes geográficos, históricos, estadísticos, políticos y sociales. Lima: Imprenta de la Revista, 1908.
- FURNO, Juliana. **Imperialismo**: uma introdução econômica. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2022.

- GURGEL, Maria Elisa. **As atrocidades do colonialismo em O paraíso do diabo, de Walter Hardenburg**. 2017. 96f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2017.
- HARDENBURG, Walter. **The Putumayo: the devil's paradise**. London: Adelphi Terrace, 1913.
- HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- JOHNSON, Simon; KWAK, James. **13 Bankers: The Wall Street Takeover and the Next Financial Meltdown**. New York: Pantheon Books, 2010.
- LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)**. 2007. 208 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.
- LLOSA, Mario Vargas. **El Sueño del Celta**. Santilliana Ediciones Generales, S. L. Torrelaguna, 2010.
- LÓPEZ, Augusto J. G. **Putumayo: la vorágine de las caucherías: memoria y testimonio**. Bogotá: Centro Nacional de Memoria. Histórica, 2014.
- LUCA, Tania Regina de. **“História dos, nos e por meio dos periódicos”**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.
- LUKÁCS, György. **History and Class Consciousness**. Merlin Press, 1967.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Tradução Moniz Bandeira. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MARIN, Jérri. A criação da prelazia de Registro do Araguaia em 1914: as ofensivas da Santa Sé ao Serviço de Proteção ao Índio. **Revista de História**, n 181. São Paulo, 2022.
- MARIN, Jérri. Repercussões internacionais do genocídio das populações indígenas em Putumayo, no Peru, e as reações da Santa Sé. **Revista Territórios e Fronteiras**, vol. 16, n. 1. UFMT, 2023.
- MARIN, Jérri. A Santa Sé e o serviço de proteção ao índio: as disputas entre a igreja católica e o estado pela tutela e gestão das populações indígenas. **Revista História**, vol. 40, n. 1. São Paulo, 2021.
- MARIN, Jérri. A Santa Sé e as divisões eclesiais da região amazônica (1860-1930). **REVER**, vol. 21, n. 1. São Paulo, 2021.
- MARTINELO, Pedro. **A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial e Suas Consequências para o Vale Amazônico**. Rio Branco, UFA, 1988.

- MARX, Karl. **O capital**. vol. 3. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007
- MITCHELL, Angus. **Diário da Amazônia de Roger Casement**. São Paulo: Edusp, 2016.
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 3ed. São Paulo: Anita Garibaldi, (1994).
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PAU, Stefano. Sacar del olvido a dos intelectuales. La publicación de las obras de Miguelina Acosta Cárdenas y Benjamín Saldaña Rocca. **América Crítica** v. 5, n. 1, p. 63-70, 2021.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1889-1925**. Manaus: Valer, 2003.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: Letramento e periodismo no Amazonas (1980– 1920)**. Tese de Doutorado. São Paulo. PUC, 2001.
- RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do burgo podre ao leão do Norte: o Jornal do Comércio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.
- ROBOUCHON, Eugene. **En el Putumayo y sus afluentes**. Editado por Juan Alvaro Echeverri. Biblioteca del Gran Cauca, 2010.
- SANTANA, José Carlos Barreto de. Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 6, p. 901–917, set. 2000.
- SCHULTES, Richard Evans. **The odyssey of the cultivated rubber tree**. Endeavour, Volume 1, Issues, 1977.
- SILVA, Caio Henrique Faustino. **Entre o mítico e o real: os escândalos do Putumayo e o holocausto amazônico**. 2020. 152f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma Teoria do Jornalismo**. 2005. Estudos em Jornalismo e Mídia, vol. II, nº 1. Florianópolis, UFSC, 2005.
- TAFUR, Ana Varela; BERNUCCI, Leopoldo M. Benjamín Saldaña Rocca. **Prensa y denuncia en la Amazonía cauchera**. Lima (Peru): Editorial Pakarina, 2020.
- TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: um estudo sobre o terror e a cura**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- THALASSA, Ângela. **Correio Paulistano: the first newspaper of São Paulo and the coverage of Modern Art Week the newspaper that doesn't bark, doesn't clucking and doesn't bite**. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

WEINSTEIN, Barbara. **The Amazon Rubber Boom, 1850-1920**. Stanford, Stanford University Press, 1983

WENDT, Paul. The Control of Rubber in World War II. In: **Southern Economic Journal**. Vol, 13, n. 3. SEA, 1947.

WHIFFEN, Thomas. **The North-west Amazons**: notes of some months spent among cannibal tribes. London: Constable and Company, 1915.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista História e Historiografia**. São Paulo, n. 4, p. 89-102, jun. 1985.